



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO XXXIX — Nº 081

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 7 DE AGOSTO DE 1984

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

1 — ATA DA 111ª SESSÃO, EM 6 DE AGOSTO DE 1984.

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

*Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nomes indicados para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:*

— Nº 126/84 (nº 276/84, na origem), referente à escolha do Sr. Antonio Correa do Lago, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Francesa.

— Nº 127/84 (nº 278/84, na origem), referente à escolha do Sr. João Hermes Pereira de Araújo, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

— Nº 128/84 (nº 278/84, na origem), referente à escolha do Sr. Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Vaticano.

— Nº 129/84 (nº 279/84, na origem), referente à escolha do Sr. Carlos Alberto Leite Barbosa, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

1.2.2 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado Federal nº 126/84, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo ao art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, com vistas a permitir o cômputo das horas extras habituais ao tempo de serviço, para efeito de aposentadoria.

— Projeto de Lei do Senado nº 127/84, de autoria do Sr. Senador Jaison Barreto, que altera dispositivo

do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos Portos nacionais e da Rede Ferroviária Federal S.A.

1.2.3 — Discursos do Expediente

**SENADOR JORGE KALUME** — Homenagens tributadas a D. José Newton, Arcebispo de Brasília, no momento em que aquele prelado de despede do Ministério sacerdotal.

**SENADOR FÁBIO LUCENA** — Apresentando ao Senhor Presidente da República votos de pronto restabelecimento de sua saúde. Críticas à conceitualização expandida pelo Presidente João Figueiredo à respeito da atuação dos políticos brasileiros. Observações sobre a indicação do Sr. José Sarney para compor a chapa do Governador Tancredo Neves à Presidência da República.

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Reparos a críticas feitas ao Senador José Sarney pelo orador que o precedeu na tribuna. Indicação do Prof. Navarro de Brito para o Departamento Educacional da OEA.

**SENADOR NELSON CARNEIRO**, como Líder do PTB — “Carta de São José”, como conclusão da reunião da Comissão de Economia do Parlamento Latino-americano, realizada recentemente na República da Costa Rica.

**SENADOR HUMBERTO LUCENA**, como Líder do PMDB — Reunião do PMDB e da Frente Liberal, a realizar-se amanhã, para formalização e divulgação de acordo de interesses comuns.

**SENADOR CID SAMPAIO**, em explicação pessoal — Sentido do aparte dado por S. Exª ao pronunciamento do Senador Humberto Lucena, no que concerne ao acordo a ser firmado entre a Frente Liberal e o PMDB.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.5 — Apreciação de matéria

— Requerimento nº 156/84, lido na sessão anterior, de autoria do Sr. Senador Marcondes Gadelha solicitando autorização do Senado para participar, como observador Parlamentar, da Conferência Internacional sobre População, a ser realizada na Cidade do México, no período de 6 a 14 do corrente. **Aprovado.**

1.2.6 — Comunicação

— Do Sr. Senador Marcondes Gadelha, de que se ausentará do País.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 104/84, dos Senadores Nelson Carneiro e Humberto Lucena, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 290/83, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que revoga a Lei nº 7.138, de 7 de novembro de 1983. **Aprovado.**

— Requerimento nº 153/84, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 70/84, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que introduz modificações na Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, que instituiu o PROAGRO, com vistas a possibilitar a cobertura de riscos agropecuários nos investimentos não-financiados. **Aprovado.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 5/81 (nº 3.035/80, na Casa de origem) alterando o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências. **Rejeitado** após usar da palavra o Sr. Nelson Carneiro. Ao Arquivo.

— Projeto de Lei da Câmara nº 10/81 (nº 1.529/79, na Casa de origem) que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-

EXPEDIENTE					
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL					
<p><b>AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>ALOISIO BARBOSA DE SOUZA</b> Diretor Executivo</p> <p><b>LUIZ CARLOS DE BASTOS</b> Diretor Industrial</p> <p><b>RUDY MAURER</b> Diretor Administrativo</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL</b></p> <p style="text-align: center;">Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;"><b>ASSINATURAS</b></p> <p>Via Superfície:</p> <table style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">Semestre .....</td> <td style="text-align: right;">Cr\$ 3.000,00</td> </tr> <tr> <td>Ano .....</td> <td style="text-align: right;">Cr\$ 6.000,00</td> </tr> </table> <p style="text-align: right;">Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00 Tiragem: 2.200 exemplares</p>	Semestre .....	Cr\$ 3.000,00	Ano .....	Cr\$ 6.000,00
Semestre .....	Cr\$ 3.000,00				
Ano .....	Cr\$ 6.000,00				

combatentes segurados da Previdência Social. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 44/81 (nº 587/79, na Casa de origem), que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 53/77 (nº 227/75, na Casa de origem), que dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 65/79 (nº 4.257/77, na Casa de origem) que autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Requerimento nº 784/83, de autoria do Sr. Senador Henrique Santillo, solicitando, a criação de

uma comissão especial mista, composta de 11 senadores e 11 deputados, para no prazo de 120 dias, com a colaboração das entidades mais representativas da sociedade civil, discutir e apresentar soluções para a crise econômico-financeira do País. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 79/79 (nº 1.511/75, na Casa de origem) que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973. (Apreciação preliminar da juridicidade). **Votação adiada** por falta de quorum.

#### 1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR MARTINS FILHO** — Posição política a ser adotada por S. Ex<sup>a</sup>, após a realização da Convenção do PDS.

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Defesa da revogação do Decreto nº 89.501, que extinguiu o Programa Nacional dos Centros Sociais Urbanos.

**SENADOR GASTÃO MÜLLER** — Artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, intitulado, "Segurança e Transição", de autoria do Prof. Paulo Sérgio Pinheiro.

#### 1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

#### 2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Moacyr Dalla, pronunciado na sessão de 28-6-84 (Republicação)

— Do Sr. Moacyr Duarte, pronunciado na sessão de 2-8-84.

— Do Sr. Itamar Franco, pronunciado na sessão de 3-8-84.

— Do Sr. Almir Pinto, pronunciado na sessão de 3-8-84.

#### 3 — ATAS DE COMISSÕES

#### 4 — MESA DIRETORA

#### 5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES.

## Ata da 111ª Sessão Conjunta, em 6 de agosto de 1984

### 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

*Presidência do Srs. Moacyr Dalla e Lomanto Júnior.*

#### ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Aloisio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

#### EXPEDIENTE MENSAGENS

**Do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Senado a escolha de nomes indicados para cargo, cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:**

**MENSAGEM Nº 126, DE 1984**  
(Nº 276/84, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42, item III, da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vos-

sas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Antonio Correa do Lago, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Francesa, nos termos dos artigos 21 e 22 do Decreto nº 71.534, de 12 de dezembro de 1972.

Os méritos do Embaixador Antonio Correa do Lago, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de agosto de 1984. — **João Figueiredo.**

#### INFORMAÇÃO

#### Curriculum Vitae

Antonio Corrêa do Lago

França (brasileiro de acordo com o artigo 69, inciso III da Constituição de 1891), 28 de agosto de 1918.

Filho de Manoel Corrêa do Lago e Maria Helena Guerra do Lago.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, UB. "Master of Arst in International Relations", University of Southern California.

Segundo Tenente da Reserva, 1940.

Serviu no Exército, 1942/43.

À disposição do Gabinete Civil da Presidência, 1940.

Cônsul de Terceira Classe, concurso, 1º de abril de 1939.

Cônsul de Segunda Classe, merecimento, 7 de dezembro de 1943.

Primeiro Secretário, merecimento, 30 de junho de 1949.

Conselheiro, título, 6 de agosto de 1953.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 19 de janeiro de 1954.

Ministro de primeira Classe, merecimento, 25 de janeiro de 1961.

Auxiliar do Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais, 1939/40.

Auxiliar, interino, do Chefe do Departamento Diplomático e Consular, 1940/41.

Auxiliar do Chefe da Divisão do Cerimonial, 1942.

Auxiliar do Chefe da Divisão de Fronteiras, 1943.

À disposição do Chefe do Departamento de Administração, 1944, 1945 e 1947.

Auxiliar do Secretário-Geral, 1948/51.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1953.

Chefe da Secretaria do Instituto Rio-Branco, 1953.

Chefe da Divisão Econômica, 1954/56.

Chefe, substituto, do Departamento Econômico e Consular, 1955/58.

Chefe da Divisão Comercial, 1956/58.

Diretor do Instituto Rio-Branco, 1966/69.

Buenos Aires, Cônsul-Adjunto, 1944.

Montevideu, Segundo Secretário, 1945/48.

Los Angeles, Cônsul, 1951/53.

Paris, Cônsul-Geral, 1959/61.

Caracas, Embaixador, 1961/64.

Genebra, Delegação Permanente, Embaixador, 1964/66.

Bruxelas, CEE, Embaixador, 1970/74.

Montevideu, Embaixador, 1974/81.

Vaticano, Embaixador, 1981/83.

Ordem Soberana Militar de Malta, Embaixador, cumulativamente, 1981/83.

Comissão Organizadora do V Congresso Postal das Américas e Espanha, 1941 (assessor).

À disposição da Comissão Brasileira junto à Missão Técnica Americana, 1942.

Comissão de Organização da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, Rio de Janeiro, 1942 (assessor).

À disposição do Grão-Duque de Luxemburgo, em visita ao Brasil, 1942.

À disposição do Conselho Nacional do Petróleo, 1943.

Elemento de Ligação entre o MRE e o Conselho Nacional do Petróleo, 1944.

V Assembléia Geral Ordinária da Federação Interamericana de Automóveis Clubes, Montevideu, 1946 (delegado).

Missão Especial às solenidades da posse do Presidente do Uruguai, 1947 (secretário).

III Reunião Plenária do CICP, Montevideu, 1947 (observador).

Comissão de Estudos Preparatórios da IX Conferência Internacional Americana, Bogotá, 1947 (assessor).

Comissão de Recepção ao Presidente da República do Chile, 1947 (assessor).

Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, 1947 (assistente do secretário-geral). III Sessão da Assembléia Geral da ONU, Paris, 1948 (secretário).

À disposição do Gabinete Civil da Presidência da República, 1949.

IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, Washington, 1951 (secretário-geral).

À disposição do Enviado Pessoal do Presidente dos EUA, 1953.

Comissão Assessora da Seção Técnico-Pedagógica do IRBr, 1953 (presidente).

Reunião de Ministros da Fazenda ou Economia das Repúblicas Americanas, Petrópolis, 1954 (delegado).

Missão Econômica do Brasil ao Chile e Uruguai, 1955 (chefe).

II Reunião Plenária da Indústria, Porto Alegre, 1955 (observador).

Reunião da União Européia de Pagamentos, Paris, 1956 (delegado).

Seção Brasileira da Comissão Mista Brasil-Argentina, Buenos Aires, 1955, 1956 e 1958 (chefe).

I Período de Sessões do Comitê de Comércio da CEPAL, Santiago, 1956 (chefe).

Sessão de Segurança Nacional do MRE, 1955 a 1958 (membro).

Comissão do Projeto de Reestruturação do MRE, 1956 (membro).

XXIV Sessão do ECOSOC, Genebra, 1957 (delegado).

Conferência Econômica da OEA, Buenos Aires, 1957 (delegado).

Missão Negociadora do Ajuste de Comércio e Pagamentos com a Iugoslávia, 1958 (chefe).

Reunião da Comissão Mista Brasil-Chile, Santiago, 1958 (chefe).

I Conferência das Partes Contratantes da ALALC, 1961 (chefe).

Missão Especial para representar o Brasil nas solenidades de posse do Presidente da República da Venezuela, 1964 (Embaixador em Missão Especial).

Conselho da FAO, 1964/66 (chefe).

XXXVII Sessão do Comitê de Produtos de Base da FAO, 1964 (chefe).

XLVIII e XLIX Sessões da CIT, Genebra, 1964 e 1965 (delegado).

XLIII e XLIV Sessões do Conselho da FAO, Roma, 1964 e 1965 (chefe).

XII e XIII Sessões do Comitê Executivo da ACNUR, 1964 e 1965 (chefe).

Sessão Extraordinária das Partes Contratantes do GATT, Genebra, 1964 (chefe).

Conferência de Desarmamento, Genebra, 1964/66 (chefe).

XXII e XXIII Sessões Anuais do GATT, Genebra, 1965 e 1966 (chefe).

Reunião do Comitê de Assistência da ONU, Genebra, 1965 (chefe).

VII Sessão do Programa Mundial de Alimentos da FAO, Roma, 1965 (chefe).

Reunião do Comitê de Assistência Técnica da ONU, Roma, 1965 (chefe).

VII Sessão do Programa Mundial de Alimentos da FAO, Roma, 1965 (chefe).

Reunião do Comitê de Assistência Técnica da ONU, Genebra, 1965 (chefe).

Negociações "Kennedy" do GATT, Genebra, 1965 (chefe).

Conferência Geral da FAO, Roma, 1965 (chefe).

XXII Sessão da Assembléia Geral da ONU, 1967 (delegado).

Reunião da CECLA, 1970 (chefe).

Negociações Complementares do protocolo de Expansão Comercial do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Brasil e o Uruguai, Montevideu, 1975 (chefe).

X Reunião Ordinária de Ministros de Estado das Relações Exteriores dos Países da Bacia do Prata, Punta del Este, Uruguai, 1978 (delegado).

Membro da "National Social Science Honor Society" dos EUA.

Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Ordem do Mérito Naval, Grande oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial, Brasil.

Ordem de Rio-Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Medalha Rio Branco, Brasil.

Medalha Lauro Müller, Brasil.

Medalha de Cinquentenário da proclamação da República, Brasil. Ordem do Libertador, Grã-Cruz, Venezuela.

Ordem Piana, Grã-Cruz, Santa Sé.

Ordem do Mérito Melitense, Grã-Cruz, Ordem de Malta.

Ordem de Orange e Nassau, Grande Oficial, Países Baixos.

Ordem do Falcão Islandês, Comendador, Islândia.

Ordem do Mérito, Comendador, Itália.

O Embaixador Antonio Corrêa do Lago se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto ao Vaticano.

— Secretaria de Estado das Relações Exteriores, de 1984. — **Almir Franco de Sá Barbuda**, Chefe, Substituto, da Divisão do Pessoal.

(À Comissão de Relações Exteriores.)

#### MENSAGEM Nº 127, DE 1984

(Nº 277/84, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42, item III, da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor João Hermes Pereira de Araújo, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Argentina, nos termos dos artigos 21 e 22 do Decreto nº 71.534, de 12 de dezembro de 1972.

Os méritos do Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de agosto de 1984. — **João Figueiredo**.

#### INFORMAÇÃO

##### Curriculum Vitae

João Hermes Pereira de Araújo

Rio de Janeiro (RJ), 30 de março de 1926.

Filho de Walter Pereira de Araújo e Maria da Glória da Fonseca Hermes Pereira de Araújo.

Bacharel em Direito, FD-PUC (RJ).

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr.

Estágio na Academia de Direito Internacional de Haia.

Cônsul de Terceira Classe, 3 de outubro de 1951.

Segundo Secretário, merecimento, 19 de julho de 1956.

Primeiro Secretário, merecimento, 27 de dezembro de 1961.

Conselheiro, título, 13 de fevereiro de 1967.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 24 de novembro de 1971.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 25 de maio de 1976.

Assistente do Chefe da Divisão das Nações Unidas, 1962.

Chefe da Divisão de Atos Internacionais, 1963/64.

Chefe, substituto, do Departamento de Assuntos Jurídicos, 1963.

Chefe da Divisão da Bacia do Prata e Chile, 1972.

Chefe da Divisão da América Meridional - I, 1973/75.

Chefe do Departamento das Américas, 1975/81.

Vaticano, Terceiro Secretário, 1954/56.

Vaticano, Segundo Secretário, 1956/60.

Buenos Aires, Primeiro Secretário, 1964/67.

Buenos Aires, Conselheiro, 1967/71.

Buenos Aires, Encarregado de Negócios, 1967, 1968, 1969 e 1971.

Bogotá, Embaixador, 1981/83.

Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, 1951 (secretário).

À disposição do Cardeal Antônio Caggiano, 1952.

À disposição da Comitiva do Presidente da Nicarágua em visita ao Brasil, 1953.

À disposição da Comitiva do Presidente do Peru, em visita ao Brasil, 1953.

Comissão de Estudos do Programa da X Conferência Interamericana, Caracas, 1953 (membro).

Missão Especial às solenidades do LXXX Aniversário Natalício e do XVII Aniversário da Coroação do Papa Pio XII, 1958 (membro).

Missão Especial às Cerimônias de Coroação do Papa João XXIII, 1958 (membro).

À disposição da Embaixada junto à Santa Sé, nos trabalhos de realização do Concílio Ecumênico, Roma, 1962.

Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, 1963/64 (secretário).

Comissão de Estudos para a Orientação do Brasil em Direito do Mar, 1963 e 1964 (membro).

I Reunião da Comissão Consultiva Interamericana do Conselho Administrativo da OIT, Buenos Aires, 1965 (membro).

Conferência Latino-Americana sobre a Conservação de Recursos Naturais Renováveis, Bariloche, 1968 (representante).

II Conferência de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Santa Cruz de La Sierra, 1968 (membro).

I Reunião Extraordinária e III Reunião Ordinária de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Brasília, 1969 (membro).

I Reunião do Grupo de Peritos de Recurso Água, Buenos Aires, 1969 (membro).

À disposição do Grupo Brasileiro na Reunião "ad hoc" para o Projeto A-4, Buenos Aires, 1969.

II Reunião do Grupo de Peritos de Recurso Água, Brasília, 1970 (membro).

Reunião do Grupo de Peritos para Financiamento de Projetos do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata, Assunção, 1970 (membro).

IV Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata, Assunção, 1971 (delegado).

Seção Brasileira da III Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Uruguia de Pesca e Preservação dos Recursos Vivos do Mar e das Águas Interiores Limitrofes. Montevideu, 1972 (representante).

V Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Punta del Este, 1972 (delegado).

III Reunião de Ministros de Energia da América Latina, Lima, 1971 (delegado).

Conselho de Administração da ITAIPU, 1974 a 1976 (representante do MRE.)

Conselho de Administração da ITAIPU, 1976 a 1981 (membro). (representante do MRE).

VI e VII Reuniões de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata e Buenos Aires e Cochabamba, 1974 e 1975 (delegado).

Comitiva Presidencial, no encontro presidencial de Rivera, Uruguai, 1975 (membro).

Comitiva Presidencial, no encontro com o Senhor Presidente da República do Peru, Francisco Morales Bermdez, em águas Fronteiriças do rio Solimões, Tabatinga, 1976 (membro).

VIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Brasília, 1976 (delegado).

Delegação à I Reunião do Grupo de Trabalho da Área Básica sobre Recursos Hídricos e outros Recursos Naturais dos Países da Bacia do Prata, Brasília, 1976 (chefe).

Delegação à I Reunião Preparatória do Trabalho de Cooperação Amazônica, Brasília, 1977 (chefe).

Delegação à Conferência das Nações Unidas sobre a Água, Mar del Plata, 1977 (chefe).

IX Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Assunção, 1977 (delegado).

X Reunião Ordinária de Ministros de Estado das Relações Exteriores dos Países da Bacia do Prata, Punta del Este, Uruguai, 1978 (delegado).

Delegação à III Reunião Preparatória do Trabalho de Cooperação Amazônica, Caracas, 1978 (chefe).

Comitiva Presidencial, em visita ao México e Uruguai, 1978 (membro).

Delegação Brasileira à II Reunião da Comissão Mista Brasil-Costa Rica, São José da Costa Rica, 1978 (chefe).

Delegação às Reuniões Tripartites, Assunção, 1978 (chefe).

Delegação do Brasil à II Reunião Preparatória do Tratado de Cooperação Amazônica, Brasília, 1978 (chefe).

Delegação na Reunião do Ministério das Relações Exteriores, para assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, Brasília, 1978 (membro).

À disposição do Presidente Alfredo Stroessner, por ocasião da posse de Sua Excelência o Senhor João Baptista Figueiredo, Presidente da República, 1979.

Delegação à I Reunião da Comissão Mista de Cooperação Brasileiro-Mexicana, Brasília, 1979 (subchefe).

I Reunião da Comissão de cooperação Brasileiro-Venezuelana, Caracas, 1979 (chefe).

X Reunião da CEBAC, Buenos Aires, 1979 (chefe).

V Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de limites, Paris, 1979 (chefe).

Comitiva do Ministério das Relações Exteriores em sua visita a Lima para a I Reunião do Conselho Andino, Venezuela, 1979 (membro).

Comitiva Presidencial, na visita a Assunção, 1980 (membro).

Comitiva do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Chile, 1980 (membro).

Delegação à I Reunião da Comissão Mista Brasil-Panamá, 1980 (chefe).

Comitiva Presidencial na visita a Santiago, 1980 (membro).

XI Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata, em Buenos Aires, 1980 (delegado).

À disposição de Sua Santidade o Papa João Paulo II, Brasília, 1980.

Delegação à Reunião do Grupo de Trabalho sobre Recursos Hídricos e outros recursos naturais dos Países da Bacia do Prata, Brasília, 1980 (chefe).

Delegação à I Reunião dos Ministros das Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica, 1980 (membro).

VI Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de limites, Brasília, 1981 (chefe).

II Reunião de Chanceleres do Tratado de Cooperação Amazônica, Santiago de Cali, Colômbia, 1983 (delegado).

À disposição do Governo da Guanabara, 1960/61.

Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sócio correspondente do Instituto Geográfico de São Paulo.

Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Publicações:

"A processualística dos Atos Internacionais", com prefácio de Hildebrando Accioly, Ministério das Relações Exteriores, seção de Publicações, 1958.

Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial, Brasil.

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

Medalha Ruy Barbosa, Brasil.

Medalha Marechal Hermes da Fonseca, Brasil.

Medalha Lauro Müller, Brasil.

Medalha Santos Dumont, Brasil.

Ordem do libertador San Martin, Grã-Cruz, Argentina.

Ordem de Mayo, al Mérito, Grã-Cruz, Argentina.

Ordem do Mérito, Grã-Cruz, Chile.

Ordem de Bernardo O'Higgins, Grã-Cruz, Chile.

Ordem de São Carlos, Grã-Cruz, Colômbia.

Ordem José Matias Delgado, Grã-Cruz, El Salvador.

Ordem da Águia Azteca, Grã-Cruz, México.

Ordem do Mérito, Grã-Cruz, Paraguai.

Ordem do Mérito, Grã-Cruz, Peru.

Ordem do Sol, Grã-Cruz, Peru.

Ordem Francisco de Miranda, Grã-Cruz, Venezuela.

Ordem de São Gregório Magno, Comendador, Santa Sé.

Ordem do Santo Sepulcro, Comendador, Santa Sé.

Ordem do Mérito Militense, Comendador, Malta.

Ordem Soberana e Militar, Cavaleiro Magistral, Malta.

Ordem de São Silvestre Papa, Cavaleiro, Santa Sé.

Ordem de Francisco Morazán, Grande Oficial, Honduras.

Ordem de Ruben Dario, Cavaleiro, Nicarágua.

Pontifício Cruz Lateranense (1ª Classe).

Medalha Bernardo O'Higgins.

O Embaixador João Hermes Pereira de Araújo se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador junto à República da Colômbia.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, de 1984. — **Almir Franco de Sá Barbuda**, Chefe, substituto, da Divisão do Pessoal.

(*A Comissão de Relações Exteriores*)

#### MENSAGEM Nº 128, DE 1984

(Nº 278/84, na origem)

Excelentíssimos Senhores membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42, item III, da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de V. Exts a escolha, que desejo fazer, do Senhor Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Vaticano, nos termos dos artigos 21 e 22 do Decreto nº 71.534, de 12 de dezembro de 1972.

Os méritos do Embaixador Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de agosto de 1984. — **João Figueiredo**.

#### INFORMAÇÕES

##### Curriculum Vitae

Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha

Resende (RJ), 6 de junho de 1920

Filho de José Duarte Gonçalves da Rocha e Maria Emilia Duarte Gonçalves da Rocha.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FND-UB (RJ).

Curso de Prática Consular, IRBr.

Cônsul de Terceira Classe, concurso, 11 de dezembro de 1943.

Segundo Secretário, merecimento, 20 de junho de 1951.

Primeiro Secretário, merecimento, 19 de janeiro de 1954.

Ministro da Segunda Classe, merecimento, 24 de outubro de 1961.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 30 de junho de 1971.

Auxiliar do Chefe do Departamento Geral de Administração, 1952.  
 Chefe, interino, da Divisão Política, 1959.  
 Secretário da Seção de Segurança Nacional, 1960.  
 Chefe, interino, do Departamento Cultural, 1961.  
 Chefe da Divisão da América Central, 1961.  
 Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1961.  
 Auxiliar do Secretário-Geral, 1966/67.  
 Chefe, interino, da Seção de Segurança Nacional, 1966.  
 Chefe do Departamento de Organismos Regionais e Americanos, 1975/77.  
 Nova York, Vice-Cônsul, 1946/51.  
 Nova York, ONU, Terceiro Secretário, 1951.  
 Nova York, ONU, Segundo Secretário, 1951/52.  
 Roma, Cônsul, 1953/56.  
 Vaticano, Primeiro Secretário, 1957/59.  
 Roma, Primeiro Secretário, 1958/59.  
 Viena, Ministro-Conselheiro, 1962/64.  
 Viena, Encarregado de Negócios, 1962/64.  
 Santiago, Ministro-Conselheiro, 1965/66.  
 Santiago, Encarregado de Negócios, 1965.  
 Panamá, Embaixador, 1967/73.  
 Kingston, Embaixador, cumulativamente, 1967/73.  
 Ottawa, Embaixador, 1973/74.  
 Bruxelas, Embaixador, 1977/79.  
 Luxemburgo, Embaixador, cumulativamente, 1977/79.  
 Buenos Aires, Embaixador, 1979/83.  
 Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, 1945 (secretário).  
 IV e V Sessões da Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1949 e 1950 (membro).  
 X Sessão do ECOSOC/ONU, Nova York, 1950 (membro).  
 Conferência sobre Declaração de Mortos e Desaparecidos, Nova York, 1950 (delegado-substituto).  
 Conselheiro de Administração do FISI, 1951 (representante, substituto).  
 X Conferência Interamericana, Caracas, 1954 (membro).  
 Reunião da FAO, Roma, 1958 (membro).  
 Cerimônias da Coroação do Papa João XXIII, Roma, 1958 (membro).  
 Negociações com a Polônia sobre Acordos de Pagamento e Comércio, 1960 (membro).  
 IV, VI e VII Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, San José, 1960 (delegado).  
 Comissão de Promoções, 1961 (membro-suplente).  
 Grupo de Trabalho para estudo da Agenda Provisória da XI Conferência Interamericana, Quito, 1961 (secretário).  
 VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, Punta del Este, 1962 (membro).  
 XI Sessão Ordinária da Conferência Geral da AIEA, 1962 (delegado).  
 Conferência da ONU sobre Relações e Imunidades Consulares, Viena, 1963 (delegado).  
 XII Sessão Ordinária da Conferência Geral da AIEA, Viena, 1963 (delegado).  
 XV Congresso da União Postal Universal, Viena, 1964 (chefe).  
 XXI Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1966 (delegado-suplente).  
 Comissão de Elaboração do Anteprojeto de novo Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata, 1966 (membro).  
 XXIV Sessão da Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1969 (delegado).

Missão Especial às solenidades de posse do Presidente da Costa Rica, 1970 (chefe).  
 Missão Especial às solenidades de posse do Presidente e Vice-Presidente do Panamá, 1972 (representante).  
 X Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, XII Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Cartografia, XI Reunião Pan-Americana sobre Geografia, VII Reunião Pan-Americana sobre História e III Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Ciências Geo-Físicas, Panamá, 1973, (chefe).  
 Missão Especial às Comemorações da Independência das Bahamas, Nassau, 1973.  
 Comitiva Presidencial à República Oriental do Uruguai, 1975 (membro).  
 V Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Washington, 1975 (delegado).  
 Conferência sobre o SELA, Panamá, 1975 (chefe).  
 Reunião Ministerial para a constituição do SELA, Panamá, 1975 (representante especial plenipotenciário).  
 VI Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Santiago, 1976 (delegado).  
 II Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano do SELA, Caracas, 1976 (chefe).  
 Comitiva do Presidente da República em sua visita à Argentina, 1980 (membro). XI Reunião Ordinária de Ministros das Relações Exteriores dos Países da Bacia do Prata, Buenos Aires, Argentina, 1980.  
 XII Reunião Ordinária de Ministros das Relações Exteriores dos Países da Bacia do Prata, Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, 1981 (delegado).  
 Comitiva do Presidente da República no encontro de trabalho com o Presidente da Argentina, Roberto Viola, Paso de los Libres, 1981.  
 XIII Reunião Ordinária dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Brasília, 1982 (delegado).  
 Comitiva do Presidente da República no encontro de trabalho presidencial, com o Senhor Reynaldo Benito Antonio Biquone, Presidente da República Argentina, Porto Meira, 1983 (membro).  
 XIV Reunião Ordinária de Ministros das Relações Exteriores dos Países da Bacia do Prata, Assunção, 1983 (delegado).  
 Missão Especial às solenidades de posse do Presidente da Argentina, 1983 (membro).  
 O Embaixador Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador junto à República Argentina. Secretaria de Estado das Relações Exteriores, de 1984. — **Almir Franco de Sá Barbuda**, Chefe, substituto, da Divisão do Pessoal.  
 (À Comissão de Relações Exteriores.)

**MENSAGEM Nº 129, DE 1984**

(Nº 279/84, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42, item VII, da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Carlos Alberto Leite Barbosa, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia, nos termos dos artigos 21 e 22 do Decreto nº 71.534, de 12 de dezembro de 1972.

Os méritos do Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de agosto de 1984. — **João Figueiredo**.

**INFORMAÇÃO**

**Curriculum Vitae**

Carlos Alberto Leite Barbosa  
 Uberaba/MG, 24 de novembro de 1935.  
 Filho de Saturnino Leite Barbosa e Justina Gomes Barbosa.  
 Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. FND-UB.  
 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.  
 Cursos de Extensão Universitária em Direito Diplomático e Consular, Universidade do Brasil.  
 Professor de Prática Diplomática II, IRBr, 1975.  
 À disposição do Ministério da Indústria e do Comércio, Secretaria de Tecnologia Industrial, 1979/80.  
 Cônsul de Terceira Classe, 31 de dezembro de 1960.  
 Segundo Secretário, merecimento, 30 de dezembro de 1963.  
 Primeiro Secretário, merecimento, 29 de novembro de 1968.  
 Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de 1973.  
 Ministro de Segunda Classe, merecimento, 12 de junho de 1978.  
 Ministro de Primeira Classe, merecimento, 16 de junho de 1982.  
 Secretário do Ministério de Estado, 1967/69.  
 Assistente do Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, 1974.  
 Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual, Departamento Cultural, 1974/79.  
 Agregado, 1979/81.  
 Secretário de Assuntos Legislativos, do Gabinete do Ministro de Estado, 1981/83.  
 Los Angeles, Vice-Cônsul, 1962/63.  
 Los Angeles, Chefe do SEPRO, 1962/65.  
 Los Angeles, Cônsul-Adjunto, 1963/65.  
 Buenos Aires, Segundo-Secretário, Chefe do SEPRO, 1965/67.  
 Madrid, Primeiro-Secretário, 1970/72.  
 Madrid, Conselheiro, Encarregado de Negócios, 1973.  
 Madrid, Encarregado de Negócios, 1973.  
 XV Congresso da União Internacional dos Organismos Oficiais de Turismo, Buenos Aires, 1960 (assessor).  
 Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas do Ministério da Agricultura, 1960/61 (representante do MRE).  
 À disposição do Gabinete Civil da Presidência da República, 1961 (Oficial-de-Gabinete do Presidente).  
 À disposição do Governo de Minas Gerais, 1962.  
 Feiras de Frankfurt-sobre-o-Meno e Munique, 1962 (observador).  
 Centro de Estudos Brasileiros, Buenos Aires, 1966 (encarregado, interino).  
 Reunião dos Chefes de Estados Americanos, Punta del Este, 1967 (assessor).  
 II Conferência da ONU para o Comércio e Desenvolvimento, Nova Delhi, 1968 (assessor).  
 I Reunião da Comissão Mista Brasil-Japão, Tóquio, 1968 (assessor).  
 II Conferência dos Países da Bacia do Prata, Santa Cruz de la Sierra, 1968 (assessor).  
 Comitiva do Ministro de Estado, visitas ao Uruguai, Paquistão, Índia, Japão, Bélgica e Alemanha, 1968.  
 XVII Conferência Geral da UNESCO, Paris, 1974 (assessor).  
 Comissão Fulbright, 1975 (representante do MRE).  
 Comissão de Assuntos Internacionais do MEC, 1975 (representante do MRE).  
 Reunião da Comissão Mista Cultural Brasil-México, 1975 (assessor).  
 XIX Conferência Geral da UNESCO, Nairobi, 1976 (delegado).  
 À disposição do Diretor-Geral da UNESCO, em sua visita oficial ao Brasil, 1976.

Primeiro Congresso Nacional da Cultura, Salvador, 1976.

A disposição do Ministro da Cultura da França, em sua visita oficial ao Brasil, 1976.

XX Conferência Geral da UNESCO, Paris, 1978 (delegado).

Reunião Mista Cultural Franco-Brasileira, 1978 (chefe).

Conselho da Administração do IBGE, 1978 (representante do MRE).

Conselho da Casa do Brasil em Londres, 1979 (membro).

Conselho Deliberativo do IBECC, 1979 (membro).

Reunião da Comissão Cultural Belgo-Brasileira, Bruxelas, 1979.

III Conferência Geral da UNIDO, Nova Delhi, 1980 (chefe).

Reunião "Energia é os Países em Desenvolvimento", Zagreb, 1980 (representante).

Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, Bonn, 1980 (delegado).

XXI Conferência Geral da UNESCO, Belgrado, 1980 (delegado).

III Reunião de Consulta da UNIDO sobre a Indústria de Fertilizantes, São Paulo, 1980 (chefe da delegação do Brasil).

VII Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Relações Econômicas, Brasília, 1980 (membro).

Missão Comercial aos Países da ASEAM, 1981 (representante do MIC).

Reunião da União Interparlamentar, Roma, 1982 (membro).

Reunião do Conselho Executivo da U.I.P., Helsinque, 1983 (membro).

Missão Parlamentar Brasileira a URSS, 1983 (assessor).

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial, Brasil.

Medalha "Tamandaré", Brasil.

Medalha Cruz do Mérito Naval, Espanha.

Ordem de Isabel 1ª Católica, Comendador, Espanha.

Ordem do Tesouro-Sagrado, Quarta Classe, Japão.

Ordem do Sol, Peru.

Ordem da Estrela de Judá, Oficial, Etiópia.

Ordem do Infante Dom Henrique, Comendador, Portugal.

Ordem de Nuñez de Balboa, Grande-Oficial, Panamá.

O Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa se encontra nesta data no exercício de suas funções de Chefe da Secretaria para Assuntos Legislativos.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, de 1984. — **Almir Franco de Sá Barbuda**, Chefe, Substituto, da Divisão do Pessoal.

(À Comissão de Relações Exteriores.)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

**PROJETOS DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 1984**

Acrescenta dispositivo ao art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, com vistas a permitir o computo das horas extras habituais ao tempo de serviço, para efeito de aposentadoria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado ao art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, o seguinte § 10:

“§ 10 O segurado que habitualmente presta trabalho extraordinário e cuja contribuição previ-

denciária é feita também sobre as respectivas horas extras, terá direito à antecipação de sua aposentadoria por tempo de serviço, por tanto tempo quanto perfeçam as horas trabalhadas suplementarmente, tudo na forma a ser estabelecida em regulamento.”

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei dentro do prazo de noventa (90) dias.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das fontes de receitas normais da previdência social.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

A aposentadoria por tempo de serviço, benefício previdenciário originalmente disciplinado no art. 32 da LOPS (Lei nº 3.807, de 1960), tem a regrá-lo, hoje, todavia, o art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.

Ali cuida-se, portanto, de estabelecer a forma e condições em que o benefício é concedido, bem como, especialmente, os meios de comprovação do tempo de serviço prestado e a maneira de se computá-lo. Por isto, é o lugar adequado para inserirmos a medida aqui pleiteada, uma antiga e justa reivindicação das classes trabalhadoras, principalmente daquelas que abrigam habituais prestadores de serviço extraordinário.

A verdade, de todos sabida, é que existem algumas categorias de trabalhadores que, ao contrário de prestarem oito (8) horas de trabalho diariamente, prestam 10, 12, 14 ou até mais horas. Tal é o caso, por exemplo, dos barrageiros e dos empregados na construção civil, que trabalham em permanente regime de horário prorrogado, durante o dia expostos ao sol ou à chuva, assim como no sereno das noites, nas trocas de turmas. Muitos o fazem por exigência da empresa empregadora que geralmente tem prazo certo para a entrega da obra, ao passo que outros para aumentar o poder aquisitivo dos salários, caso em que emendam domingos e feriados.

Tais trabalhadores, todavia, não se diferenciam dos demais que trabalham apenas oito horas por dia e, portanto, para alcançarem a aposentadoria por tempo de serviço do art. 10, da Lei nº 5.890/73, devem trabalhar os mesmos trinta anos. Só que são trinta anos de dias com 10, 12, 14 ou mais horas de serviço.

A diferença salta aos olhos e não poderia deixar de ser considerada pela legislação previdenciária, quando trata da concessão da aposentadoria por tempo de serviço, até porque o desgaste físico de uns é alcançado em muito menor tempo.

A tanto se propõe o projeto de lei que ora estou tendo a honra de apresentar à consideração da Casa que, por isto mesmo, atendendo à exigência do parágrafo único do art. 165, da Constituição, prevê fonte de custeio, embora nem precisasse fazê-lo, uma vez que é normalmente obrigatória a contribuição sobre as horas extras trabalhadas.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 1984. — **Nelson Carneiro**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.890, DE 8 DE JUNHO DE 1973

Altera a legislação de previdência social e dá outras providências.

Art. 10. A aposentadoria por tempo de serviço será concedida aos trinta anos de serviço:

I — até a importância correspondente a 10 (dez) vezes o maior salário mínimo vigente no País, em valor igual a:

a) 80% (oitenta por cento) do salário-de-benefício, ao segurado do sexo masculino;

b) 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, ao segurado do sexo feminino;

II — sobre a parcela correspondente ao valor excedente ao do item anterior aplicar-se-á o coeficiente previsto no item II do artigo 5º desta lei;

III — o valor da renda mensal do benefício será a soma das parcelas calculadas na forma dos itens anteriores e não poderá exceder ao limite previsto no item III do artigo 5º, desta lei.

§ 1º Para o segurado do sexo masculino que continuar em atividade após 30 (trinta) anos de serviço, o valor da aposentadoria, referido no item I, será acrescido de 4% (quatro por cento) do salário-de-benefício para cada novo ano completo de atividade abrangida pela previdência social, até o máximo de 100 (cem por cento) desse salário aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço.

§ 2º O tempo de atividade será comprovado na forma disposta em regulamento.

§ 3º A aposentadoria por tempo de serviço será devida:

I — a partir da data do desligamento do emprego ou da cessação da atividade, quando requerida até 180 (cento e oitenta) dias após o desligamento;

II — a partir da data da entrada do requerimento, quando solicitada após decorrido o prazo estipulado no item anterior.

§ 4º Todo segurado que, com direito ao gozo de aposentadoria de que trata este artigo, optar pelo prosseguimento no emprego ou na atividade fará jus a um abono mensal, que não se incorporará a aposentadoria ou pensão, calculada da seguinte forma:

I — 25% (vinte e cinco por cento) do salário-de-benefício, para o segurado que contar 35 (trinta e cinco) ou mais anos de atividade;

II — 20% (vinte por cento) do salário-de-benefício, para o segurado que tiver 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) anos de atividade.

§ 5º O abono de permanência será devido a contar da data do requerimento, e não variará de acordo com a evolução do salário do segurado, fazendo-se o reajustamento na forma dos demais benefícios de prestação continuada.

§ 6º O tempo de atividade correspondente a qualquer das categorias de segurado previstas no artigo 5º, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, será computada para os fins deste artigo.

§ 7º Além das demais condições deste artigo, a concessão da aposentadoria por tempo de serviço dependerá da realização, pelo segurado, de no mínimo 60 (sessenta) contribuições mensais.

§ 8º Não se admitirá, para cômputo de tempo de serviço, prova exclusivamente testemunhal. As justificações judiciais ou administrativas, para surtirem efeito, deverão partir de um início razoável de prova material.

§ 9º Será computado o tempo intercalado em que o segurado esteve em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, e sem que haja contribuindo na forma do artigo 9º, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

(As Comissões de Constituição e Justiça, Legislação Social e de Finanças.)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 1984

Altera dispositivo do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966 que “estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S.A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 16, caput, do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. Os armadores ou seus prepostos, des- de que brasileiros, poderão exercer as atribuições de

corretor de navio e de despachante aduaneiro, no tocante às suas embarcações, de quaisquer bandeiras, quer empregadas em longo curso, em cabotagem ou navegação interior.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

O art. 60 do Decreto nº 59.832, de 21 de dezembro de 1966, que regulamentou o disposto no art. 16 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, estabelecia em sua redação original que:

“Art. 60. Os armadores, agentes de empresas de navegação nacionais e estrangeiras, diretamente ou por seus prepostos — devidamente autorizados, poderão exercer as atribuições de corretor de navio e de despachantes aduaneiros, no tocante às embarcações nacionais e estrangeiras, empregadas na navegação de longo curso, grande ou pequena cabotagem, ou de navegação interior, de sua propriedade, armação ou agenciamento.”

Aliás, o parágrafo único do art. 61 do mesmo Decreto nº 59.832/66, em perfeita consonância com os objetivos de nacionalização contemplados no Decreto-lei nº 5/66, consignava que:

“Art. 61. ....

Parágrafo único. Aos agentes é permitido poderes, ou credenciar empregados seus **brasileiros**, para as atribuições das funções de que trata o art. 60.” (Grifo nosso.)

Já o Decreto nº 61.336, de 12 de setembro de 1967, não somente revogou o atrás citado art. 61 do Decreto nº 59.832/66, além de outros de seus dispositivos, como deu nova redação ao art. 60, inovando completamente e extravasando a sua competência regulamentar, ao determinar, através do novo texto dado ao dito art. 60, **verbis**:

“Art. 60. Os **armadores nacionais ou estrangeiros** e os agentes de empresas de navegação nacionais ou estrangeiras poderão exercer, diretamente ou por seus prepostos, as atribuições de corretor de navios e as de despachante aduaneiro, no tocante às embarcações nacionais... etc.” (Grifo nosso.)

Assim, por um passe de mágica, operado através não da lei, mas do decreto regulamentar (numa medida posterior decorrente da modificação do Decreto nº 61.336/67), o que era privativo de brasileiro passou a ser permitido a estrangeiros.

A demasia relativamente a tal permissão é evidente, eis que não constava da lei ou de seu primeiro regulamento, além de inteiramente contrária às considerações de ordem nacional que orientaram a edição do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966 que, visando a um fim social específico, certamente não quis beneficiar outras pessoas estranhas, além das que, por definição, se compreendem no âmbito dominado pelas preocupações expressas e na sua motivação.

De outra parte, **armador estrangeiro**, ou seu representante, não está **vinculado** a nenhum dos sistemas de transporte **sujeitos** ao Ministério da Viação e Obras Públicas (hoje, Ministério dos Transportes), não sendo, além disto, concessionário de serviço público. Seu interesse não se relaciona com o interesse nacional.

Vale lembrar também que a ampliação pretendida pelo Decreto nº 61.336/67 vulnera o chamado “Estatuto dos Estrangeiros”, que desde o Decreto-lei nº 941, de 13 de outubro de 1969, art. 118, VI, veda ao estrangeiro,

qualquer que seja sua situação no País, **ser corretor de navios**. A mesma proibição se manteve no recente diploma legal que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (DO de 10-12-81), cujo art. 106, VI, combinado com o art. 125, XI, contém até punições, como adiante se vê:

“Art. 106. É vedado ao estrangeiro:

VI — ser corretor de navios, de fundo público, leiloeiro e despachante aduaneiro;

Art. 125. Constitui infração, sujeitando o infrator às penas aqui cominadas:

XI — infringir o disposto nos arts. 106 ou 107;  
Pena — detenção de um a três anos e expulsão”

A proibição diz tudo. Quem não pode ser corretor de navios, não poderá exercer suas atribuições, nem diretamente nem através de prepostos em seu nome.

Impõe-se, portanto, a alteração aqui projetada que, sendo feita no texto da lei, isto é, do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, certamente prevalecerá sobre a inconveniente liberalidade do Decreto nº 61.336/67, revogando-a tacitamente.

Saliente-se finalmente o arquivamento das proposições apresentadas pelos ilustres Deputados Athiê Caury (PL nº 2.290/70), Vasco Neto (PL nº 4.181/80) e Nêlio Lobato (PL nº 6.242/82), tratando de diferentes aspectos da situação do despachante aduaneiro.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 1984. — **Jaison Barreto**.

(As Comissões de Constituição e Justiça, Economia e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos à Comissões competentes.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume, por permuta com o nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. JORGE KALUME** (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na noite de 23 de abril deste ano, entre cânticos e discursos de reconhecimento, a missa rezada na Catedral de Brasília teve um sentido diferente. A solenidade objetivou homenagear S. Ex.ª D. José Newton de Almeida Baptista, primeiro Arcebispo de Brasília, ao entregar o Governo Arquiepiscopal. O Templo Metropolitano Nossa Senhora Aparecida iluminou-se ante a cerimônia religiosa em homenagem a um administrador que soube cumprir o espinhoso e difícil encargo de dirigir uma nova e recém-criada Arquidiocese.

Já que estamos na Terra Prometida, há muitos anos preconizada no sonho de Dom Bosco, que no paralelo de 15º “surgirá uma nova civilização no Planalto Central brasileiro, onde correrá pão e mel”, leva-me nesta oportunidade, embora com regular atraso, a iniciar este louvor a D. José Newton, lembrando o padroeiro de Brasília: “A maior graça que Deus pode conceder a uma família é um filho sacerdote.”

Pois bem, D. José Newton, natural de Minas Gerais, atraído pelo seu próprio pendor, robustecido no ambiente familiar e cristão em que nasceu e viveu, como soem ser os lares mineiros, não tardaria a frequentar o Seminário Menor e, poucos anos depois, estaria na sua Faculdade — o Seminário Maior — onde iria beber os ensinamentos superiores, que lhe dariam condições de conduzir seu rebanho dentro da mais pura senda do Divino Mestre.

Sabia tratar-se o sacerdócio de uma incumbência não comum, plena de sacrifícios, pois fora o Filho de Deus

feito homem que ensinara “Toma a tua cruz e segue-me.” E o sacerdote José, que até no prenome trouxe a bondade do esposo de Maria, lançou-se a sua tarefa de evangelizar pensando naqueles versos simples mas expressivos:

“O sacerdócio, ó luz de inebriar o meu viver, na quadra mais florida! Feliz que cedo, por primeiro altar Tive os joelhos de minha mão querida!”

E S. Ex.ª Revm.ª que aqui chegara com o fundador e criador de Brasília, o inolvidável Presidente Juscelino Kubitschek soube, durante 24 anos, conduzir o seu rebanho com invulgar proficiência e humildade, algumas de suas características, e com o zelo de verdadeiro pastor! A sua ação, somada ao seu dinamismo invulgar, está retratada nas mais variadas obras de cunho religioso, social, cultural e material na área do Distrito Federal. Melhor do que as minhas palavras, transcrevo o depoimento insuspeito do Bispo D. Geraldo de Ávila, publicado no Boletim **O Povo de Deus**, sob o número 21, de 22 de abril deste ano:

#### A DOM JOSÉ NEWTON

No mês de agosto de 1954, há quase 30 anos, conheci o nosso Arcebispo Dom José Newton, quando Sua Ex.ª chegava à Arquidiocese de Diamantina.

Era eu então vigário em uma paróquia do interior da Arquidiocese: Guanhães. O meu primeiro contato mais direto com ele foi na primeira visita pastoral, quando eu vigário, o recebia na minha paróquia para ali ficar por 8 dias de intenso trabalho.

Foi então (1955) que comecei a perceber mais de perto a sua personalidade. Mais tarde, em 1957, fui por ele transferido para Diamantina, e desde então, primeiro na Catedral de Diamantina, depois (1962) aqui em Brasília como Vigário Geral, pude ser testemunha da grandeza deste homem que Deus colocou, na nossa Igreja.

Desejo aqui dizer um pouco de tudo o que vi e ouvi destes quase 30 anos de trabalho pastoral junto com Sua Ex.ª, de modo especial nos anos de Brasília.

Poderia definir sua personalidade dizendo: Ele me deu sempre um profundo testemunho de fé, de dedicação à Igreja, de fidelidade a tudo o que a Igreja dispõe, de zelo no pastoreio, de delicadeza de consciência, de grande amor à Eucaristia, a Maria, ao Papa, ao Sacerdócio.

Tenho a nítida impressão de que foi o homem certo para o lugar certo. Antes de tudo, chegava em Brasília, a 21-4-60 e tomava posse da nova Arquidiocese, nomeado a 12-3-60 pelo saudoso Papa João, um homem que sabia muito o ingente trabalho que iria enfrentar. Abandonara uma Arquidiocese por assim dizer, toda pronta: Diamantina. Lá deixava, depois de quase 6 anos de pastoreio, sucessor ele também de Arcebispos verdadeiros apóstolos de Jesus, um clero local zeloso e trabalhador, Seminário regurgitando de esperanças vocações, a obra das vocações (OVS) implantadas em todas as paróquias e capelas da Arquidiocese (mais de 400 centros) e a catequese organizada. Lá iniciara um trabalho de promoção humana, verdadeiramente pioneiro. Em 1955 e 1957, promovera Semanas Rurais em todas as paróquias da Arquidiocese, preparatórias da grande semana realizada na sede de Diamantina. Era edificante ver técnicos agrícolas espalhados por toda a Arquidiocese, ensinando coisas como criar galinhas e porcos, plantar em curva de nível, etc. É incalculável o bem imenso que aquilo fez ao povo simples do interior, que aprendia a ter um filtro, uma fossa, a guardar princípios de higiene e saúde. Ensinava verdadeiramente o povo a pescar.

Depois de tudo aquilo realizado, todos compreendemos que era duro começar tudo de novo.

E foi o que ele fez. Chegou aqui em 21-4-60. Encontrou alguns poucos padres. Eram 5 paróquias. Pouquíssimas religiosas. Tomou posse em um barracão de madeira ao lado da Catedral. Estava presente o então presidente Juscelino com todo o seu governo. No mesmo dia da inauguração da Capital, iniciou humildemente o seu trabalho.

Sem meios econômicos e com poucos recursos humanos, mas com muita fé. Um dia, quando alguém puder pesquisar a sua correspondência, poderá escrever esta história da Igreja em Brasília. Escrevia para cá e para lá, buscando padres, arregimentando congregações religiosas masculinas e femininas, pensando em todos os setores da vida da Igreja. Procurou ajuda dos bispos do Brasil, para conseguir seminaristas, preocupou-se com a obra social e nos primeiros momentos surgia o Seminário como primeiro fruto de sua intensa preocupação pelo problema fundamental da Igreja. Ao fazer 2 anos de Arquidiocese, Brasília já tinha seu seminário funcionando, pois foi inaugurado em fevereiro de 1962. Festa linda S. Ex<sup>a</sup> promoveu em junho de 62, para inaugurar o padroado de Nossa Senhora Aparecida. Veio de Aparecida a verdadeira imagem de Nossa Senhora. E as congregações começavam a chegar. Os colégios católicos iniciavam o seu trabalho. Cada dia surgiam novos projetos de Igrejas, Colégios, Casas Paroquiais, Obras Sociais. Hoje a Arquidiocese tem as mais variadas obras católicas, todas trazidas para cá, com zelo e ao mesmo tempo com visão dos grandes problemas que uma cidade nova acarretava. Aí está hoje, por exemplo, a pujante Casa do Candango. Ela também foi fruto de zelo pastoral pela causa dos pobres. No primeiro momento, ao mesmo tempo que pensava no seminário e nas vocações, na educação católica e na criação das paróquias, nas livrarias católicas que aí estão, pensava, também, na obra social.

Hoje a Casa do Candango acolhe mais de 500 crianças e 80 velhinhos em 3 comunidades. Fundou também para os pobres a OASSAB (Obras de Assistência e Serviço Social da Arquidiocese de Brasília), o Banco da Providência, e o Natal ao alcance de todos.

— Promoveu um Congresso de Operários em 1963 em Taguatinga e uma Semana Arquidiocesana do Menor Abandonado no Gama. Foi Conselheiro da Fundação do Serviço Social e semanalmente participava com toda alegria das reuniões, preocupou-se com os desempregados e foi desta preocupação que surgiu a Casa do Candango, incentivou a criação das Creches e dos Asilos de Velhos e, além de tudo isso, a obra educadora que fez através de seus escritos é incalculável. Sua primeira pastoral foi sobre "vocações e seminário" O escreveu em seguida uma pastoral sobre o Comunismo. Uma vez organizado **O Povo de Deus**, em 1965, nunca mais deixou de escrever todas as semanas e já compilou em 8 volumes, quase tudo o que escreveu nestes 24 anos de Brasília. Os mais variados assuntos foram abordados. Deu resposta a muitas dúvidas e incertezas. Ninguém em Brasília poderá se queixar de não ter tido uma orientação firme e segura. Mais tarde se reconhecerá a importância que teve o **O Povo de Deus** para a Arquidiocese e a Pastoral, neste período. Por isso mesmo, foi muitas vezes, contestado, criticado, alijado. Mas esta foi a maior prova de que era bom. Orientação segura que nem sempre agrada a todos. Em 1966, logo após o Concílio Vaticano II, começou um intenso trabalho de conscientização dos fiéis. Organizou 4 semanas. 2 Conferências por noite. Nomes de projeção nacional estiveram em

Brasília, trazendo sua contribuição. Em 1967, já o Cursilho dava os primeiros passos. Em 1968 estava implantado com seu apoio e entusiasmo, porque vira no Cursilho de Cristandade uma força nova bem dentro do espírito da Igreja que ele tanto ama. Em 1969, iniciava a preparação do Congresso Eucarístico. Esta lhe custou muito sangue e muitas lágrimas. Encontrou dificuldades de todos os tipos, dentro e fora de casa. Enfrentou-as com coragem e fé. Venceu. Porque, a partir do Congresso Eucarístico, a Igreja de Brasília tomou um novo impulso. Começam a surgir os movimentos leigos: TLC, Eureka, Pastoral da Juventude, Encontros de Casais, Equipes de Nossa Senhora, PROSE, Emaús, Joia, Renovação Carismática, Neocatecumenato, Encontro do Diálogo, Escalada, Congregações Marianas, Apostolado da Oração, e assim por diante, muitos outros foram florescendo. Hoje, 32 florescentes movimentos de leigos estão às ordens de seu pastor.

É muito difícil descrever tudo o que foi feito nestes 24 anos de Brasília. Recordamos alguns tópicos que servem ao menos para definir a personalidade de Dom José Newton e para dar uma pálida idéia de sua obra. O futuro dirá que Arcebispo Brasília teve a graça de possuir.

Voltando os olhos para trás, todos poderão ver que o seu plano de Pastoral foi este: Catequese, Evangelização, Família e Juventude, Pastoral Vocacional (formação de sacerdotes e leigos) e promoção humana. Estas foram as suas grandes preocupações e a grande obra que nos deixa. Seu plano de Pastoral ficou escrito nas suas obras.

Que Deus recompense tudo o que fez pelo Advento do Reino de Cristo em Brasília. "Adveniat regnum tuum" é o seu lema.

Brasília, 21 de abril de 1984.

24<sup>o</sup> de sua posse como Arcebispo de Brasília

+ Geraldo de Ávila — Bispo Auxiliar e Vigário Geral." (Do Boletim **O Povo de Deus** — nº 21 de 22-4-84)

E não foi diferente a Homilia do Monsenhor Damasceno, quando da missa de despedida, vazada em palavras ternas de reconhecimento. Ei-la:

#### HOMILIA FEITA POR MONS. DAMASCENO NA MISSA DE DESPEDIDA DE D. JOSÉ NEWTON

**Caríssimo Senhor Arcebispo D. José Newton.**

O saudoso Papa João XXIII, ao acompanhar, com a solicitude de Pastor, a construção da nova Capital do Brasil, desejando que a fé cristã e a verdadeira Religião fossem o fundamento seguro de Brasília e que as necessidades de seu numerosíssimo povo laborioso e generoso fossem atendidas", erigiu, a pedido do então Sr. Nuncio Apostólico, D. Armando Lombardi, de venerável memória, em 16 de janeiro de 1960, a nova Arquidiocese Brasiliopolitana, constituída pelo novo Distrito Federal.

A cidade-menina estava prestes a deixar de ser uma esperança apenas, para tornar-se, não só o centro geográfico do País, mas também, e sobretudo, "o cérebro das altas decisões nacionais".

Em 12 de março quase um mês antes da inauguração da Capital da República, o mesmo Pontífice nomeou o então Arcebispo de Diamantina, D. José Newton de Almeida Baptista, o primeiro Arcebispo da nova Capital.

Senhor Arcebispo, ao reler a bula de nomeação de Vossa Excelência, descobrimos as razões que levaram o Santo Padre a indicá-lo para o cargo tão alto: "Vós, brilhando por uma sincera piedade e elevado conhecimento das coisas e dos homens, dais esperança segura, não só de empenhar todas as forças e todo o zelo em cultivar sabiamente os espíritos dos cidadãos, mas também de levá-los até

Vossa Excelência viu nesta escolha do Vigário de Cristo o apelo de Deus a uma maior renúncia em sua vida de Bispo, pois jamais a desejou.

Relutando, obedeceu ao chamado de Pedro e deixou a vetusta Sede Diamantinense para vir, cheio de fé, esperança e amor, rumo ao desconhecido, onde difícil tarefa o aguardava.

Exatamente há 24 anos e 2 dias, Vossa Excelência tomava posse da nova Arquidiocese, no mesmo dia da inauguração da Cidade, num galpão, ao lado das obras desta grandiosa Catedral, apenas iniciada, servindo de "catedra" uma cadeira de pau tosco, improvisada, diante de altas autoridades e grande número de fiéis.

De lá pra cá, quase cinco lustros se passaram com todas as contingências e vicissitudes próprias da espinhosa missão.

Aqueles que o conhecerem e, no futuro, aqueles que irão escrever a ação da Igreja em Brasília nesse primeiro quarto de século, haverão de testemunhar o sofrimento, o amor, a competência, a fidelidade com que Vossa Excelência desempenhou sua tarefa apostólica na tríplice dimensão de Mestre, Pai e Pastor.

No discurso de posse, já na qualidade de nosso primeiro Arcebispo, afirmava Vossa Excelência: "Trago a missão de viver e fazer viver a uma doutrina — a do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo e a do Magistério da Santa Igreja".

Mais tarde, descrevia a missão do Bispo, citando Paulo VI: "A missão de ensinar, de anunciar o Evangelho é dever que não é lícito descurar. Ai de mim se não evangelizar! (1 Cor. 9,16). O magistério é um dos maiores poderes confiados por Cristo aos Apóstolos e seus sucessores, na difusão da mensagem de verdade e de salvação que é justamente o Evangelho".

Vossa Excelência ensinou de muitos modos, "a fim de que a verdade do Evangelho fosse preservada". Desde os primeiros anos ficaram conhecidas suas cartas pastorais, seus artigos semanais no "Povo de Deus", fundado em 1965 para facilitar a participação do povo na Eucaristia, difundir a palavra do pastor e a atividade da Igreja em Brasília.

Vossa Excelência não se cansou de alimentar o povo que lhe foi confiado com "as palavras da fé e da boa doutrina", utilizando também os meios que a técnica hodierna colocou à nossa disposição: o rádio, a televisão, a imprensa.

Não faltou, em momento algum, a palavra de orientação de exortação e de advertência.

No mesmo discurso de posse, Vossa Excelência asseverava ainda que o governo do novo Bispo se definia "com duas palavras, repassadas de suavidade: pai e pastor".

A Igreja não pode limitar-se a anunciar verbalmente que Deus libertou os homens do pecado e da morte, em Cristo morto e ressuscitado, mas realiza eficazmente a salvação, libertando os homens do pecado e fazendo-os participantes da vida de Jesus Cristo mediante os sacramentos.

"Ide, pois, fazei discípulos meus todos os povos, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a observar tudo quanto vos mandei". Eu vim para que todos tenham a vida e a tenham em abundância".

Ao longo destes quase vinte e cinco anos Vossa Excelência foi o verdadeiro pai de suas ovelhas, transmitindo-lhes a verdadeira vida sobrenatural pelos sacramentos dos quais o bispo é o primeiro ministro.

Aqui, na Catedral, e nas demais igrejas da Arquidiocese, Vossa Excelência foi "o despenseiro dos

aonde alcançava a imortalidade, todas as esperanças se realizem, depois das árduas peleja desta vida".

mistérios de Deus, quer batizado, dando o perdão, quer, sobretudo, administrando a crisma, presidindo a eucaristia e ordenando diáconos e presbíteros.

A missão de ensinar, santificar e apascentar tem por fonte a missão de representar o divino Pastor.

Vossa Excelência foi o bom pastor deste rebanho que lhe foi confiado. Foi o encarregado pelo Senhor de "dar em tempo oportuno o alimento a toda a casa".

Todos fomos objeto de sua solicitude, desde os sacerdotes aos quais procurou tratar como amigos, recebendo-os sempre que o procuravam, até as autoridades constituídas e as pessoas mais carentes, aos quais Vossa Excelência dedicou especial atenção através da Caritas Arquidiocesana, da Casa do Candeio, bem como pela sua presença como Conselheiro da Fundação do Serviço Social e, ultimamente, como criador do Banco da Previdência para atender à promoção social no Distrito Federal.

Habitados que somos, hoje em dia, a medir o trabalho em termos quantitativos, bastaria citar de relance alguns dados para se poder avaliar o que foi feito neste período de 24 anos: 52 paróquias, 31 movimentos de leigos, 79 comunidades religiosas, 2 seminários em pleno funcionamento, realização esta de sua primeira meta, entre as metas prioritárias de seu governo.

Em 1960 Vossa Excelência escrevia aos Bispos do Brasil pedindo a contribuição de um seminarista maior como único recurso para dar início à formação de um clero diocesano. Hoje, Vossa Excelência oferece a vários bispos o Seminário Maior de Brasília, confiado à experiente Sociedade de São Sulpício, para a formação de seus futuros padres.

Senhor Arcebispo, a esperança depositada pelo Santo Padre, ao iniciá-lo como primeiro Arcebispo de Brasília, não foi em vão e a certeza de que empenharia todos os seus esforços e zelo na condução desta porção do povo de Deus, confirma-se pelos abundantes frutos colhidos no final de seu pastoreio, graças às bênçãos de Deus, à colaboração do seu presbitério, dos religiosos, religiosas e dos leigos.

Esta missa, por conseguinte, é ação de graças a Deus Pai por Jesus Cristo no Espírito Santo pelo seu fecundo e benemérito episcopado.

#### Gratias agamus Domino Deo Nostró

Como Pedro no seu discurso, e as santas mulheres, primeiras testemunhas da ressurreição de Jesus, Vossa Excelência anunciou a Boa-Nova da Morte e Ressurreição de Jesus, como acontecimentos salvíficos nos quais se realizou e se realiza a salvação dos homens e tornam presente essa salvação pelos sacramentos, edificando, aqui a Igreja de Cristo.

Muito ainda se poderia dizer de V. Ex<sup>a</sup> Apresentei apenas latices de seu múnus episcopal neste quase um quarto de século presente a Igreja do Distrito Federal.

Tendo chegado o tempo de nos deixar, Dom José Newton continuará conosco, pelo exemplo, pela lembrança, pela saudade. E mais: continuará indissolavelmente unido à Igreja, servindo-a nas atividades diárias que Deus ainda lhe reservará.

Cremos que neste instante, Senhor Arcebispo, Vossa Excelência pode exclamar com toda a certeza, como São Paulo, convicto diante de Deus de ter cumprido sua missão: "Combati o bom combate, terminei minha carreira, guardei a fé".

(Do Boletim O Povo de Deus — nº 24 — de 13-5-84)

E S. Ex<sup>a</sup> Revm<sup>a</sup> depois de cumprir a sua tarefa, entregou o cajado a outro pastor capaz e que, no seu pastoreio, saberá engrandecer cada vez mais o reino de Deus, nesta terra da promessa. Trata-se do Arcebispo D. José Freire Falcão, que administrava o arcebispado do Piauí, com sede em Teresina. Ao assumir esta sua nova Arquidiocese, dirigiu simpática e profunda mensagem ao povo brasileiro, da qual destacamos alguns trechos:

"Cearense, com um pedaço de minha vida e de meu coração no Piauí, abraço todos vós, brasileiros, neste primeiro encontro solene convosco em torno do altar do Senhor. Sois, todos vós, meus irmãos, aos quais devo, por uma escolha misericordiosa de Deus, anunciar a Boa Nova da Salvação.

É profunda minha alegria por ser o Pastor desta comunidade católica, ao serviço da qual estarei particularmente ligado. Comunidade marcada pela fisíonomia humana, espiritual e apostólica de D. José Newton de Almeida Baptista, vosso primeiro arcebispo. Teve ele o mérito, que não caberá a qualquer outro sucessor dele, de implantar a Igreja Católica no Distrito Federal. Brasília começou como Caítal de nosso País, em 21 de abril de 1960, com o seu ministério pastoral."

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Expressando o sentimento do Senado Federal, que é grato a S. Ex<sup>a</sup> Revm<sup>a</sup> D. José Newton, pela obra desenvolvida, desejo-lhe que continue a desfrutar da mesma felicidade que soube proporcionar a seus semelhantes.

**O Sr. Helvídio Nunes** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JORGE KALUME** — Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Helvídio Nunes** — Desejo congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> pela homenagem que presta hoje a D. José Newton, ex-Arcebispo de Brasília. Eu me lembro que, meses atrás, quando a Igreja determinou o deslocamento de D. José Freire Falcão de Teresina para esta Capital, tive oportunidade de, ao noticiar o evento fazer também uma ligeira saudação a D. José Newton. De maneira que eu me solidarizo com V. Ex<sup>a</sup>, pelo pronunciamento na tarde de hoje e dirijo a D. José Newton os meus calorosos votos de aplausos pelo trabalho edificante que realizou à frente da Arquidiocese de Brasília, ao mesmo tempo em que renovo meus votos por um feliz pontificado a D. José Freire Falcão.

**O SR. JORGE KALUME** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, e com muita alegria, incorporo as suas palavras ao meu pronunciamento que veio, inclusive enriquecê-lo. Eu desejaria deixar, mais uma vez, registrado que efetivamente foi V. Ex<sup>a</sup> a primeiro Senador a assinalar a presença de D. José Freire Falcão e o primeiro a homenagear o Arcebispo D. José Newton pela grandiosa e maravilhosa obra que prestou ao mundo católico de Brasília.

Concluo esta saudação inserindo o artigo "Missão Cumprida" do Povo de Deus, número 23 de 29 de abril do corrente ano, no qual S. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, relevo o trabalho cristão:

E aqui vai anexado também "Missão cumprida" põe em escrita por D. José Newton.

#### "MISSÃO CUMPRIDA"

Refiro-me, hoje, à Folha Semanal da Arquidiocese de Brasília, a que damos título de "O POVO DE DEUS"... hoje é o último domingo, em que ocupo esta página, como, pai e pastor deste querido rebanho.

De 1962 a 1965, decorreram as Sessões do II Concílio Ecumênico do Vaticano. Foram de extror-

dinária atividade para os pastores da Igreja Universal, sob os pontificados de inesquecíveis e grandes Papas. Primeiro João XXIII, suscitado pela Divina Providência, quase octagenário, para traçar os rumos de uma inadiável atualização eclesial. O termo usado e invocado era o de "aggiornamento", que o inspirado Pontífice explicava: não se muda a Igreja de Cristo, mas, como toda instituição que funciona em meio aos homens ela também precisa ser atualizada. E comparava, para melhor explicitar, com um objeto precioso cuja beleza a pátina do tempo encobriu. Era volta às origens... e o Espírito Santo serviu-se do "Papa da Bondade" para surpreender o mundo com a iniciativa do Concílio, e também com o primeiro Sínodo da Diocese de Roma e o lançamento da reforma do Código do Direito Canônico, agora posto em vigor passados anos de intenso labor.

Depois, serviu-se Deus de Paulo VI, para levar a termo os trabalhos do maior Concílio da história e para regulamentá-lo...

Os Bispos do mundo inteiro acudiam cada ano às tarefas do Concílio em Roma... mas, em 1965, a empreitada consistiria em aplicá-lo em suas dioceses, sem desandar para os extremos, mas, seguindo o bom senso do equilíbrio na aplicação das renovações e na fidelidade absoluta à Igreja, sempre assistida pelo Espírito Santo; fiéis às suas estruturas divinas que alicerçam a colegialidade dos Bispos, e também o imprescindível primado do Papa na jurisdição e no magistério da Fé; fidelidade aos ensinamentos e sábias disposições, sem contestações de doutrina ou divergências práticas na Moral ou na Liturgia, de ideologias ou de pluralismos teológicos.

Foi nessa altura que organizamos as "Semanas de Conscientização" que levassem a todos os Diocesanos o conhecimento exato dos Documentos conciliares, um a um e foi, também, quando nasceu "O POVO DE DEUS", cujo primeiro número veio a lume no mês de julho de (1965) e entra agora em seu vigésimo ano — guia litúrgico, laço de união, púlpito de catequese. Uma seção, intitulada de "A Palavra do Pastor", levou nossa pregação evangelizadora às mentes e aos corações. Hoje encerram-se em onze volumes esse recado apostólico, acompanhado de outras pregações.

Se me despeço do Semanário não considero a hora como uma despedida, nem do povo nem da missão evangelizadora e santificadora que o Senhor me confiou há longos e dilatados anos, e nos quais procurei cuidar das ovelhas sob o meu cajado de pastor. Delas talvez, não tenha atendido bem a todas as legítimas aspirações e justas esperanças. Contenta-me, porém, o saber que a mensagem cristã jamais perde sua força, principalmente nesta fase da história, em que muito se enganam trilhando uma ideologia, que fala muitos em "libertação", mas não liberta, por falha de verdade, como o atesta a história do socialismo.

De fato, entre a visão transcendente do Cristianismo e a visão imanente do marxismo, entre espiritualismo e materialismo, é forçoso reconhecer que não tem sentido confrontar uma ideologia com uma mensagem religiosa: fé e ideologia não ocupam o mesmo plano.

O que importa hoje, mais que nunca é fazer saber e viver uma síntese harmoniosa entre a fé e a cultura: fé que ilumina e dilata os horizontes da cultura e uma cultura que interpela e enriquece os ensinamentos da fé.

Ao deixar o governo da Arquidiocese, velarei pelas almas, como sacerdote do Cristo e sob o amparo

de Maria, enquanto o Senhor me der vida permanecendo na Brasília que vi e senti brotar e crescer, como eterna Cidade da Esperança.

**José Newton**

(Do Boletim O Povo de Deus — nº 23 — 29-4-84)

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena.

**O SR. FÁBIO LUCENA (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo, de modo sincero, apresentar ao Senado um voto que expresse o desejo real, verdadeiro de que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, recentemente acometido de uma enfermidade, tenha restaurada plenamente a sua saúde física a fim de que possa continuar exercendo o cargo presidencial.

É bem verdade, Sr. Presidente, que não há muita diferença entre o fato de estar o General Figueiredo ocupando a Presidência da República ou de se encontrar o General Figueiredo num leito hospitalar. A única diferença, evidentemente, para a qual já realcei um voto de auspício e um apelo ao Pai Celestial é que no hospital Sua Excelência está doente e que nenhuma doença física, de qualquer natureza, no Presidente da República faz bem a Brasil e aos brasileiros e muito menos a nós, da Oposição, que desejamos, sinceramente, o General Figueiredo na plenitude de sua saúde. Mas, quando se encontra no exercício da Presidência, Sua Excelência sofre de um mal ainda maior, incurável, segundo Sua Excelência próprio, que é a falta de vontade de governar esta República.

O Presidente da República já, por várias vezes, manifestou o seu desejo de deixar de governar os brasileiros. É lamentável que isto tenha acontecido ou venha acontecendo, sobretudo quando o Presidente, fazendo um auto-retrato do seu próprio Governo, declarou, recentemente, que o povo brasileiro não merece os políticos que possui. De fato, Sr. Presidente, em tempo algum, na História Pátria, houve uma oportunidade como esta em que o Brasil jamais mereceu o Governo que tem.

Sr. Presidente, neste mundo escandalizado pelo imprevisível que estamos vivendo, anunciam-se para os próximos sábado e domingo as convenções partidárias. E não sei onde anda o Superior Tribunal Eleitoral que não manda prender em flagrante delito por abuso de poder econômico e por crime eleitoral os cidadãos Paulo Maluf e Mário Andreazza, que alugaram, nas barbas da Justiça Eleitoral, assim, como a insinuar que a Justiça Eleitoral de tão barbuda é igualmente inerte, alugaram, por não sei quantos bilhões de cruzeiros, todas as dependências de todos os hotéis da Capital da República. E ainda encaminharam aos Senadores da República, com exceção de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, com exceção de mim e de outros colegas que provavelmente não o receberam, telegrama oferecendo ao Senadores da República hospedagem em hotel de cinco estrelas de Brasília, para ali permanecerem durante a data das convenções.

Eu, Sr. Presidente, quando ingressei na vida pública, o fiz depois de entrar por várias portas de cadeias políticas e delas sair, inclusive das do Exército. Como não tive a felicidade de servir ao Exército, por ter nascido num município não tributário — na época os seus municípios eram isentos da prestação do serviço militar — não tive eu a glória e a honra de ter vestido a farda verde-oliva da minha Pátria, pude servir depois, Sr. Presidente, em 1964, como prisioneiro por crime que até hoje cometo,

que é o de expor livremente, da forma como os entendo, os meus pontos de vista, as minhas opiniões, que são ditadas pela minha consciência.

Assim, Sr. Presidente, peço a todos os colegas do PMDB, peço-lhes pelo amor de Deus, peço-lhes por tudo que humanamente lhes seja sagrado, que me expliquem, Sr. Presidente, que me orientem, que me ensinem o seguinte mistério, para mim nebuloso, incompreensível, dada talvez a limitação, a pequenez de minha capacidade de compreensão dos fenômenos humanos: como é possível, Sr. Presidente, como é possível meus estimados companheiros do PMDB, como é crível, como crer, como compreender que possa o PMDB, na convenção de domingo, escolher um candidato a Presidente da República, do PMDB, que é o eminente Governador Tancredo Neves e um candidato a vice-Presidente da República filiado ao PDS, que é o Senador José Sarney? Quero que me ensinem, primeiro, se a lei permite; segundo, se o bom senso partidário leva a aceitar essa escolha; terceiro, se as tradições liberais, democráticas, tanto do PMDB quanto de grande parcela do PDS, não estão entrando em choque neste momento crucial para os destinos da República.

Sr. Presidente, amanhã deverei alongar-me no tema, porque trarei para aquela tribuna do sagrado Senado todos os discursos que o Senador Sarney pronunciou durante os dez anos da vigência do Ato Institucional nº 5, a fim de provar, de arcar com o ônus da prova, de alegar e provar que, com exceção, talvez, de Armando Falcão, cuja eloquência consistia em dizer que nada tinha a declarar, o homem que mais defendeu o Ato nº 5, o arbítrio, a prepotência, a ditadura e o terror é exatamente o homem que o PMDB, sábado, vai escolher seu candidato a vice-Presidente da República. Como é possível Sr. Presidente? Eu apelo às consciências ilustradas dos meus pares pois, eu posso estar enganado, eu posso estar incidindo num equívoco, equívoco que pode ser grave para o meu futuro, Sr. Presidente, e pode até ser grave e comprometedor para o futuro desta República. Quero que me expliquem como é possível que o vexilário do arbítrio, um sponsal da prepotência e um preboste do terror tenha subido tanto em vida a ponto, Sr. Presidente, de tornar-se candidato a vice-Presidente na chapa de um homem da envergadura, de um homem de truz, de um estadista como Tancredo Neves? Como teria sido isso possível, Sr. Presidente?! Não consigo entender, confesso, sinceramente.

A maior figura, a figura mais conspícua do ponto de vista do encarniçamento ditatorial existe: é Armando Falcão. Armando Falcão, Sr. Presidente, que poderia ele próprio ser buscado e rebuscado, escolhido e indicado candidato a vice-Presidente da República pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Que diferença existe entre Armando Falcão e José Sarney? A diferença que existe entre o demônio e belzebu.

Quantas vezes, Sr. Presidente, desta tribuna, e há doze dias, — e se digo isto é com conhecimento de causa — quantas vezes da tribuna da Oposição o eminente Senador Paulo Brossard, que conseguiu superar-se a si próprio no exercício tribunicio, foi contestado quando clamava contra a violência, quando reclamava a revogação do Ato nº 5, quando gritava contra as calamidades institucionais, quando pedia a restauração das prerrogativas do Congresso e das garantias dos cidadãos suspensas pelo ato excepcional?

Quantas vezes, Sr. Presidente, o eminente Senador gaúcho não foi contestado da tribuna da Aliança Renovadora Nacional pelo eminente Senador José Sarney?

Nelson Carneiro, notável e impoluto membro deste Poder, *primus inter pares* desta República, Sr. Presidente, deste Senado, quantas vezes o grande Nelson Carneiro

não foi contestado até com amuos pelo Líder da ARENA, que à custa da derrocada dos seus próprios colegas de partido, que à custa do preço da degradingolagem do próprio Partido Democrático Social, vestiu tantas vezes a pele do cordeiro para liderar seus companheiros, enganando-os e traindo-os a seguir?

Quantas vezes, Sr. Presidente, a Bancada inteira do PMDB, acusada de relho em punho pelo Líder da ARENA, não teve colegas seus decepados pela guilhotina do Ato Institucional?

E uma última vez, Sr. Presidente, é o próprio Presidente do PDS — e é bom que o PMDB não esqueça jamais isto — foi o próprio Presidente José Sarney, do PDS, que se dirigiu ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Moacyr Dalla, pedindo que o Presidente do Congresso instasse junto ao Presidente da República, para que S. Ex<sup>a</sup> decretasse as medidas de emergência em Brasília por ocasião da votação de um decreto-lei, na Câmara dos Deputados. E diante da recusa do Presidente do Congresso e do Senado, diante da rejeição do Senador Moacyr Dalla de misturar a sua honradez pessoal com o lamaçal do arbítrio, o próprio Presidente do PDS cruzou a Praça dos Três Poderes e levou o decreto das medidas de emergência já pronto, para ser assinado pelo General Figueiredo.

Não, Sr. Presidente, não posso ficar colado, em silêncio não ficarei. E tardei já com estas palavras, porque desde a quarta-feira passada — e foram três dias de sessões úteis — fiquei eu aqui sentado, esquentando cadeiras, o que não é do meu hábito, pensando, meditando, me aconselhando para, numa homenagem aos padres do Alto Acre que aqui se encontram, para como bom ex-aluno salesiano cumprir rigorosamente uma lição de Dom Bosco, que se contém numa carta do ex-Senador Filinto Müller ao seu sobrinho Gastão Müller, conforme nos dá conta o Senador Nelson Carneiro num de seus discursos:

“As vezes diziam Dom Bosco é preciso ser rápido no ouvir e lento no falar.”

Foi o conselho que eu segui, Sr. Presidente. Mas, agora que vejo que tudo se consuma, o que fazer? Esperar pelo pior. Porque, salvo prova em contrário, José Sarney é um quinta coluna, é um Cavalo de Tróia, colocado nos cantões do eminente Governador e futuro Presidente Tancredo Neves. Não me iludo, Sr. Presidente, que Sarney, que nunca o vi na tribuna depois de feito Presidente do PDS, encastelou-se em seu gabinete como se aquilo fosse um sacrossário só lhe faltando o báculo, a mitra, o burel e a tiara para querer promover, junto a seus pares do PDS, um exercício verdadeiramente pontifical, onde, comportando-se como Sumo Pontífice, a todos ilaqueou, enganou e ludibriou. Ele traiu, enfim, para agora transferir-se postulante e uma candidatura oposicionista, logo à Presidência da República, esquecido de que nós pertencemos à raça resistente que aprendeu que o lobo muda de pele, mas não muda de índole. Quem foi fascista ontem, é fascista hoje, será fascista amanhã, Sr. Presidente. Quem foi democrata ontem, é democrata hoje, será democrata amanhã. Essa é a lei da ideologia humana.

Quero ver como o Doutor Ulysses Guimarães, na condição de Presidente do PMDB, vai anunciar o nome de um membro do PDS como candidato à Vice-Presidente da República.

**O Sr. Itamar Franco** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. FÁBIO LUCENA** — Yo no creo en brujerías, pero que las hay, las hay. Assim, Sr. Presidente, ninguém

duvide de que tanta será a vergonha do Deputado Ulysses Guimarães ao anunciar o nome de Sarney, que subitamente a cabeleira de S. Ex<sup>a</sup> ficará mais vasta e mais revolta do que a minha — a cabeleira que evidentemente S. Ex<sup>a</sup> não possui. Não é desdouro, Sr. Presidente, não possuir cabelo, porque a própria palavra César que, no vernáculo latino, significa cabeludo, de cabelos bastos, o próprio César era um homem calvo.

Ouço o nobre Senador Itamar Franco.

**O Sr. Itamar Franco** — Nobre Senador Fábio Lucena, ousou interromper o discurso de V. Ex<sup>a</sup>. A minha posição é conhecida do nobre representante do Amazonas e do Senado da República. Creio que V. Ex<sup>a</sup> comete um exagero ao se referir ao Senador José Sarney. Porque, primeiro, Senador Fábio Lucena, o PMDB quebrou todos os seus princípios, esqueceu seu manifesto, seu estatuto, sua pregação; não a pregação de cinco, seis anos atrás, mas a pregação de poucos dias, de poucos meses nas praças públicas, quando defendia as eleições diretas. Aí, sim, Senador Fábio Lucena, o PMDB já começou a perder aquela esperança do povo brasileiro não em função do Senador José Sarney, a quem não me cabe defendê-lo aqui na tribuna do Senado. Veja, Senador Fábio Lucena, que tanto isto é verdade que costumo usar, hoje, o simbolismo para me referir à cúpula peemedebista, o de que virou ela biruta de campo de aviação da Frente Liberal, porque onde o vento da Frente Liberal soprar ficará a cúpula peemedebista e, lamentavelmente, a maioria do nosso Partido. E tanto isto é verdade, nobre Senador Fábio Lucena, que qualquer nome que a Frente Liberal indicasse, o PMDB aceitaria esse nome, porque sem os votos da Frente Liberal — e, aqui, fica o meu desafio ele não compareceria a esse Colégio Eleitoral ilegítimo que aí está para escolher o Presidente ilegítimamente. Se por um acaso o Deputado Paulo Maluf estivesse na Frente Liberal e se ele tivesse sido indicado para Vice-Presidente do Governador Tancredo Neves, o PMDB o aceitaria porque ele quer conquistar o poder a qualquer custo. É o aparte que queria dar a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. FÁBIO LUCENA** — Agradeço a contribuição valiosa de V. Ex<sup>a</sup> ao meu pronunciamento, nobre Senador Itamar Franco.

A propósito do Deputado Paulo Salim Maluf, quero recordar que há um mês o Senador José Sarney articulava a sua candidatura a Vice-Presidente da República na chapa do Deputado Paulo Salim Maluf. Todos os Senadores e Deputados do PDS, do PMDB inteiro, do PT, do PTB, do PDT, a Pátria inteira, Sr. Presidente, sabem disso: o Senador José Sarney queria ser o Vice-Presidente, candidato na chapa do Deputado Paulo Salim Maluf. Foi feita inclusive uma pesquisa dentro do PDS para perquirir qual dos dois teria mais votos dentro do Congresso Nacional, dentro do Partido Democrático Social, se o Senador José Sarney ou o Deputado Flávio Marcílio. A votação favoreceu ao Deputado Flávio Marcílio e por essa circunstância o Deputado Flávio Marcílio foi indicado à Vice-Presidente na chapa do Deputado Paulo Maluf. O Senador José Sarney rebelou-se, não aceitou em hipótese alguma que a sua pretensão vice-presidencial fosse vedada por seus próprios pares, e encenou aquele gesto de renúncia à Presidência do seu Partido. De súbito, mais que de repente, o Presidente Ulysses Guimarães — por quem tenho verdadeira idolatria — declara, em jornais de todo o País, que “assim como a Frente Liberal não opõe restrição ao Governador Tancredo Neves, o PMDB não deve opor restrições ao Senador José Sarney”.

Que raciocínio é esse, Sr. Presidente? Não pode ser o da infância, nem tampouco o da adultidade. O Presidente Ulysses Guimarães é um homem amadurecido, da maior responsabilidade e da maior respeitabilidade que

existe neste País. Como é possível, então, usar este argumento falso, que peca pela base, que parte da premissa do **ab absurdum** ao **ab absurdum**, desde o absurdo ao absurdo, para justificar, se é o caso também, a resposta: “Se a Frente Liberal não opõe restrições ao Governador Tancredo Neves...” Então, por que o PMDB não aceita o General Newton Cruz para Vice-Presidente da República? Não é inegável. Não está sujeito a impugnações. Como oficial da ativa, não precisa de filiação partidária — é preceito da Constituição Federal — e está na frente de combate; na frente da ditadura, quem está é o General Newton Cruz. Se o problema é de frente; então, Sr. Presidente, que o PMDB faça do General Newton Cruz o candidato a Vice-Presidente da República, porque nem ele nem o Senador Sarney será eleito para este cargo com o meu voto.

Por hoje, era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao eminente Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de iniciar a comunicação que deverei fazer à Casa, na tarde de hoje, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que acabei de ouvir o nobre Senador Fábio Lucena com atenção, e como homem que sou do PDS — pertencem a esse Partido, sou um homem de governo, como fui, há anos, de oposição, oposição que fiz com altivez, mas quero dizer que S. Ex<sup>a</sup> exagerou atacando um ex-colega que, durante 13 anos tem assento nesta Casa. Eu, amigo que sou de José Sarney, S. Ex<sup>a</sup> hoje em outro Partido que não o meu, não sei as razões que o levaram a sair do PDS.

**O Sr. Fábio Lucena** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Fábio Lucena** — S. Ex<sup>a</sup> o Senador José Sarney continua no Partido de V. Ex<sup>a</sup>. S. Ex<sup>a</sup> não saiu do seu Partido e nem é ex-colega; é colega, é Senador da República.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** — Quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> exagerou. V. Ex<sup>a</sup> atacou um colega seu de maneira contudente, nobre Senador Fábio Lucena e eu não endosso o que V. Ex<sup>a</sup> disse aqui do Senador José Sarney.

Sou homem de Partido mas respeito os meus adversários políticos, respeito os integrantes dos outros Partidos, e, assim o fazendo, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que eu, ou qualquer um de nós, amanhã, poderá tomar a atitude do Senador José Sarney e nem podemos avaliar as causas e motivos que determinaram a decisão tomada.

Nesta hora, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que para mim o Senador José Sarney continua um homem de bem, um grande parlamentar que honrou e honra esta Casa e o Estado que representa aqui no Senado da República.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dentro de breves dias, deverá seguir para Washington, o Professor Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito, que deverá exercer o cargo de Diretor do Departamento de Assuntos Educacionais da Organização dos Estados Americanos (OEA), para o qual foi convidado pelo Embaixador Baena Soares, Secretário-Geral dessa Instituição que integra o sistema dos organismos interamericanos.

Professor Universitário, ex-Subchefe e Chefe do Gabinete Civil do Governo do Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, ex-Secretário de Educação e Cultu-

ra, do Governo Luiz Vianna Filho, Chefe da Procuradoria do Tribunal de Contas do Estado da Bahia e Membro do Conselho Federal de Educação, o professor Navarro de Brito aceitou o honroso convite, a fim de iniciar o desempenho da importante missão que lhe foi confiada como o primeiro brasileiro a exercer a direção do mencionado Departamento de Assuntos Educacionais da OEA, incumbido de coordenar a execução dos programas nessa área especializada em todos os países do Hemisfério.

Profundo conhecedor e estudioso dos problemas da educação na América Latina, a acertada escolha do Professor Navarro de Brito foi recebida com generalizados aplausos nos setores educativos e culturais do País, em face do muito que poderá fazer, nessa área, em benefício das populações latino-americanas.

Ninguém ignora que os impactos da explosão demográfica, da inflação, do desemprego, do endividamento excessivo e de inúmeros outros fatores negativos geradores de carências de toda ordem (dentre as quais avultam a desnutrição e as péssimas condições de saúde desses países) contribuem para obstaculizar a execução dos programas educativos e culturais, de tal forma que a Educação transformou-se num desafio prioritário, principalmente no concernente à erradicação do crescente analfabetismo das massas populares, a precariedade e as intoleráveis deficiências do ensino aos níveis das escolas de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus.

A atuação do professor Navarro de Brito, considerada como decisiva, está sendo ansiosamente esperada em virtude do seu talento, da sua reconhecida capacidade cultural e valiosa experiência profissional.

Justifica-se, por conseguinte, este registro especial, através do qual associo-me às justas homenagens que estão sendo tributadas ao professor Navarro de Brito, pelos seus inúmeros admiradores e amigos (dentre os quais tenho a satisfação de incluir-me) no momento em que esse ilustre e consagrado mestre se prepara para o desempenho da alta missão que lhe foi atribuída na OEA.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** — Com muito prazer, eminente Senador Nelson Carneiro.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Desejo registrar, em meu nome e em nome do Parlamento Latino-americano, que tenho a honra de presidir, a satisfação da escolha do Professor Navarro de Brito para desempenhar na OEA tão importante missão. Quem o conhece, quem conhece a sua obra, seu esforço, sua capacidade de trabalho, certamente estará batendo palmas a essa iniciativa, a essa escolha que tanto dignifica o nosso País e tanto exalta a figura daquele ilustre homem público.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** — Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, eminente Senador Nelson Carneiro, pelo seu aparte que dá um depoimento a respeito do Professor Navarro de Brito. O seu aparte muito enriquece o nosso pronunciamento.

**O Sr. Aderbal Jurema** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** — Com muito prazer, Senador Aderbal Jurema.

**O Sr. Aderbal Jurema** — Senador Lourival Baptista, quero associar-me, respondendo aqui provisoriamente pela liderança, às palavras de V. Ex<sup>a</sup>. O Professor Navarro de Brito não é apenas uma glória da Bahia, ele é uma glória nacional, porquanto tem salientado sempre a capacidade de estudar os problemas com profundidade. Ainda quando Relator da Emenda Presidencial n<sup>o</sup> 11, teve oportunidade de receber a contribuição do Professor

Navarro de Brito sobre o problema de eleição e reeleição no sistema republicano brasileiro. Por isto aceite V. Ex<sup>a</sup> a nossa integral solidariedade às suas palavras de justiça a este grande brasileiro que irá desempenhar na OEA um papel preponderante, não só para nós do Brasil, mas para toda a América do Sul e Central, tão carentes no problema educacional.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** — Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, eminente Senador Aderbal Jurema. O seu aparte, educador emérito, homem de letras e que conhece Navarro de Brito, muito ilustra este meu pronunciamento.

Congratulo-me com o Embaixador Baena Soares, Secretário-Geral da OEA, e com essa magna instituição interamericana, pela feliz designação, ao mesmo tempo em que felicito o Professor Navarro de Brito, desejando-lhe uma longa e fecunda gestão à frente do Departamento de Assuntos Educacionais da OEA. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, como Líder.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — (PTB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Devo prestar contas a esta Casa da reunião realizada nos dias 20 e 21 de julho passado na cidade de São José da Costa Rica, da Comissão Econômica do Parlamento Latino-americano.

O Congresso brasileiro esteve representado pelos nobres Senadores Odacir Soares e Severo Gomes, pelos Deputados José Carlos Teixeira, Floriceno Paixão e Fernando Lyra. Coube-me a honra de presidir aqueles trabalhos.

Desejo incorporar nos anais, em sua íntegra, a declaração de São José sobre o problema da dívida externa da América Latina:

*"ASAMBLEA EXTRAORDINARIA DEL PARLAMENTO LATINOAMERICANO, REUNIDA EN SAN JOSÉ, COSTA RICA, LOS DÍAS 20 Y 21 DE JULIO DE MIL NOVECIENTOS OCHENTA Y CUATRO".*

#### "DECLARACION"

La Asamblea Extraordinaria del Parlamento Latinoamericano, reunida en San José, Costa Rica, los días 20 y 21 de julio de mil novecientos ochenta y cuatro, acordó lo siguiente:

#### DECLARACION:

**RECORDANDO** La constante posición del Parlamento Latinoamericano en defensa de la economía de nuestros países y de los niveles de vida, justos y humanos, a que tienen derecho los pueblos de la región, enunciada desde la III Asamblea Ordinaria que se celebró en Brasilia en 1968, y que ha sido permanentemente mantenida.

**CONSIDERANDO** Que la situación de la exorbitante deuda externa de los países de nuestra América se ha convertido en un problema de máxima importancia y requiera ser afrontado con un criterio de integración, que es el principio rector del Parlamento, y que la Junta Directiva, al interpretar este claro deber de nuestra Organización, hizo público en abril del presente año una Declaración en la cual planteó la necesidad de encarar el problema a través de una "solidaridad activa, inteligente e inmediata en nuestros países";

**RECORDANDO** Que en mayo, de este año, la Junta Directiva, después de reunirse en Caracas, y

contando con el apoyo técnico del Sistema Económico Latinoamericano (SELA), elaboró una declaración donde se subraya que "el agravamiento de la situación llevará a la imposibilidad colectiva de que los países de América Latina paguen sus deudas".

**CONSIDERANDO** Que el crítico panorama de la deuda externa se viene agravando por la elevación unilateral de las tasas de interés y que la deuda externa de América Latina, en su conjunto, supera los 350.000 millones de dólares, lo que implica el pago de 45.970 millones de dólares anuales por concepto de intereses, equivalentes a dos tercios de los ingresos por exportaciones;

**TENIENDO PRESENTE** Que todo ello puede afectar el proceso democrático de la región y provoca la legítima y unánime protesta de los pueblos latinoamericano, traducida ya en acciones violentas en algunos países, que han costado derramamiento de sangre y que, como es caso de Bolivia, ha conducido a su gobierno a tomar medidas tales como la suspensión temporal del pago de sus obligaciones financieras externas.

**RECORDANDO** Que el consenso de Cartagena ratificó estas posiciones en una nueva muestra de solidaridad activa e inteligente; con miras a alcanzar soluciones satisfactorias para todas las naciones involucradas, especialmente en lo que se refiere a posibilidades de acceso a los mercados de los países industrializados, alivio sustancial y efectivo de la carga de endeudamiento y reanudación de las corrientes de financiamiento al desarrollo.

**CONVENCIDOS** De que es impostergable promover un nuevo orden económico internacional que garantice con equidad y justicia la estabilidad y el aprovechamiento del potencial de desarrollo autónomo de nuestra región.

**TENIENDO EN CUENTA** Que ni las gestiones de los gobiernos, ni las protestas de los pueblos han logrado modificar la actitud de los países y bancos acreedores frente a nuestras justas aspiraciones, y que el endurecimiento de las actuales condiciones significaría la crisis total de la economía latinoamericana, el empobrecimiento absoluto de sus poblaciones y la incapacidad de responder por las cargas que le impone un endeudamiento sin precedentes.

**CONSIDERANDO** Que el problema de la deuda, por sus vastas repercusiones, ha dejado de ser un problema exclusivamente económico y financiero para transformarse, además, en un gravísimo problema político, que afecta la permanencia de las instituciones democráticas en América Latina; menoscaba la concepción de una comunidad latinoamericana libre de toda dependencia y que dicho problema requiere, para su solución, el reconocimiento de la corresponsabilidad de todas las partes involucradas y que actúen en consecuencia.

**TENIENDO EN CUENTA** Que los parlamentarios de nuestra América, agrupados institucionalmente en el Parlamento Latinoamericano, tienen el deber de continuar interpretando el sentir de nuestros hombres y el derecho de defender el bienestar de nuestros pueblos, combatiendo toda política que pretenda imponer a nuestros países daños manifiestos a su economía y anular nuestra capacidad de pago.

#### ACUERDA:

**PRIMERO.** — Ratificar que sin la vigencia de la democracia representativa no se podrán realizar políticas estatales que promuevan la soberanía, la li-

bertad y la justicia real en Latinoamérica. Los conceptos de independencia y democracia son inseparables de los principios de autodeterminación de los pueblos, igualdad jurídica de los Estados, la no intervención, la solución pacífica de las controversias y la cooperación internacional.

**SEGUNDO.** — Respalda a través de todos los medios a su alcance, las justas y legítimas aspiraciones populares que rechazan las exigencias inadmisibles de los países acreedores y de los organismos financieros internacionales, y que reclaman una modificación en la actitud de éstos para así alcanzar un nuevo trato que libere a América Latina de las políticas recesionalistas y del más pesado yugo económico que haya conocido desde el comienzo de su vida independiente y de ese modo, recuperar su capacidad de pago y alcanzar un desarrollo firme, sostenido equilibrado e integral.

**TERCERO.** — Reiterar su apoyo irrestricto a las acciones conjuntas que postula la Declaración de Quito, demandar la pronta instrumentación de las medidas propuestas en el consenso de Cartagena y expresar nuestro convencimiento de que la Reunión de Cancilleres y Ministros Responsables del Área Financiera que se realizará en Buenos Aires, debe concretar estrategias y acciones que den respuestas propias y soberanas al desafío de nuestro endeudamiento.

**CUARTO.** — Proponer a los Congresos y Parlamentos de Estados Unidos, Canadá, Japon, al igual que a los Congresos de los países integrantes del Parlamento Europeo y de la Asamblea Parlamentaria del Consejo de Europa la realización de una Conferencia Interparlamentaria Internacional (CII), sobre deuda externa, que sería precedida de contactos preparatorios con dichas instituciones y facultar a la Junta Directiva a constituir mecanismos que sirvan a la elaboración de esta propuesta.

**QUINTO.** — Apoyar en el seno de la Unión Interparlamentaria (U.I.P) la aprobación de una resolución de urgencia sobre el tema de la deuda externa, y proponer como tema central para la conferencia de la U.I.P. en 1985 el de la contribución de los parlamentos a la construcción de un nuevo orden económico internacional, y a la solución del problema de la deuda externa.

**SEXTO.** — Que la Junta Directiva constituya una Comisión especial de seguimiento y coordinación sobre el problema de la deuda externa.

**SETIMO.** — Promover una reunión de Jefes de Estado Latinoamericanos, en la que se proclame que la hora de la Comunidad Económica Latinoamericana ha llegado; y que nuestra voluntad política de integración se concrete, como instrumento emancipador en el Proyecto de Comunidad Económica Latinoamericana, elaborado por nuestro Parlamento Regional.

#### ACUERDO COMPLEMENTARIO

Las delegaciones nacionales deberán proveer lo necesario para dar a esta resolución la máxima difusión en la prensa y promover la discusión y el debate de este documento a fin de propiciar una creciente toma de conciencia sobre el tema de la deuda externa entre los diferentes sectores de la sociedad latinoamericana.

Firmado en la Ciudad de San José, Costa Rica, el día veintinueve de julio de mil novecientos ochenta y cuatro.

Por la junta Directiva. — Senador **Nelson Carneiro**, Presidente. — Dip. **André Townsend E.**, Secretario Geral.

Sr. Presidente, estiveram presentes as seguintes delegações:

Argentina  
Antilas Neerlandesas  
Bolívia  
Brasil  
Colômbia  
Costa Rica  
Equador  
Honduras  
México  
Peru  
República Dominicana  
Venezuela

Deixaram de participar, por estarem em processo de elaboração legislativa os seguintes Parlamentos:

El Salvador  
Guatamala  
Panamá (eleições)

Todos estes quinze Parlamentos se manifestaram pela aprovação deste documento.

**Argentina**

Luis Leon — Senador; Francisco Villada — Senador; Jesus Rodriguez — Diputado; Jorge Matzkin — Diputado.

**Antilhas Holandesas**

Rufus Mc. William — Diputado; Onofre Bikker — Diputado; Clyve Laele — Diputado; Humphrey Wout — Diputado; Beatrice Scoop — Diputada.

**Bolívia**

Jaime Taborga — Diputado; Oscar Vega — Diputado.

**Brasil**

Nelson Carneiro — Senador, Presidente Parlamento; José Carlos Teixeira — Diputado; Floriano Paixão — Diputado; Fernando Lyra — Diputado; Odacir Soares — Senador; Severo Gomes — Senador.

**Colômbia**

Humberto Pelaez Gutierrez — Senador, Vice-Presidente Parlamento.

**Costa Rica**

Dr. Edgar Ugalde Alvarez — Secretário Ejecutivo Parlamento; Lic. Bernal Jimenez Monge — Diputado Pres. Asam; Lic. Matilde Marin Chinchilla — Diputada; Lic. Guillermo Malavassi Vargas — Diputado; Dr. Benjamin Muñoz Retana — Diputado; Dr. Jorge Arturo Monge Zamora — Diputado; Sr. Arnoldo Ferreto Segura — Diputado; Lic. Danilo Chaverri Soto — Diputado; Arq. Javier Bolanos Quesada — Diputado; Lic. Oscar Aguilar Bulgarelli — Diputado; Sr. Carlos Rivera Bianchini — Diputado; Sr. Hernan Garron Salazar — Diputado.

**Equador**

Dr. Marco Proaño Maya — Diputado.

**Honduras**

Carlos O. Montoya — Diputado.

**México**

Patrocínio González Blanco — Senador Presidente, Parlamento Mexicano; Alfonso Segbe Sanen

— Senador; Miguel Borge Martín — Senador; Manuel Cabazos Lerma — Diputado; Ricardo Cabazos Galván — Diputado; Victor Manuel Maldonado — Diputado.

**Peru**

Andrés Townsend Ezcurra — Diputado — Secretário General del Parlamento Latinoamericano; Alberto Goicoechea Iturri — Senador; Alberto Carreon Vergara — Senador; Ramón Ponce de León — Senador; Carlos Malpica — Senador; Julio Hugo Melgar Diaz — Diputado; Ricardo Castro Becerra — Diputado; Oscar Caballero Calderón — Diputado; Enrique Fernández Chacón — Diputado; Celso Sotomarin — Diputado.

**República Dominicana**

L. Ambiorix Diaz Estrella — Diputado Vice-Presidente, Parlamento Latinoamericano.

**Venezuela**

Humberto Celli — Diputado Vice-Presidente, Parlamento Latinoamericano; Alejandro Izaguirre — Senador; Pompeyo Márquez — Senador; Gustavo Tarre — Diputado; Milos Alcalay — Diputado.

**ACUERDO**

Propuesta por los delegados del Perú y al que se adhirió el Diputado Marco Proaño Maya (Equador), del Parlamento Latinoamericano:

**CONSIDERANDO:**

— Que los problemas impuestos a los países de la Región por el pago de su deuda externa han puesto en peligro su estabilidad económica y social, y el orden democrático interno.

— Que los gastos por compra de armamento constituyen una de las principales causas del masivo endeudamiento externo; provocando con el servicio de su deuda la detracción de valiosos recursos de otras áreas importantes para el desarrollo económico y social de nuestros pueblos.

**ACUERDA:**

Recomendar a los gobiernos de los países latinoamericanos abstenerse de realizar nuevos gastos en compra de armamento hasta tanto no se haya superado la actual crisis del pago de la deuda externa. San José, 21 de julio de 1984.

Sr. Presidente, o Parlamento Latino-americano se desincumbirá de todas as tarefas que lhe foram confiadas. Ainda hoje foi enviado ao ilustre presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, Deputado Edison Lobão, um apelo para que na reunião de Genebra, não só suscite o problema da dívida externa, mas, oportunamente, quando da reunião do seu Conselho Diretor, sugira como tema central da Conferência de 1985 o debate sobre o endividamento da América Latina.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao eminente Senador Humberto Lucena, como Líder de Partido.

**O SR. HUMBERTO LUCENA** (PMDB — PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Amanhã, precisamente às 15 horas, realizar-se-á no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, um ato público que reunirá o PMDB e a Frente Liberal, convidados também os demais partidos de oposição, quando se divulgará um documento de alta importância para

a política nacional sob o título: "Compromisso com a Nação", cujo texto terei oportunidade de trazer ao conhecimento desta Casa na sessão da próxima quarta-feira, a fim de que conste dos nossos Anais.

Ali se fará a formalização do entendimento entre o PMDB e a Frente Liberal, liberada pelo Vice-Presidente Aureliano Chaves, que estará presente ao encontro, com vistas não apenas à sucessão presidencial, mas sobretudo a realização de um Governo cujo principal objetivo é conciliar o Estado com a Nação, em torno de princípios fundamentais que serão publicados, para conhecimento geral, e que balizarão o programa de Governo do Governador Tancredo Neves, que, a essa altura, como todos sabem é o candidato que uniu todas as forças democráticas deste País.

Dir-se-ia que nós, da Oposição, estamos sendo incoerentes quando comparecemos ao Colégio Eleitoral. Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós só chegamos a esse ponto depois de sua longa e profunda reflexão e após tomarmos conhecimento de que se abria no pleito indireto oportunidade para o apressamento da democratização do País. Evidentemente que nós não iríamos ali para coonestar simplesmente a vitória de um candidato adversário. Não, o que nós entendemos é que quando a Nação inteira foi para a praça pública na campanha pelas eleições diretas já, acima de tudo ansiava pelas mudanças fundamentais no plano político-institucional, no plano econômico-financeiro e no plano social. E não há dúvida nenhuma de que se nós conseguirmos, como entendemos que vamos consegui-lo, eleger o Governador Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, com o apoio de todas as forças democráticas deste País, em torno da Aliança Democrática, que será a sigla deste movimento de cunho nacional, sem dúvida alguma nós estaremos caminhando para a imediata destruição do próprio Colégio Eleitoral, de vez que será a última vez em que ele se reunirá em nosso País. Porque, daí em diante, com o Governador Tancredo Neves na Presidência da República, nós vamos restaurar no Brasil a plenitude democrática que é grande anseio nacional e que começa por eleições diretas em todos os níveis, o mais rápido possível, com o encurtamento, inclusive, do mandato do futuro Presidente da República e com a Assembléia Nacional Constituinte em 1986, a fim de que possamos, com o apoio do povo, através de representantes legitimamente eleitos com essa finalidade, elaborarmos uma nova Constituição para o Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós temos a consciência do que estamos fazendo. E podemos anunciar ao Senado e à Nação que estamos imbuídos do maior patriotismo possível. Asseguro, como participante que tenho sido de todas as reuniões, em nome da Bancada do PMDB do Senado, com a Frente Liberal que os seus líderes, o Vice-Presidente Aureliano Chaves, o Senador Marco Maciel, o Senador José Sarney, o Senador Guilherme Palmeira, o Senador Jorge Bornhausen, os demais Senadores, os Deputados Federais que a integram, todos deram uma demonstração inequívoca nesses encontros de que querem o melhor para o Brasil, de que não estão preocupados com seus interesses pessoais, mas apenas com a reconstrução democrática do País.

**O Sr. Cid Sampaio** — V. Exª me concede um aparte?

**O SR. HUMBERTO LUCENA** — Com muita honra, nobre Senador.

**O Sr. Cid Sampaio** — Sr. Presidente, ilustre líder Humberto Lucena, Srs. Senadores. Praticamente ao assumir o mandato nesta Casa, quando ninguém vislumbrava a possibilidade de um rompimento nas hostes governistas, fiz um apelo ao Senado, ao Congresso de um modo geral, para que nos uníssemos para salvar este

País? Quem olha para o Brasil endividado de hoje, quem sente a frustração de uma grande massa populacional quase sem esperança no futuro, quem sabe que milhões de desempregados passam fome neste País, chegará à conclusão de que, sem uma união completa, sem uma integração das suas forças políticas para, juntas, levantar o País, e que será quase impossível a realização dessa tarefa por uma única facção. Não venho defender ninguém, não venho refutar a análise feita pelo ilustre Senador Humberto Lucena, que, dentro do seu entusiasmo e do seu idealismo, via um desfiguramento da posição do PMDB. Nenhum de nós esperava, há algum tempo atrás, que fosse possível quebrar a força desse sistema que por vinte anos acorrentou o Brasil. Quando essas possibilidades se vislumbram, justifico que acordos sejam feitos, dando um crédito de confiança, admitindo a boa-fé de todos aqueles que se integram nessa luta cujo objetivo maior é realmente tirar este País da difícil encruzilhada em que ele se encontra. Vimos isto na História, na última Grande Guerra. Depois de a Rússia ter feito um acordo em separado com a Alemanha, as Forças Aliadas aceitaram essa aliança: é porque o Governo americano passasse a apoiar ou entendesse que os princípios adotados pela República Soviética lhes convinha, lhes servia? Não, era um perigo maior, era o risco de um desmoronamento de uma civilização dominada pelo nazismo que fez com que os países, de modo geral, que encarnavam pontos de vista diferentes juntassem suas forças para salvar o mundo. Agora, a situação, embora diferente sob o ponto de vista militar, é igualmente perigosa, pois o tecido social no Brasil ameaça romper-se porque os homens desempregados não suportam mais uma situação de fome e de miséria, porque as fábricas brasileiras fecham as portas, sucateia mas suas instalações, destruindo aquilo que foi feito no passado com tanto esforço, porque nos submetemos cegamente às imposições dos grupos ricos do mundo, a nos exigirem juros altíssimos e *spreads* fantásticos. Nesta hora, o Brasil levanta-se para encontrar o seu caminho, ou perderá de vez o caminho da História. Esta é a razão por que homens do PMDB, homens que lutaram contra esse estado de coisas, homens que enxergaram em tempo o mal que era feito ao Brasil, se juntam e aceitam uma coligação com aqueles que, até ontem, interpretavam de modo diferente o fato histórico brasileiro. Mas ninguém pode duvidar da boa-fé de ninguém. Esta é a razão por que, hoje, como homem, do PMDB, admito a coligação e o entendimento que são feitos entre Frente Liberal e os Partidos oposicionistas do Brasil. Muito obrigado, Senador Humberto Lucena, pelas ponderações e pela análise que faz V. Ex.<sup>a</sup> sem, todavia, interpretar de maneira diferente o pensamento e a palavra do Senador Fábio Lucena. Ele interpretou o pensamento de um homem que, lutando, e na trincheira, vê ao seu lado o companheiro da trincheira oposto. Todavia, entre as duas trincheiras está o Brasil e nós não podemos continuar trocando tiros porque atingiremos, finalmente, a estrutura nacional que é patrimônio de todos. Muito obrigado, Senador Humberto Lucena.

**O SR. HUMBERTO LUCENA** — Eu é que agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> pelas suas palavras que me fazem lembrar um pronunciamento histórico, do Vice-Presidente Aureliano Chaves, ao nos reunir, a nós do PMDB, pela primeira vez, com a Frente Liberal no Palácio Jaburu. A certa altura, dizia Sua Excelência: "Vocês, do PMDB, sempre lutaram por mudanças em todos os campos e nós nos aferrávamos às nossas posições. Hoje, chegamos à conclusão de que vocês tinham razão e aqui estamos para fazer a nossa penitência, e penitência é um ato de fé". Naquele instante, o Vice-Presidente da República, com a sua autoridade moral e política, vinha ao nosso encontro para selar, definitivamente, um entendimento que há de

nos levar a essa união mais ampla porque não estamos apenas tentando um acordo isolado do PMDB com a Frente Liberal. Não, vamos propor, amanhã, à Nação uma aliança democrática, da qual façam parte todos os Partidos que quiserem a ela se filiar, em torno da eleição do Governador Tancredo Neves para Presidente da República e do Senador José Sarney para Vice-Presidente da República.

**O Sr. Fábio Lucena** — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte, nobre Senador?

**O SR. HUMBERTO LUCENA** — A propósito, eu gostaria de dizer que sei que alguns companheiros de Partido ficaram um tanto insatisfeitos com a indicação do Senador José Sarney, mas é preciso, — ao tempo em que compreendemos esses companheiros, e estamos tentando, convencê-los de que incidem em erro político, — que, acima de tudo, nós concluamos que não se pode fazer uma aliança, que, em outras palavras, é uma coligação, sem que haja, uma contrapartida, tanto mais quanto a Frente Liberal é a segunda força política que vai compor essa grande aliança democrática para a eleição do Governador Tancredo Neves.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro teve o cuidado de reunir a sua Comissão Executiva, que deliberou, formalmente, por unanimidade, que caberia à Frente Liberal indicar o candidato à Vice-Presidência da República.

Da mesma maneira como os elementos da Frente Liberal não discutiram a indicação do Governador Tancredo Neves, não nos cabe, Sr. Presidente, Srs. Senadores, também pôr em dúvida a indicação do Senador José Sarney, cuja renúncia à Presidência do PDS foi que detonou todo esse processo de implosão do Partido oficial que aí está e que possibilitou a vitória das forças democráticas, sem dúvida alguma, no Colégio Eleitoral...

**O Sr. Fábio Lucena** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. HUMBERTO LUCENA** — ...porque posso garantir que, a partir da próxima semana, outros companheiros se filiarão à Frente Liberal e nós seremos, sem dúvida, um contingente bem maior que vai ao Colégio Eleitoral para colocar Tancredo Neves na Presidência da República e José Sarney na Vice-Presidência da República.

Ouçõ V. Ex.<sup>a</sup>, eminente Senador Fábio Lucena.

**O Sr. Fábio Lucena** — Nobre Líder Humberto Lucena, eu me habituei — aliás, o melhor dos hábitos que contraí depois que cheguei ao Senado — em ouvir V. Ex.<sup>a</sup> Ouvir no sentido até de pedir-lhe conselhos. Lembro-lhe a resposta que Alexandre Magno deu, quando lhe indagaram a que fatores devia a conquista do mundo. Respondeu Alexandre: *Consiliis, eloquentia et arte imperatoria*. Isto é, aos conselhos, à eloquência e à arte de governar exércitos. O Padre Vieira, no primeiro sermão da Santa Cruz, comenta a resposta de Alexandre e conclui, magistralmente, que, em primeiro lugar, ele colocou os conselhos, antes mesmo da arte de dirigir exércitos e da própria eloquência. E foi pedindo conselhos ao PMDB e, em particular, a V. Ex.<sup>a</sup> que, há poucos minutos, em pronunciamento aqui feito, eu condenei, veementemente, e vou condenar, até o dia 15 de janeiro, se isto for possível, a candidatura do Senador José Sarney a Vice-Presidente pelo PMDB. Esclareço a V. Ex.<sup>a</sup>, primeiro, não fiz nenhuma restrição aos entendimentos com a Frente Liberal; segundo ao me dirigir ao Governador Tancredo Neves, chamei S. Ex.<sup>a</sup> de futuro Presidente da República. Feito esses esclarecimentos, depois de esclarecer que não houve restrição de caráter pessoal ao Senador José Sarney, indago de V. Ex.<sup>a</sup> para meu governo,

para meu esclarecimento, é um conselho que lhe peço: Como entender que o PMDB lance candidato a Vice-Presidente da República um homem de outro partido político? Como entender — e esta pergunta vem a propósito do preâmbulo do discurso de V. Ex.<sup>a</sup> — V. Ex.<sup>a</sup> fala de um entendimento com a Frente, e a fala de V. Ex.<sup>a</sup> é procedente, resultou da campanha das diretas já, que visou, que visa, ainda, a destruição do malfadado Colégio Eleitoral — mas como entender, nobre Líder, — o mesmo homem que, no dia da votação da Emenda Dante de Oliveira, veio para o Congresso Nacional — e isto foi publicado na imprensa, inclusive, no *Correio Braziliense*, armado com dois revólveres, combater, quase em modo belicista, a aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Como entender poder salvar a democracia fazendo união, nobre Líder, com aqueles que a destruíram? Há uma diferença abissal, há um abismo, por exemplo, entre o Dr. Aureliano Chaves e o Senador José Sarney, abismo do ponto de vista ideológico. Não possui a Frente Liberal um Luiz Cavalcante, um Marco Maciel, um Guilherme Palmeira, um João Calmon, tantos e tantos lumináres do PDS, homens que nunca faltaram aos seus compromissos com o regime democrático, ainda que no Partido que durante o AI-5 e em atos excepcionais anteriores sustentaram o Governo de exceção? Não há esses homens na Frente Liberal? Por que não escolher um deles? É uma pergunta que fica no ar. Mas o eminente Senador Cid Sampaio, referindo-se ao meu pronunciamento, fez menção à II Grande Guerra Mundial. Longe de mim dar lições ao Professor, Senador Cid Sampaio, mas como todo aluno, todo estudante curioso e persistente, eu ouso recordar que foi uma dessas alianças que levou a Alemanha à guerra e o mundo à catástrofe. Em 1932, foi eleito Presidente da Alemanha o grande Marechal Hindenburg, para fazer um governo de coalisão. Convidou ele, a fim de salvar a Alemanha, o Chefe do segundo partido mais votado do pleito presidencial, que também fora candidato a Presidente da República, derrotado nas urnas; convidou Adolf Hitler para Chanceler do Reich alemão. E no que deu aquela aliança, nobre Senador Humberto Lucena? Nós não estaríamos, na tentativa de salvar o que resta da democracia brasileira, em aceitando a candidatura Sarney, contribuindo para essa democracia seja, de uma vez por todas, reduzida a escombros? Se o PDS, se o Partido Democrático Social, que está engajado no sistema de poder, com concordâncias e discordâncias óbvias, se o PDS resolveu optar por outros nomes que não o do eminente Senador José Sarney, por que cabe a nós do PMDB deixar de escolher dentre tantos ilustres homens públicos da Frente Liberal um que pelo menos, nobre Líder Humberto Lucena, não tenha da tribuna do Senado da República defendido mais tenazmente o Ato nº 5, mais do que aqueles que o editaram e que o aplicaram? Este, no meu entender, é o ponto de discordância, mas a discordância faz parte da convivência, da coexistência democrática. Eu acredito que o Governador Tancredo Neves pode chegar à Presidência da República sem levar nos seus cartéis esse presente grego. Era o aparte que queria dar a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. HUMBERTO LUCENA** — O PMDB, como sabe V. Ex.<sup>a</sup>, é um Partido acentuadamente democrático, daí por que nós não podíamos ter outra atitude senão a de respeitarmos as opiniões divergentes como a de V. Ex.<sup>a</sup>, que com tanta ênfase a defende. V. Ex.<sup>a</sup> há de convir, porém, que estou, nesta tribuna, assumindo uma posição política rigorosamente partidária. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que, além da decisão que me referi, da Comissão Executiva Nacional do PMDB, como é público e notório a esmagadora maioria do Partido, representada pelo seu Diretório Nacional, pelas suas Bancadas no Senado e na Câmara, é favorável a esse entendimento, nas bases em que foi ne-

gociação com a Frente Liberal, isto é, assegurando-lhe o pleno direito inclusive de indicar o candidato a Vice-Presidência da República...

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — O tempo de V. Ex<sup>a</sup>, eminente Líder, está terminado há 10 minutos.

**O SR. HUMBERTO LUCENA** — ... a Vice-Presidência da República sem nenhuma interferência da nossa parte. V. Ex<sup>a</sup> me pergunta como pode o candidato a Vice-Presidência da República do Governador Tancredo Neves ser de um outro Partido. Ora, numa coligação isso é natural.

**O Sr. Fábio Lucena** — Não é uma coligação.

**O SR. HUMBERTO LUCENA** — É uma coligação, é uma aliança.

**O Sr. Fábio Lucena** — A lei não permite.

**O SR. HUMBERTO LUCENA** — A lei não proíbe coligação.

**O Sr. Fábio Lucena** — Proíbe.

**O SR. HUMBERTO LUCENA** — Se V. Ex<sup>a</sup> examinar bem a lei, há de verificar que não a proíbe.

**O Sr. Fábio Lucena** — Proíbe. Até que se vote em contrário.

**O SR. HUMBERTO LUCENA** — A proibição da coligação, em 1982, foi decorrente da vinculação total de votos, que já não existe. Não há nenhum dispositivo legal que impeça a coligação. E no caso do Senador José Sarney há mais um aspecto: é que S. Ex<sup>a</sup> foi eleito pela ARENA, em 1978, vai deixar o PDS, o Partido a que está filiado e vai se filiar ao PMDB, até oito dias depois da convenção, para justamente se ajustar as determinações legais.

**O Sr. Cid Sampaio** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte? Já que eu fui citado...

**O SR. HUMBERTO LUCENA** — O Presidente já me advertiu.

**O Sr. Cid Sampaio** — Desde que eu fui citado, Sr. Presidente, eu pediria licença...

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — V. Ex<sup>a</sup> poderá falar após, para explicação pessoal, que é regimental.

**O SR. HUMBERTO LUCENA** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Fábio Lucena referiu-se ao Senador José Sarney como sendo o que teria mais pontificado na Bancada da antiga ARENA, e depois no PDS, nesta Casa, em favor de medidas de exceção. S. Ex<sup>a</sup>, evidentemente, desde que ocupava a Presidência do seu Partido, tinha, até por dever de ofício, que adotar determinadas posições. Mas eu não vejo em que se possa diferenciar a sua posição política da dos seus companheiros que eram filiados à ARENA e, depois, ao PDS, citados pelo Senador Fábio Lucena. Todos seguiam a orientação do seu Partido, da sua Liderança, sistematicamente. O que eu posso dizer, para gáudio nosso, é que todos esses hoje são homens públicos convertidos ao nosso credo.

**O Sr. Fábio Lucena** — O Senador Luiz Cavalcante nunca defendeu o Ato Institucional nº 5.

**O SR. HUMBERTO LUCENA** — E, por isto, são bem vindos a esse entendimento que tem, como já disse, por alto objetivo o bem do Brasil.

Com estas palavras, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao deixar, portanto, o anúncio desse ato público de ama-

nhã, que há de formalizar perante a Nação o entendimento definitivo entre o PMDB e a Frente Liberal, quero reafirmar a proposta de formação com os demais Partidos, como o PDT, como o PT, como o PTB, de uma Aliança Democrática que possa fazer com que nós tenhamos, dentro de breve tempo, no Brasil, realmente, uma democracia plena. (Muito bem!)

**O SR. CID SAMPAIO** (PMDB — PE) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sampaio.

**O SR. CID SAMPAIO** (PMDB — PE) — para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador. — Citado pelo ilustre Senador Fábio Lucena, quero dar um ligeiro esclarecimento.

Não discuti o problema da posição de S. Ex<sup>a</sup>, o Senador Fábio Lucena, como comparei, era um homem que estava em uma trincheira e que via saltar para dentro dela o seu adversário até intransigente. Mas, existem bens maiores pelos quais tudo é lícito sacrificar. A história de Hitler é uma verdade na História: todavia, se nós nos voltarmos mais para trás ainda vamos encontrar Saulo e Paulo. Saulo, o Chefe, o comandante das Forças Romanas que buscavam combater o Cristianismo; e Paulo, um dos mais importantes e mais ferrenhos soldados do Cristianismo.

Não quero fazer analogia entre as pessoas, longe de mim estar a fazer comparação de natureza pessoal. Mas, a História está cheia desses episódios.

O que eu, como brasileiro, desejo é que os que para cá vieram, os que abjuraram do arbitrarismo, da violência que prevaleceu no Brasil durante tanto tempo é que eles venham com o mesmo espírito em que Saulo se transformou em Paulo.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> (Muito bem! Palmas.)

#### COMPARECÊM MAIS OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Mário Maia — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — José Sarney — Luiz Cavalcante — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Enéas Faria.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura da mensagem nº 70, de 1984—CN, referente ao Projeto de lei nº 7, de 1984—CN, que transfere competências do INCRA para o Ministério da Agricultura, dispõe sobre o regime jurídico do pessoal do INCRA e dá outras providências.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Na sessão ordinária de sexta-feira última, dia 3, o nobre Senador Marcondes Gadelha encaminhou à Mesa requerimento solicitando autorização do Senado para aceitar missão do Executivo, na cidade do México, entre 6 a 14 deste mês, como observador parlamentar junto à Conferência Internacional sobre População.

A proposição foi devidamente instruída com o recebimento de parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores, Relator, Senador Jorge Kalume, deixando de ser votada por falta de "quorum".

Em votação o Requerimento nº 156, de 1984.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica o Senador Marcondes Gadelha autorizado a aceitar a missão do Executivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 6 de agosto de 1984 para, devidamente autorizado pelo Senado, na forma dos arts. 36 § 2º, da Constituição e 44 do Regimento Interno, participar, como Observador Parlamentar, da Conferência Internacional sobre População, a ser realizada na Cidade do México, no período de 6 a 14 de agosto de 1984.

Esclareço que deverei estar ausente do País durante o período de dias.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 1984. — **Marcondes Gadelha.**

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — A comunicação lida vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento cuja leitura será feita pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 157, DE 1984

Nos termos do art. 198, alínea "d", do Regimento Interno, requiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que as matérias constantes dos itens nºs 7 e 8, sejam submetidas ao Plenário em 1º e 2º lugares respectivamente.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 1984. — **Nelson Carneiro.**

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — De acordo com a deliberação do Plenário os itens 7 e 8 da pauta serão apreciados em 1º e 2º lugares, respectivamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Item 7:

Votação em turno único, do Requerimento nº 104, de 1984, dos Senadores Nelson Carneiro e Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que revoga a Lei nº 7.138, de 7 de novembro de 1983.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 1983, será incluído em Ordem do Dia na 4ª sessão ordinária subsequente, nos termos do artigo 380, inciso II, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Item 8:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 153, de 1984, do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1984, de sua autoria, que introduz modificações na Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, que instituiu o PROAGRO, com vistas a possibilitar a cobertura de riscos agropecuários nos investimentos não financiados.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Requerimento, o Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1984, será incluído em Ordem do Dia na 4ª sessão ordinária subsequente, nos termos do artigo 380, inciso II, do Regimento Interno.

#### O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1981 (nº 3.035/80, na Casa de Origem), alterando o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de Serviço Público Federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências, tendo:

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 971 e 972, de 1981, das Comissões:

— de Segurança Nacional; e

— de Finanças.

Em votação o projeto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ.** Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Esta oportunidade, quero pedir a atenção do Senado para dois aspectos: o primeiro é que o Senado quase não tem votado matéria alguma. Ao fim do ano vamos parecer desiduosos. Acho que as lideranças devem entender-se com a maior brevidade, a fim de que o Senado possa votar numerosas matérias que aí estão, com os pareceres das Comissões Técnicas. O exemplo é a Câmara, onde numerosos projetos são votados diariamente, enquanto nós estamos com uma pauta há mais de um mês, sem que se encontre uma fórmula de solucioná-la.

O segundo é para que a maioria, representada pelo Partido Democrático Social, tenha o mesmo entendimento, a da Câmara e a do Senado, na apreciação das mesmas matérias. Um exemplo típico vou dar agora: tive a oportunidade de apresentar, em 21 de setembro de 1983, um projeto do seguinte teor, que posso a ler no seu art. 1º:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São isentas de quaisquer tributos, assim como de taxas ou emolumentos administrativos ou cartórios, as transmissões imobiliárias relativas à aquisição de casa própria, pelo Sistema Financeiro de Habitação, quando realizada por mutuário ou comprador com rendimento mensal até cinco (5) salários mínimos.

Foi o Projeto de Lei nº 236, de 1983. Esse projeto, com parecer favorável, veio ao plenário e sabendo da opinião da maioria em rejeitá-lo eu o retirei no dia 11 de novembro de 1983. Pois esse mesmo projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados por um ilustre membro daquela Casa, ali foi aprovado e acaba de chegar ao Senado Federal.

Isso mostra que enquanto a Liderança da Maioria daqui segue um critério rigorosíssimo, na apreciação dos projetos apresentados pelos seus membros, esse mesmo rigor não existe na Câmara dos Deputados. É preciso, portanto, que se entendam as Lideranças do PDS na Câmara e no Senado para que tenham a mesma opinião sobre as proposições iguais. Não, evidentemente, que ao retirar o meu projeto eu visava apresentá-lo oportunamente. Mas apenas cito como exemplo, sem nenhuma

validade, e terei o maior prazer em dar o meu voto favorável a essa proposição que vem da Câmara dos Deputados.

Quero mostrar, com esse episódio, que nós aqui temos um critério rigorosíssimo, por parte da Liderança da Maioria, em apreciar os projetos do Senado quando esse mesmo critério não existe na Câmara dos Deputados. Lá o critério é mais brando, mais suave na apreciação das proposições.

Acredito que o pensamento do Governo deve ser igual aqui e lá, para que não se reproduzam esses fatos.

Por isto, Sr. Presidente, aproveitei a votação desse projeto para pedir a atenção do Senado para estes dois aspectos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Em votação o projeto.**

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

(Pausa.)

Rejeitado.

**O Sr. Hélio Gueiros — Peço a verificação da votação, Sr. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Vai-se proceder à verificação solicitada. (Pausa.)**

Sendo evidente a falta de **quorum**, a Presidência irá suspender a sessão pelo tempo a isso destinado e fará acionar as campanhas a fim de que os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes dirijam-se ao plenário, se assim o entenderem.

*(Suspensa às 16 horas e 20 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 30 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está reaberta a sessão. Persistindo a falta de **quorum**, a Presidência se dispensa de proceder a verificação requerida.**

A votação do projeto fica adiada.

Em consequência, as demais matérias da pauta, itens nºs 2 a 6 e 9, constituída dos Projetos de Lei da Câmara nºs 10/81, 44/81, 53/77 e 65/79; Requerimento nº 784/83; Projeto de Lei da Câmara nº 79/79, todos em fase de votação, deixam de ser submetidos a votos, ficando sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

**O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Volta-se à lista de oradores.**

Concedo a palavra ao nobre Senador Martins Filho.

**O SR. MARTINS FILHO (PDS — RN.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

#### **‘AQUELE QUE ESTÁ EM PÉ’, ADVERTEM AS ESCRITURAS, “CUIDE PARA QUE NÃO CAIA”.**

O PDS por certo, fez-se surdo a essa advertência.

Ainda estão próximos os dias de ufanismo partidário, quando ecoavam aos quatro ventos, proclamações altisonantes sobre a imbatível força desse núcleo político — então sob a forma de ARENA — a cujos quadros pertenciam, desde o Presidente da República, até a esmagadora maioria dos Vereadores, passando por todos os Ministros, todos os Governadores de Estado e quase todos os Prefeitos do País.

Alguém menos cuidadoso teria, à época, chamado a ARENA de “o maior partido do Ocidente”. Talvez para opô-la, como símbolo de grandeza, ao “maior partido do Oriente”.

Hoje resta ao PDS o título de o “partido mais partido do Brasil” ou, quem sabe, fique melhor sob a denominação de “o menor partido do município de Santos”.

Esborou-se de cima a baixo, perdendo qualquer coesão interna e sofrendo a mais enfática rejeição por todos os estamentos da sociedade brasileira.

O PDS, hoje, “não é partido. Está partido!”

E por quê?

Não continua sendo seu presidente honorário o próprio Presidente da República?

Não continuam pertencendo ao partido todos os Senhores Ministros de Estado?

Não são dos quadros partidários a maioria dos Governadores?

Não é o PDS o partido solitário no poder?

Qual doença o atacou?

Que remédio lhe fez mal?

Sei o quão difícil é intentar tal diagnóstico, pois não há uma causa dessa doença, mas mil causas. Não há um remédio ministrado com todas as contra-indicações; há uma botica completa.

O único trabalho fácil será do médico que lhe atestar o óbito: qualquer **causa mortis** que alegar, será rigorosamente verdadeira, desde que ressalve ampla concorrência de outras conhecidas e ignoradas.

Talvez, por isso, olhando o doente **in extremis**, arrisque eu algumas opiniões de leigo sobre esse interessante quadro clínico, senão para consolar a família que se prepara ao luto, pelo menos para matar o tempo enquanto não ocorre o desenlace.

Morre o PDS de males crônicos e agudos.

É crônica a síndrome de rejeição que sofre o PDS de hoje, ARENA de ontem, pelo poder que o criou, instituído no País a partir de 1964.

Desde seu nascimento, como ARENA, até hoje, na conta irreversível em que mergulhou, o partido do Governo nunca foi partido no Governo.

Existiu como corpo estranho, como um implante não assimilado, tido como um mal necessário, morando nos porões da República.

Nunca foi ouvido nem cheirado!

Aos políticos, como aos feiticeiros da Idade Média, imputaram-se todas as desgraças do País. Deviam ser caçados e queimados.

Nenhuma agremiação política poderia sobreviver em tais condições, avalizando um poder sem dele participar, tendo de assumir culpas do que não cometeu, sendo obrigada a renegar, a cada instante, sua própria razão de existir que é a luta para atender os anseios de sua base popular.

Sendo do poder sem estar no poder, vê-se o PDS exaurido de todas as forças, pois tem de gastá-las no apoio desse poder sem dispor de qualquer fonte para revitalizar-se do desgaste.

Outro dos males crônicos do PDS é a inautenticidade e o oportunismo de muitas de suas Lideranças, feitas em estufas bem guardadas contra o voto popular e alimentadas com o esterco de todos os ranços políticos de que se tem notícia no País, desde o Império.

Do momento em que a investidura no poder passou a ser feita por direito divino e não pela unção das urnas, alçaram-se à condição de líderes, gente sem a necessária qualificação para assumi-la. Não me refiro a deficiências de preparo acadêmico — aliás sempre preservado e valorizado em alentados currículos — mas à carência absoluta de sensibilidade política, de sintonia com os anseios populares.

Depois dessa gente enriquecer sobremaneira o bestialógico político nacional, com verdadeiras pérolas de sa-

bedoria revelada, encastelou-se nos postos de mando e daí passou a abrandir todos os instrumentos de poder que, de graça, lhes vieram às mãos, para eliminar as verdadeiras lideranças, às vezes até fisicamente, que lhe pudessem, por qualquer forma, contrariar as ambições.

Alguns mais ágeis — e agilidade não lhes falta — viabilizaram-se até eleitoralmente, preparando rebentos seus — fisiológicos, ideológicos e até biológicos — para se lançarem candidatos em convenções de algibeira e se elegerem em eleições lastreadas a ouro e a pressões insuportáveis, sem esquecer a corrupção, um e outro aúridos do poder sem povo.

**O Sr. Luiz Cavalcante** — V. Ex<sup>a</sup> me permite, na oportunidade em que lhe for mais azada?

**O SR. MARTINS FILHO** — Com muito prazer, nobre Senador Luiz Cavalcante.

**O Sr. Luiz Cavalcante** — V. Ex<sup>a</sup> fala do nosso Partido, aquele que já foi o maior Partido do Ocidente e, hoje, é o menor partido de Santos. Isto me fez lembrar que, quando o Presidente Vargas convidou o Almirante Renato Guilobel para ser Ministro da Marinha, o Almirante condicionou a aceitação lembrando ao Presidente este aforisma: "Todo governante com quem sempre concordarem o seu Ministro, o seu médico e o seu amigo, cedo perderá o trono, a saúde e a dignidade." No caso do Brasil, o Presidente Figueiredo não perdeu o Governo, mas já perdeu a saúde, não perdeu a dignidade, mas já perdeu a popularidade. Enfim, meu eminente colega, como diz o antigo rifão, o excesso de amém é que estraga a missa. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. MARTINS FILHO** — Agradeço, nobre Senador Luiz Cavalcante, o seu aparte e com muito prazer o isiro em meu pronunciamento para valorizá-lo, pois um homem da envergadura moral de V. Ex<sup>a</sup> honra este Brasil.

Prossigo, Sr. Presidente, estes adventícios, por não serem companheiros de partido mas comparsas de poder, foram prestigiados a qualquer custo, contra quaisquer amigos, a despeito de qualquer compromisso ou qualquer princípio, por sagrados fossem. E pela mesma lei que se fizeram hoje se matem.

É raro um estado da federação onde não exista um PDS perseguidor e um PDS perseguido. A bancarrota do Partido vem apenas ratificar a profecia de que "toda casa dividida contra si mesma, não pode subsistir".

E como eu quis evitar isso em meu Estado!

Como eu e vários companheiros de partido — então liderados pelo saudoso Senador Dinarte Mariz — quiséramos dar um encaminhamento partidário à convenção que escolheu o candidato a governador e não o encaminhamento oligárquico-familiar que lhe foi dado!

Não fomos ouvidos, simplesmente. Éramos apenas companheiros de partido, não comparsas de poder.

Hoje é o Governo do Rio Grande do Norte um verdadeiro sepulcro caído. Enquanto o Governador se "entorta" na capital da República, pregando a unidade partidária, a pacificação do PDS e outros sermões do gênero, qual pomba branca de raminho verde preso ao bico, sua polícia prende, espanca e mata no Estado, e sua Secretaria de Saúde sonega fornecimento de remédio do Governo Federal às comunidades pobres do interior, condenando centenas de crianças carentes à integral dessassistência, tudo para pressionar adversários políticos; seu vetusto progenitor — ex-Governador mediato — vai aos jornais dizer que votará na oposição se determinada candidatura vencer a convenção partidária; isso depois de um *strip-tease* público, pelo jornal nacional da Rede Globo, onde o pai — ex-Governador mediato — o

filho — governador atual — e o sobrinho-primo — ex-governador imediato — dividiram-se entre as três tendências presidenciais do PDS, para, em qualquer hipótese, "continuarem tirando cavaco-do-pau".

Pode o PDS sobreviver a isso?

Nem por milagre!

Há outros males crônicos, e quantos!

Também há os agudos.

Destes, o fracasso do governo, nominalmente do PDS, em resolver os graves problemas nacionais é o mais notório.

Quando uma inflação superior a 200% ao ano, muda diariamente os preços dos gêneros básicos nas prateleiras do supermercado, quando uma recessão sem precedentes joga no olho da rua milhares e milhares de pais-de-família sem emprego, e obriga centenas de empresas a fechar as portas, quando os agricultores desistem de plantar porque o preço dos insumos é insuportável e o preço dos produtos é aviltado, quando, depois de sacrificar o carro, o passeio e a roupa nova, a classe média é obrigada a mudar os próprios hábitos alimentares pelo absurdo preço da comida; quando o povo ordeiro e pacato das cidades interioranas sai às ruas como enlouquecido, quebrando, saqueando e queimando porque está com fome e desesperado; quando se paga por um tanque de gasolina, o preço do automóvel há poucos anos e, pelo botijão de gás o preço do fogão; quando se tem de ficar no escuro devido ao preço da luz ou não se usa a torneira, por não se poder pagar a água; quando se perde a sacrificada poupança de muitos anos, por não se poder pagar a prestação da tão sonhada casa própria; quando se perdem os dentes porque o dentista é muito caro ou se deixa acabar pela doença, impossibilitado de pagar o médico; quando tudo isso, ao invés de inspirar o poder público para a austeridade — senão por outra razão, pelo menos em solidariedade ao povo sofrido — vêem-se escândalos sucessivos com bilhões e bilhões de cruzeiros jogados pelo ralo, quando isso e muito mais, acontece ao mesmo tempo, não é possível salvar o partido em nome de quem se governa.

É aguda, também, a dissintonia da ação política do PDS com as aspirações da sociedade nacional.

Nestes últimos meses, temos assistido um partido cabisbaixo, envergonhado, sendo tanguado a posições terrivelmente antipopulares, tendo seus representantes sido expostos à execração pública, em enterros simbólicos, por defenderem o indefensável, contrariando, muitas vezes, arraigadas convicções pessoais.

Tiveram de alguém algum reconhecimento?

Lealdades inabaláveis como a do meu estimado amigo, Lomanto Junior que preside neste momento a Casa, de Nelson Marchezan e de tantos outros, têm sido retribuídas com o quê?

Ah! exclamarão alguns, da pátria nada se exige, nem o reconhecimento, nem a gratidão.

Da Pátria?

Por que alguns recebem sempre o reconhecimento e a gratidão mesmo quando a isso não fizeram jus e a outros sempre é negado os benefícios da própria justiça, do estrito direito?

Como disse, no início, de muitos males está morrendo o PDS.

Se não morrer, permanecerá um zumbi assombrando o povo com seu espectro insepulto.

Não pretendo comparecer ao enterro. Sequer gostaria de permanecer no velório.

Já não sou do PDS.

Tentei ser, com todas as minhas forças por acreditar em seu programa partidário.

Terminei como quixote!

Estou todavia no PDS até a próxima convenção. Fui constrangido a isso pela amizade e pelo respeito à palavra empenhada.

Ao sair da convenção seguirei meu caminho, que será o caminho do meu povo, do sofrido povo brasileiro.

Voltarei ao assunto.

Obrigado!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Instituído pelo Decreto nº 75.992, de 1º de julho de 1975, o Programa Nacional dos Centros Sociais Urbanos — PNCSU — tem como objetivo apoiar o desenvolvimento comunitário, atendendo à população de baixa renda e carente, através de quinhentas unidades distribuídas em todos os Estados, abrangendo uma clientela, direta e indireta, orçada em cerca de cinco milhões de pessoas.

Através da prestação direta de serviços e da produção de inúmeros mecanismos geradores de renda e de emprego, os Centros Sociais Urbanos justificam o apoio que lhes presta esse programa, no atendimento de milhões de famílias, merecendo integral apoio das comunidades.

Entretanto, apesar da importância desse empreendimento, a Fundação Leão XIII, órgão supervisionado pela Secretaria de promoção Social do Estado do Rio de Janeiro, foi recentemente surpreendida pela edição do Decreto nº 89.501, de 1984, que extingue, a nível nacional, o citado programa, desferido um sério golpe contra os Estados que, atualmente, numa situação econômica das mais precárias, com as finanças fortemente combalidas, têm poucas possibilidades de prosseguir alimentando essa iniciativa e mantendo os Centros Sociais Urbanos dentro dos padrões compatíveis com seus altos objetivos.

A reação daquelas Secretarias de Estado, contra esse estapafúrdio decreto — que aumenta o débito social do atual Governo — tem sido a mais veemente, na luta pela renovação desse procedimento injustificado, que penaliza as classes de baixa renda principalmente nas áreas metropolitanas, onde mais evidentes as situações carenciais do povo.

Diante disso, a população do Estado do Rio de Janeiro, acompanhando a desolação das demais capitais do País, não pode deixar de endereçar veemente apelo às autoridades federais, no sentido do restabelecimento daqueles recursos, alegando, ademais, que a qualidade de vida, nos centros urbanos, está seriamente comprometida pela crise econômico-financeira que assalta o País, insuportável a perda de um empreendimento, cujo êxito, na prática, vem sendo incontestável, com excelentes efeitos no desenvolvimento comunitário das populações carentes.

Parece que a SEPLAN continua a cortar os investimentos de caráter social, dominada, como sempre, por uma mentalidade monetarista que agrava a crise presente, provocada pelos desmandos da tecnoburocracia.

Finalmente, esperamos que o Governo revogue o Decreto nº 89.501 e restaure os recursos do programa Nacional dos Centros Sociais Urbanos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

**O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É quase certo que a partir de 15 de março de 1985, nova era, alvissareira mesmo, despontará para o povo brasileiro, pois sabe-se que o atual Governador Tancredo Neves triunfando na luta eleitoral que não é aquela que sonhávamos, chegará ao Poder Maior desta República, a fim de poder colocar em prática tudo aquilo que o ideário do nosso Partido preconiza, bem como dos demais partidos políticos da Oposição. Temos certeza mesmo que com a vitória das oposições elegendo Tancredo Neves, poder-se-á afirmar que haverá mudanças substanciais na atual conjuntura política administrativa que há vinte anos teimã em manter-se no Poder, sempre de encontro com o povo e nunca ao encontro do povo.

Ainda agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a **Folha de S. Paulo** (31/7/84) publica um magistral artigo do Prof. Paulo Sérgio Pinheiro, intitulado "Segurança e Transição — seis palpites para Tancredo Neves ler no avião que, não há dúvida, analisa com absoluta precisão um dos graves, ou melhor, gravíssimos problemas que o futuro Presidente Tancredo Neves vai ter que enfrentar com coragem e perseverança, dando ao gravíssimo problema caráter de primeira prioridade, pois no caso em pauta, está a vida, o sossego, a segurança enfim de todos nós. Sabe-se que não pode é ficar como está o assunto destacado. Nos seis itens acima citados, o Prof. Paulo Sérgio Pinheiro analisa, comenta e critica mesmo a conjuntura atual no setor referente à ação da polícia, paralelamente ao encaminhamento da solução da criminalidade, bem como o erro de ter a situação se agravado com o autoritarismo da sociedade e do próprio Estado. Faz também comentários quanto ao erro de se retirar da Polícia Militar a sua principal característica, transformando-a em órgão muito militarizado, degenerando, portanto, aquela situação simpática das antigas Polícias Militares. O que se deve fazer não é ampliar o número de policiais, mas sim, racionalizar a sua missão. A volta da Guarda Civil, patrimônio que foi rejeitado sem maiores explicações, é mais um fator que denigre o atual posicionamento da Segurança Pública em todo o Brasil.

Tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o futuro Presidente Tancredo Neves levará a sério as sugestões do Prof. Paulo Sérgio Pinheiro.

Leio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que conste dos Anais, o magistral artigo:

#### SEGURANÇA E TRANSIÇÃO (SEIS PALPITES PARA TANCREDO NEVES LER NO AVIÃO)

**Paulo Sérgio Pinheiro**

Nesse coro multiforme pela defesa de uma democratização substantiva há um tema que não decorre automaticamente das mudanças no político ou no econômico, e que deve ser enfrentado já: é a questão da segurança, da polícia e das garantias da cidadania. Nas aberturas anteriores, provocadas pelas Constituintes, seja a de 1891, a de 1934 ou a de 1946, o que dominou nessa questão foi a visão convencional e antipovo. As classes populares que são as interlocutoras privilegiadas dos aparelhos de repressão física jamais notaram transformações de peso nessa área nos períodos democráticos. O tema tem de ser enfrentado claramente, pelos liberais, pelo centro, pela esquerda e pelos que ainda relutam em participar desse diálogo para a construção da ruptura com o autoritarismo. Para tentar ser o menos exclamativo possível, como exige o momento, vão alinhados alguns palpites para esse debate.

1. A luta contra o crime é coisa séria demais para ser tratada somente pela polícia e pelo Judiciário. Toda a sociedade tem o direito de opinar, de dar palpites sobre a política pública contra a criminalidade. Na democracia não há nichos privilegiados em que somente alguns iniciados opinam. Nessa transição, os dirigentes políticos, os partidos, os movimentos sociais estão obrigados a repassar o que foi a política contra o crime nesses vinte anos de autoritarismo para proporem alternativas.

\* \* \*

2. A criminalidade não pode somente ser analisada pelos fatos criminais. Tem de ser localizada num contexto social mais amplo: a crescente criminalidade é produto direto das políticas públicas de pauperização que há vinte anos vêm sendo impostas à população brasileira sem que a sociedade participe, através de seus representantes políticos ou por mecanismos inovadores, nessas decisões. Não se pretende afirmar que exista uma correlação direta entre pobreza e crime. Mas são as classes trabalhadoras e seus descendentes os candidatos certos às condenações da Justiça e hóspedes preferenciais das prisões. Sem idealizar em heróis os criminosos, sem pretender desprezar os sofrimentos das vítimas (em bom número das classes populares), a transição democrática terá de assumir a responsabilidade do Estado em intervir na segurança com políticas sociais alternativas e não simplesmente repressivas.

\* \* \*

3. O regime autoritário agravou a tradição autoritária da sociedade e do Estado fazendo crescer o desrespeito à lei. Os cidadãos mais explorados não vêem motivos para respeitar a lei quando os mais cultos, poderosos e educados não o fazem, desde o estacionamento nas calçadas até o grande estacionamento. A grita contra a impunidade do crime deve abranger dos pés-de-chinelo aos mandarins cheirosos. A ditadura acirrou o individualismo na sociedade, deitando por terra os laços de solidariedade na comunidade, essenciais na prevenção contra o crime. Uma sociedade sem participação e sem mobilização está à mercê da criminalidade. O crime compensa numa sociedade, como esta, em que não se respeita a lei e em que a população está desorganizada pelo arbítrio. A transição democrática abre novas possibilidades para a construção de solidariedades.

\* \* \*

4. A concentração das Polícias Militares sob o enquadramento do Exército, sua anterior instrumentalização na luta contra a dissidência armada, a dissolução das guardas civis, transformaram o policiamento numa guerra. Ora, a militarização é a maneira mais incompetente de lidar contra o crime. A luta contra o crime não é uma guerra, mas uma política social. Nem que todas as cidades sejam ocupadas belicamente, o crime não será debelado. As discussões da transição devem contemplar a volta das guardas civis, devendo a Constituinte examinar o retorno das Polícias Militares para suas tradicionais e honrosas missões no passado. Não haverá mais razão para se manter o foro privilegiado dos policiais militares no exercício da função policial ou utilizando equipamento policial. A polícia é uma função civil, é um poder delegado pela população ao Estado, a função policial na luta contra o crime nada tem a ver com a função militar.

Será preciso examinarmos com muita moderação o problema do aumento dos efetivos policiais no Brasil. Nos Estados Unidos, com uma população quase o dobro da brasileira, todos os efetivos policiais em todos os níveis somados não excedem 220.000 homens. No Brasil, esses efetivos são maiores: Polícia Militar, 216.216 homens; Polícia Civil, 56.972 homens. Para baixar a criminalidade não se trata de aumentar efetivos mas de discutir sua utilização racional, sob controle democrático.

\* \* \*

5. Impossível falar em criminalidade sem debater a escalada da violência de responsabilidade do Estado brasileiro que agravou a insegurança dos cidadãos, das vítimas. A eliminação de criminosos, de cidadãos suspeitos ou inocentes, pela polícia sem controle judicial satisfatório para os padrões democráticos, acirrou a violência no crime. E não baixou a criminalidade, nem podia. Não se trata de colocar a opção entre ou policiais ou os bandidos, inclusive porque dezenas de policiais continuam a morrer. Os elevadíssimos números de mortes de responsabilidade da polícia, obrigam-nos a refletir, junto com os policiais, sobre essas práticas na transição democrática, para que essa cifra macabra, financiada pelo contribuinte, possa diminuir e desaparecer. As vítimas poderão ser muito mais eficazmente protegidas com menos violência e menos riscos para os policiais. Chega de estultícias em torno de direitos humanos, investidas todas que mal disfarçam resistências autoritárias a qualquer iniciativa que ouse, timidamente até, afirmar a cidadania das classes populares.

\* \* \*

6. A prisão no Brasil não serve absolutamente para a defesa do cidadão. Quando se constata um índice de reincidência de 70% está comprovado que a prisão serve fundamentalmente ao crime. Devemos aproveitar as brechas abertas pelo novo Código Penal para mudar drasticamente o sistema de penas. Enquanto isto não for feito, todos os esforços na direção da modernização e humanização do sistema penitenciário devem ser aprofundados. A severidade e a crueldade do arbítrio incentivado nas prisões somente pioraram a situação das vítimas fora delas. Os democratas da transição não podem se resignar em ver a prisão como um mal necessário. Pondo em causa a prisão, o poder público estará investindo na queda da reincidência criminal e aumentando a segurança da população, protegendo melhor as vítimas.

\* \* \*

Como Tancredo Neves, em torno do qual se reabrem sofridas esperanças, está hoje em São Paulo, quem sabe, poderá dar uma vista d'olhos nestes palpites. Alguns vão sussurar: que aqodamento! Não é hora, apressadinho! Mil desculpas, mas as vítimas, as classes populares, os trabalhadores, os cidadãos comuns têm precedência na transição, não é mesmo? O governador entenderá, estou certo.

Paulo Sérgio Pinheiro é professor de Ciência Política na Unicamp, membro das Comissões de Direitos Humanos da OAB e da Teotônio Vilela para as Prisões. É autor de vários livros, entre os quais "Escritos Indignados — Polícia, Prisões e Política no Estado Autoritário"; atualmente é assessor especial do governador do Estado de São Paulo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!).

**O SR. PRESIDENTE** (Lomanto Júnior) — Nada havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte.

**ORDEM DO DIA**

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1981 (nº 3.035/80, na Casa de origem), alterando o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de Serviço Público Federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências, tendo

**PARECERES FAVORÁVEIS**, sob nºs 971 e 972, de 1981, das Comissões:

- de **Segurança Nacional**; e
- de **Finanças**.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1981 (nº 1.529/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social, tendo

**PARECERES FAVORÁVEIS**, sob nºs 354 e 355, de 1981, das Comissões:

- de **Legislação Social**; e
- de **Finanças**.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1981 (nº 587/79, na Casa de origem), que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras, tendo

**PARECERES**, sob nºs 186 e 187, de 1983, das Comissões:

- de **Economia**, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernadino Viana, José Lins e Lenoir Vargas; e
- de **Finanças**, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1977 (nº 227/75, na Casa de origem), que dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências, tendo

**PARECERES FAVORÁVEIS**, sob nºs 1.360 e 1.361, de 1981, das Comissões:

- de **Legislação Social**; e
- de **Educação e Cultura**.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1979 (nº 4.257/77, na Casa de origem), que autoriza a alienação de imóveis residências da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes, tendo

**PARECERES**, sob nºs 335 e 336, de 1980 e 635 a 637, de 1981, das Comissões:

- de **Transportes, Comunicação e Obras Públicas**, 1º pronunciamento: contrário; 2º pronunciamento: favorável ao Projeto e à Emenda de Plenário;
- de **Finanças**, 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: favorável à Emenda de Plenário; e
- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e da Emenda de Plenário.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 784, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos dos arts. 75, c, 76 e 77, do Regimento Interno, a criação de uma comissão especial mista, composta de 11 (onze) senadores e 11 (onze) deputados, para, no prazo de 120 dias (cento e vinte) dias, com a colaboração das entidades mais representativas da sociedade civil, discutir e apresentar soluções para a crise econômico-financeira do País.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Economia)

7

Votação, em turno único, do Requerimento nº 154, de 1984, dos Senadores Nelson Carneiro e Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a manutenção da correção automática, semestral, dos salários, de acordo com o INPC e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983.

8

Votação, em turno único (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1979 (nº 1.511/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, tendo

**PARECERES**, sob nºs 692 e 693, de 1982, das Comissões:

- de **Legislação Social**, favorável, nos termos de Substitutivo que apresenta; e
- de **Constituição e Justiça**, pela injuridicidade do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Legislação Social, com voto vencido, em separado, do Senador Franco Montoro.

**O SR. PRESIDENTE** (Lomanto Júnior) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 51 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MOACYR DALLA NA SESSÃO DE 28-6-84, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN — SEÇÃO II — DE 29-6-84:**

**O SR. MOACYR DALLA** (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

“E na dificuldade e no sofrimento que a vontade do homem se revitaliza, sendo capaz de elevar-se muito além da tempestade, onde as soluções se abrem criativas e estimuladoras.”

Formulada há alguns decênios, a assertiva de Henrik Ibsen ocorre-nos sugestiva e oportuna, em meio ao percurso reflexivo sobre o atual quadro dos acontecimentos internos em que a nação se debate.

Para muitos o panorama se oferece extremamente confuso e preocupante. Reservamo-nos análise menos sombria.

De forma polêmica, os temas políticos, econômicos, institucionais, sociais, desdobram-se rapidamente, conquistando todos os espaços na ordem dos debates públicos, envolvendo os mais diversos grupos de opinião, consagrando a efervescência muito particular ao clima de verdadeira liberdade democrática.

Entretanto, subjacente ao quadro, as inquietações cultivadas por diferentes canais de observação política, eco-

nômica e administrativa empenham-se em reservar determinado grau de animosidade, em meio ao nervoso e impaciente acompanhamento dos fatos que estão a definir os rumos da História Nacional.

A bem da verdade, estamos em debate, inicialmente, com o próprio nível da liberdade desfrutada e dos compromissos democráticos assumidos. Em outras palavras: vivenciamos, ainda desambientados, a abertura democrática propugnada e cuja presença os setores mais radicais insistem em desconhecer e em não admitir.

Entendemos, Sr. Senadores, que a plena consciência da importante etapa que a Nação atravessa, para a consolidação dos inestimáveis valores democráticos reconquistados, deve ser capaz de acordar em cada cidadão o necessário equilíbrio de ações e palavras que possam validar o exato significado do real amadurecimento cívico.

É preciso desmistificar-se a desordenada falácia das radicalizações gratuitas, de sectarismos apaixonados e destrutivos, unicamente a serviço da desunião e do retrocesso. Acima de todas as dificuldades, o espírito da união deve inspirar procedimentos harmoniosos, deve estimular o desarmamento de ânimo, revitalizar a vontade de crescer civicamente. Resta-nos, tão-somente organizarmo-nos.

As vésperas de históricas transformações, a sociedade precisa manter-se lúcida, alerta às influências devastadoras da ordem, sobretudo, confiante no desempenho daqueles que elegeu seus legítimos representantes. A convivência democrática de que esta Casa se faz extremosa e incansável guardiã, exige de todos nós o exemplo de atitudes soberanas, plasmadas nos anseios comunitários e na força do compromisso da representatividade.

Com a dignidade de homem livre de pensamento, sensível à realidade presente e aberto à renovação, externamos o firme sentimento de orgulho por estarmos participando de momentos históricos decisivos para a evolução nacional. São momentos de luta, onde não há lugar para colocações não pertinentes aos propósitos da reorganização institucional.

Reafirmamos nossa concentrada intenção de máxima fidelidade aos princípios da ordem, como condição ideal de trabalho sério e seguro, na busca de soluções que atendam aos problemas enfrentados.

São as nossas palavras. (Muito bem!)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MOACYR DUARTE NA SESSÃO DE 2-8-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. MOACYR DUARTE** (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Assomo a esta tribuna com honra e humildade, conduzido pela mão imperscrutável do destino, cujos desígnios fogem sempre às convenções e às previsões, aos códigos, dicionários e regulamentos.

Trago sobre os ombros o pesado fardo constitucional que é o de substituir e suceder o inesquecível e saudoso, irrequeto e visionário, combativo e autêntico Senador Dinarte Mariz, cuja vida foi um dínamo em constante movimento e um moto-perpétuo, uma eterna conspicação contra a inércia, a subserviência, o imobilismo, o silêncio dos pântanos, a paz dos charcos, a omissão.

Substituí-lo na ausência eventual e temporária foi tarefa normal e regimental, e através dela já adentrei este plenário, em ocasião outra, quando proferi o solene julgamento, que repito e reafirmo hoje, no tribunal de minha consciência.

Mas substituí-lo na terrível ausência definitiva de agora — neste substituir que se converte em suceder — na lei e no tempo, é responsabilidade que transcende as minhas naturais estruturas humana e política, considerando-se a

dimensão extraordinária de uma vida, uma personalidade, uma liderança e um homem que fez época nesta Casa, e fez História, e marcou uma Idade nos anais do Rio Grande do Norte.

Jamais seria esta a Via Dolorosa a que poderia pretender para um dia ter acesso a esta excelsa tribuna do Senado da República.

Curioso dos problemas regionais e locais, sempre vivi telúrica e emocionalmente enraizado nos limites geográficos e nos humanos confins de minha amada província nordestina. Sete legislaturas consecutivas, em quase trinta anos de mandato popular, quando, por deferência e generosidade de meus companheiros fui líder do governo e da oposição, Presidente da Assembléia do meu Estado, com incursões pelo sindicalismo rural, o desempenho de cargos executivos de confiança e a cátedra universitária, encheram toda uma vida política e uma carreira parlamentar que julgava encerrada, face ao dever que entendia cumprido de ter sido o arauto e o escudeiro dos ideais de minha geração e do papel histórico que ela tinha sido chamada a representar, em determinada fase de nossa existência republicana e democrática.

Vejo-me, agora, convocado para esta altíssima missão, em circunstâncias dramáticas, pois retorno à arena como um cavaleiro que desaprendeu o manejo do elmo e da adaga, e que se vê atônito e perplexo, pois os Parcas derubaram do seu corcel o seu gladiador supremo, o seu guerreiro maior, o seu líder e comandante, o seu velho capitão de longo curso.

O abismo, o vazio impreenchível que se abriu no Rio Grande do Norte, também verifiquei aqui, guardadas as devidas proporções, nos semblantes, nas interrogações e no espanto que imobilizaram muitos gestos dos que conviveram com Dinarte e não querem acreditar que esteja morto o velho comandante, malgrado já se sentisse o seu fim, fatalizado pelos males incuráveis da enfermidade e da idade enferma.

Mas o que dói — e como dói — é que, apesar de tudo, ele era um homem em perenes núpcias com a vida, e sobretudo com a política, sua ação, sua devoção, seu ideal, sua ninfa Egéria.

Morreu lúcido e vivendo a política, dia e noite, noite e dia, em vida e morte, querendo vir votar de maca as matérias em que sua presença fosse vital e o assunto de transcendental importância.

Ele amava esta Casa com tão estranhado amor, acima do seu pedaço de chão, de sua Solidão onde nasceu, cresceu e em cujos hectares, prolongamento sem fronteiras de sua cidade adotiva, Caicó, quis ser enterrado, para poder continuar sentindo o pulsar do coração do povo.

Viveu e participou de todos os fatos políticos notáveis, durante meio século, ocorridos neste País e neste Congresso.

Ultimamente sentia o chamado das origens, atraído pela força de uma ancestralidade que ele cultivava com ascendrado amor e respeito à tradição. Mas, à primeira notícia de uma crise no País, ou que o seu povo ou a sua terra reclamavam uma palavra ou uma atitude sua, ei-lo de asas abertas, alçando vôo ao Planalto, brandindo sua candente e atrevida voz, na defesa dos conterrâneos e do Rio Grande do Norte.

Li, alhures, não sei quando e onde, que "sem um ideal ou um vício, não há velhice suportável". Dinarte, 81 anos, possuía ambos. O ideal de servir ao povo e o vício da política. E através deste realizou aquele. E com os dois serviu como ninguém à sua terra.

Nas derradeiras vezes que andava por estes corredores, claudicante, martirizado pela doença pertinaz e cruel, olhos azuis enevoados por uma lágrima contida, e como antevendo a proximidade do inevitável, confienciava aos mais íntimos: "Quando aqui cheguei tudo eram esperanças; hoje tudo são lembranças..."

Foi durante sete anos primeiro Secretário desta Casa, e também seu Vice-Presidente, e ao morrer ocupava a presidência da Comissão de Segurança Nacional. Muitas placas ostentam o seu nome como construtor e implantador de obras. Mas onde o seu nome está inscrito indelevelmente, e com tintas de saudade amarga, é no coração dos funcionários desta Casa, que sempre tiveram nele um protetor e um guardião.

Na memória de seus pares ele tem um lugar cativo, forrado com as plumas da solidariedade e ornado com a flor da amizade que ele fazia brotar nos ombros onde pousava sua mão fraterna de semeador, de companheiro e de amigo.

Haverá outra hora para evocá-lo. Nós saberemos fazer essa hora. Hoje, eu só peço que me recebam no seu convívio, na condição de herdeiro dos restos de afeto, do respeito e da simpatia que lhe tributavam, como reflexo do incomensurável e imenso bem-querer que ele nutria por todos os seus pares, de qualquer facção, porque ele só tinha um partido, o Brasil; tinha apenas uma paixão, o Rio Grande do Norte; e só teve um grande amor, o povo.

Procurarei seguir o seu exemplo e imitar a sua vida. Procurarei no cumprimento da missão que a fatalidade me outorgou, ser digno desta Casa, sendo digno de meus pares.

**O Sr. Aloysio Chaves** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MOACYR DUARTE** — Com muito honra.

**O Sr. Aloysio Chaves** — Ouvimos com emoção e com respeito o pronunciamento de V. ex<sup>a</sup>, quando exalta, nesta homenagem póstuma, a personalidade invulgar, excepcional, do nosso pranteado companheiro Senador Dinarte Mariz. Não desejo, porém, que V. Ex<sup>a</sup> encerre o seu pronunciamento, sem que receba de nossa parte, em nome de nossa bancada, a certeza de que, embora arrebatado pelo destino, Dinarte Mariz deixa no Senado da República e na representação do Rio Grande do Norte, um substituto à altura de suas virtudes e de sua dedicação à terra potiguar. V. Ex<sup>a</sup> já participou dos trabalhos desta Casa, em substituição eventual ao Senador Dinarte Mariz, e aqui firmou rapidamente o seu conceito como homem público impoluto, inteligência peregrina a serviço do magistério e, agora, da política mas, sobretudo, a serviço do Rio Grande do Norte e do Brasil.

**O Sr. Gastão Müller** — Permite V. Ex<sup>a</sup> uma aparte?

**O SR. MOACYR DUARTE** — Com o maior prazer concedo o aparte ao nobre Senador Gastão Müller.

**O Sr. Gastão Müller** — Senador Moacyr Duarte, ontem, nas primeiras homenagens que se prestaram ao saudoso Senador Dinarte Mariz, o meu Líder, o nobre Senador Humberto Lucena, já falou, de modo que hoje, como Líder eventual da bancada do PMDB, quero apenas saudá-lo no seu ingresso definitivo para cumprir o resto do mandato, que era do seu sogro, e que nós do PMDB sabemos que será cumprido com tanto brilhantismo, com tanta correção, com tanta fidelidade aos princípios que nortearam Dinarte Mariz, que são os mesmos que orientam V. Ex<sup>a</sup>. Seja bem-vindo à nossa Casa, e tenha na bancada do PMDB todos nós como seus amigos.

**O Sr. Lomanto Júnior** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MOACYR DUARTE** — Concedo o aparte ao nobre Senador Lomanto Júnior.

**O Sr. Lomanto Júnior** — Nobre Senador Moacyr Duarte, é deveras triste para todos nós que V. Ex<sup>a</sup> reini-

cie a sua atuação parlamentar numa hora tão triste, tão amarga para V. Ex<sup>a</sup>, e de tantas saudades dos amigos de Dinarte Mariz. V. Ex<sup>a</sup> pronuncia, pleno de emoção, um dos mais formosos discursos que eu tenho ouvido do tribuna do Senado, um tema ingrato e difícil. Como é difícil falar-se da morte de um pai. Eu sei que V. Ex<sup>a</sup> considerava o velho e sempre lembrado, o inesquecível Dinarte, como o seu progenitor. Sei também que ele o considerava como filho, genro, mas filho pelo coração. Era uma amizade recíproca de que tomei conhecimento. Quantas vezes ouvi referências a respeito de V. Ex<sup>a</sup> e de Dinarte Mariz. Recordo-me do meu último encontro, em companhia dos Senadores Martins Filho e José Fragelli e de um amigo pessoal que o visitava diariamente, pois o considerava o seu protetor, um funcionário desta Casa, Francimar de Queiroz, e que diariamente me transmitia as notícias sempre animadoras e esperançosas na recuperação do velho amigo. No dia 5 do mês passado, a poucas horas do início da reunião do diretório do nosso Partido, fui visitar Dinarte. Ele conversou animadamente, estava em dia com os problemas políticos do País, revelava e transmitia entusiasmo, encorajava, conclamava à luta como se são estivesse ele, pleno de juventude.

Afastaram-se os nobres Senadores José Fragelli e Martins Filho, e ele pediu-me que ficasse um pouco. Deu-me conselhos paternos, apontou-me caminhos que haverei de trilhar, porque coincidiam ou porque coincidem com os caminhos que tenho trilhado na vida pública. Ao final, Dinarte se despediu de mim: não sei se voltarei a vê-lo. E eu lhe respondi: não, pois eu voltarei daqui a alguns dias e o encontrarei já de pé, com esse mesmo entusiasmo, com esse mesmo fulgor, com essa mesma juventude que contagia, que entusiasma e que nos compele. Ele me disse: não, tenho a impressão que você não me verá mais. Não tive nem a oportunidade, por motivo de saúde, de acompanhar o meu querido amigo à sua última morada, no seu sempre falado e sempre elogiado Caicó. Dinarte pode servir de paradigma, eminente Senador Moacyr Duarte, aos que querem trilhar os caminhos da vida pública com honra e dignidade. A vida pública, nobre Senador, é um caminho para a pobreza, para o sacrifício. A vida pública é um caminho de renúncia e Dinarte empobreceu e renunciou aos prazeres da vida para dedicar-se às agruras da política. Na vida pública não se enriquece, e os que dela se aproveitam para se enriquecer o fazem ilícitamente. Dinarte foi daqueles que podem ser citados entre os que empobreceram na política, entre os que fizeram da política o caminho da pobreza. Nobre Senador, é pena que o seu discurso, dos mais formosos, dos mais brilhantes que tenham se pronunciado nesta Casa, seja para prantejar a memória do seu pai pelo coração, mas creia que ele está escutando, como escutou agora o brilhante aparte do nobre Senador Aloysio Chaves, como está atento ao seu pronunciamento, como está ouvindo as palavras daquele seu amigo que, no dia 5 do mês passado, escutava paternalmente, ou melhor, filialmente, os seus conselhos. Que Deus tenha Dinarte na sua glória, que ele trilhe como trilhou na vida terrena os caminhos da dignidade, da honradez, da fidelidade, que Deus o acolha e possa oferecer o que a vida terrena não lhe ofereceu: a paz, a tranqüilidade a que os justos têm direito.

**O Sr. Virgílio Távora** — Permite-nos um aparte, eminente Senador?

**O SR. MOACYR DUARTE** — Com o maior prazer, nobre Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora** — Quarenta anos atrás, eminente Senador, encontrava Dinarte, em uma noite, à casa de José Américo, no Jardim Botânico. Iniciávamos lá, en-

tão, uma amizade que se prolongou por décadas. E com que tristeza, com que saudade tivemos o ensejo de ir deixá-lo à última morada lá em Caicó! Naqueles momentos em que V. Ex.<sup>a</sup> lá me viu, passava em minha mente como que num filme retrospectivo toda uma vida de luta, de que testemunha fomos, de um homem que honrou o Rio Grande do Norte, que honrou o Brasil, honrou a classe política pela firmeza de suas atitudes, pelo desassombro dos seus gestos, pela lealdade para com seus amigos e pela extrema coerência consigo mesmo. Nunca pegamos Dinarte em um passo falso, em uma retirada de apoio a qualquer empreitada que houvesse a alguém sugerido. A necessidade extrema que tinha de afirmação, achamos nós que correspondia à sua própria origem, e S. Ex.<sup>a</sup>, com aquele espírito jovial que sempre o caracterizava, defendia as causas mais justas, ingratas ou não, populares ou impopulares, e o fazia sempre com o desassombro que, hoje, os seus amigos e contemporâneos que, infelizmente, já se vão diminuindo muito no número, lembram com saudade, com reverência e, ao mesmo tempo, com amor.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MOACYR DUARTE** — Com muito prazer, nobre Senador Nelson Carneiro.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Foi com o maior pesar que soube do falecimento do meu saudoso amigo e ilustre Senador Dinarte Mariz. Ontem, aqui não pude estar, porque acabara de chegar do estrangeiro. Pedi ao eminente colega Passos Pôrto que, em meu nome e em nome do meu Partido, manifestasse à sua solidariedade às primeiras homenagens que o Senado presta a quem tanto o serviu, servindo igualmente ao Rio Grande do Norte e ao País.

Recordo quando, nos longes de 1948, em companhia inclusive de V. Ex.<sup>a</sup>, jovem deputado estadual, peregrinamos em campanha pelo Rio Grande do Norte no pleito municipal.

Coube-me acompanhar o pleito em Ceará-Mirim que, salvo engano, era a terra natal de Dinarte Mariz. Mas segui-o também até Caicó, naquela longa peregrinação, longa, agradável e inesquecível peregrinação, de que participavam também, entre outros, o nosso saudoso José Augusto e o futuro Presidente Cafê Filho. Naquela terra ensolarada, era a companhia de Dinarte Mariz um estímulo para os novos que chegavam ao Parlamento; ele era aquela comunicabilidade impressionante de que recolhi exemplos e posso dar testemunho.

Recordo até com saudade um encontro muito grato, numa cidade que tem o nome muito bonito de sua terra, Jardim do Seridó, onde fizemos juntos um comício e estamos certos de que a lembrança, a recordação, a presença de Dinarte continuará por todo o Rio Grande do Norte e por todo o País. A presença de V. Ex.<sup>a</sup> nesta Casa, que já honrou em algumas interinidades com o brilho da sua inteligência, com a sua tradição política, com a respeitabilidade que goza do seu Estado, a presença de V. Ex.<sup>a</sup> somente contribuirá para exaltar quem o teve por companheiro desde a juventude, e a quem não abandonou até a idade proventa. Saúdo V. Ex.<sup>a</sup> agora que chega, como disse, por força da fatalidade, ao exercício pleno de um mandato que, se fosse pleiteado nas urnas, o povo potiguar certamente não lhe negaria.

**O SR. MOACYR DUARTE** — Como é confortador ouvir palavras cheias de carinho dos eminentes e nobres Senadores Aloysio Chaves, Gastão Müller, Lomanto Júnior, Virgílio Távora, sobretudo de um homem cuja vida sempre me inspirou, que é o poreclaro e eminente mestre, Senador Nelson Carneiro. Palavras que me comovem, que tocam profundamente à minha sensibilidade, porque representam uma homenagem e uma exaltação *in memoriam*, que tem mais valor e muito mais grandeza do

que os elogios de corpo presente. Agradeço, comovido, a todas essas manifestações. Sei que Dinarte, onde quer que esteja, estará ouvindo com saudade, a solidariedade compungida de seus pares, aos quais ele tanto quis e dos quais sempre guardou as melhores lembranças.

**O Sr. Jorge Kalume** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MOACYR DUARTE** — Com o maior prazer, ouço o nobre Senador Jorge Kalume.

**O Sr. Jorge Kalume** — Conheci Dinarte Mariz nos idos de 63, quando cheguei ao Congresso Nacional. Desde o primeiro encontro, senti que aquela sua personalidade marcante me inspirava confiança, quer pelo seu olhar, quer pela sua palavra mansa, porém positiva. Dinarte Mariz participou da história brasileira e fez história, haja vista sua atuação — e é bom que se recorde isto — na Serra do Doutor, no seu Estado, com arma na mão, arriscando-se para combater idéias esdrúxulas que desejam os seus autores implantar neste País. Portanto, Dinarte Mariz participou da história e escreveu a história. Pode-se dizer com relação a Dinarte Mariz, como disse São Paulo: "Combati o bom combate; perdi até a carreira mas guardei a fé". Sobre Dinarte Mariz podemos dizer: "Combati, morri, mas deixei o exemplo de dignidade para seus familiares e para seus patrícios de um modo geral".

**O SR. MOACYR DUARTE** — Faço extensão do meu agradecimento às palavras do nobre representante do Estado do Acre, meu eminente amigo Senador Jorge Kalume. Dinarte foi sobretudo um homem de idéias, um homem de princípios. Muitos de nós poderíamos discordar de suas idéias, mas todos nós somos obrigados a reconhecer e a proclamar a sua lealdade, e sobretudo a sua autenticidade, e a sua irrefutável coerência, virtudes que representaram as colunas mestres que deram sustentáculo à sua vida pública. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ITAMAR FRANCO NA SESSÃO DE 3-8-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. ITAMAR FRANCO** (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Estranho as declarações do Governador Franco Montoro transcritas, hoje, no *Jornal do Brasil*, sob o título:

#### MONTORO COBRA MAIS COERÊNCIA

São Paulo — O Governador Franco Montoro afirmou, ontem que perdeu a paciência com "essa história de que determinadas pessoas não irão ao Colégio Eleitoral". Observou que "o País vive um momento histórico e esses que não querem ir participar do Colégio Eleitoral já disputaram eleições com o voto vinculado. Lei Falcão e sublegenda. Portanto, isto é coisa de fariseus, são pruridos injustificáveis". Montoro — que ontem participou do programa Primeira Página, da *Gazeta Mercantil*, transmitido pela TV Gazeta — garantiu: "Nós vamos ao Colégio para derrotar o Governo pelas mesmas regras que eles utilizaram para se perpetuarem no Poder".

Srs. Senadores, seremos nós, que falamos em não ir ao Colégio Eleitoral, os fariseus ou fariseu é o Governador do Estado de São Paulo, que nas praças públicas e aqui, da tribuna do Senado, inúmeras vezes defendeu o voto direto?

Recentemente, Sr. Presidente, dizia S. Ex.<sup>a</sup> da ilegitimidade do Colégio Eleitoral, não apenas nas ruas, mas, in-

clusive, na comissão por nós presidida, a chamada Comissão Dante de Oliveira, quando S. Ex.<sup>a</sup>, convidado, ali compareceu e teve oportunidade de dizer da ilegitimidade do Colégio Eleitoral.

É incrível, Srs. Senadores, que o ilustre líder oposicionista, hoje governando o poderoso Estado de São Paulo, venha a dizer:

"... O País vive um momento histórico e esses que não querem ir participar do Colégio já disputaram eleições com o voto vinculado, Lei Falcão e sublegenda."

Custa crer, Sr. Presidente, que isso parta de um líder oposicionista. Se um homem do governo dissesse isso a nós outros da Oposição, seria evidentemente, rebatido, mas o Governador Franco Montoro alegar o voto vinculado, alegar a Lei Falcão e a sublegenda, como desculpa, Sr. Presidente, para ir ao Colégio Eleitoral, é difícil aceitar. Não somos contra o fato de que haja uma reversão do pensamento desses homens, em absoluto! Costuma-se dizer que a política sofre a sua dinâmica. É possível que o Governador Franco Montoro hoje sonhe com o Palácio do Planalto, não no momento para ele, evidentemente, porque no caso o candidato indireto do PMDB e da chamada Frente Liberal, possivelmente, será o Governador das Minas Gerais.

É triste, Sr. Presidente, que o País assista a esse artificialismo, a essa falta de coerência dos maiores líderes do maior partido da Oposição. Não sei se a essa altura dos acontecimentos o candidato indireto da Frente Liberal e do PMDB, ou do PMDB e da Frente Liberal, será verdadeiramente um candidato de Oposição, ou apenas um candidato pintado de Oposição. Porque, há poucos dias, era o próprio Sr. vice-Presidente da República quem dizia, alto e bom som, que a nossa legenda seria apenas o veículo para que se permitisse a inscrição de um candidato para disputar a eleição indireta.

Vejam, Srs. Senadores, que em legenda que com tanto sacrifício, por exemplo, foi implantada no meu Estado de Minas Gerais — e eu já o disse aqui da tribuna do Senado da República, uma das maiores lideranças do meu Estado se uniu para formar o Partido Popular, pouco mais de meia-dúzia de peemedebistas naquele momento se uniu para fincar as raízes ou para fincar as estacas do Partido do Movimento Democrático, em Minas Gerais. E é essa legenda que, neste momento, se torna o veículo da tão decantada, já famosa e impropriamente chamada Frente Liberal.

Não assiste, portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, razão ao ilustre Governador Franco Montoro. S. Ex.<sup>a</sup> não pode cobrar coerência de ninguém. O Governador Franco Montoro não tem, neste momento, autoridade para cobrar coerência de quem quer que seja em relação ao Colégio Eleitoral. Respeitamos que S. Ex.<sup>a</sup> esteja em marcha batida para o Colégio Eleitoral, para apoiar um candidato indireto às eleições presidenciais, mas não lhe permitiremos que venha a chamar de fariseus aqueles que continuam defendendo, desta tribuna e nas praças públicas, o direito de o povo escolher o candidato à Presidência da República.

Este País precisa realmente de profundas alterações na sua estrutura, particularmente na sua estrutura econômica, para que busque um novo modelo econômico, para que o social não continue a ser um subproduto do crescimento econômico brasileiro.

O Governador do Estado de São Paulo, talvez, dentro do seu Palácio, o Palácio dos Bandeirantes, comece a ter amnésia, e ser um daqueles que desejam conquistar o poder a qualquer custo. É possível, até é possível, que o candidato da Frente Liberal possa, realmente, atingir as culminâncias da Presidência da República. Mas, de uma coisa o candidato indireto da Oposição brasileira e da Frente Liberal jamais vai deixar de esquecer — e a História há de registrar isso para sempre — que lá chegou,

se é que vai chegar, se é que não haverá nenhum acidente de percurso, que ele lá estará como candidato ilegítimo, como candidato não escolhido pelo voto popular. E não é o representante das Minas Gerais, que aqui fala neste instante, que classifica a ilegitimidade do homem da Oposição no Palácio do Planalto. Foram líderes, como o Governador Franco Montoro, como o próprio candidato a candidato à Presidência da República que disseram da ilegitimidade do Colégio Eleitoral.

Uma expressão, Sr. Presidente, terrível, quando se diz que é preciso tampar o nariz para ir ao Colégio Eleitoral, como se desse odor podre se pudesse eleger, nesta Nação, o Presidente da República; como se do mau cheiro exalado por esse Colégio Eleitoral pudesse sentar alguém no Palácio do Planalto para governar esta Nação. Não era isso que 130 milhões de brasileiros tinham no seu coração cheio de esperança quando se pergou, neste País, a campanha pelas eleições diretas.

Fariseu, Governador Franco Montoro, é V. Ex<sup>a</sup> e não nós outros; incoerente é V. Ex<sup>a</sup> Governador Franco Montoro, que esquece os princípios partidários, que esquece o manifesto que nós outros assinamos quando fundamos o PMDB. E tomara, Governador Franco Montoro, que não falte lenço ao nariz de V. Ex<sup>a</sup> para chegar a esse Colégio Eleitoral.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALMIR PINTO NA SESSÃO DE 3-8-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: É com pesar que trago ao conhecimento desta Casa o trágico desaparecimento do Vereador José Barros de Alencar, fato que comoveu Fortaleza e o povo cearense, vítima que foi de horroroso acidente rodoviário em companhia da esposa e mais duas pessoas, nas proximidades da cidade de Açu, deixando em estado desesperador, a esposa do edil fortalezense, D. Leda.

Rumavam à capital pernambucana — Recife em gozo do recesso parlamentar, quando, numa ultrapassagem infeliz do motorista que dirigia o veículo, foi este colhido por um ônibus que vinha em sentido contrário. Deu-se então o choque inevitável, causando a morte de três passageiros e ferimentos graves, na quarta pessoa, que não era outra senão a esposa do vereador.

A surpresa de tão triste evento abalou o mundo social e político do meu Estado que conhecia bem de perto José Barros de Alencar, homem probo, compreensivo, tole-

rante e de alma aberta à concórdia, apontado como um dos políticos mais morigerado e de real conceito, excelente espírito público, apanágio da sua personalidade.

Barros de Alencar teve elogiosa dedicação à política e à vida pública. Transcrevo, neste sentido, necrológico que ora faço de sua fulgurante personalidade a sua biografia, conforme se lê no Jornal *Diário de Nordeste* de Fortaleza.

#### "BARROS TEVE UMA VIDA DEDICADA À POLÍTICA E À CAUSA PÚBLICA"

José Barros de Alencar nasceu em Messejana no dia 4 de janeiro de 1923, sendo filho de Dionísio Leonel Alencar e Josefa Barros de Alencar. Do casamento com dona Lêda Alencar teve quatro filhos: Francisco José, Fernanda (que morreu em acidente), Diana e José Barros de Alencar Júnior.

Foi eleito pela primeira vez no pleito de 3 de outubro de 1947, permanecendo no cargo até a sua morte, tendo sido eleito Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza por doze vezes. Ocupou outras funções públicas com muita competência e dedicação.

Feito este necrológico, devo agora abordar o tema principal deste meu modesto pronunciamento. Cheguei quarta-feira do Ceará, depois de permanecer no meu Estado na companhia dos meus coestaduanos nada menos que trinta e dois dias.

Gostaria que aparecessem agora as cassandras que afirmam aos, quando que o Nordeste e o Ceará não são enviáveis. Desejaria que essas cassandras visitassem agora o Nordeste, visitassem agora o Ceará, e vissem o que é aquele Nordeste e o que é o Ceará, quando Deus se lembra de mandar as chuvas bonançosas para que o homem do campo possa produzir, possa cultivar a terra, contando sempre com a incerteza do inverno, sem que os Governos da República olhem para a grande necessidade daquilo que desta tribuna quase diariamente, reclamamos: a irrigação.

Sr. Presidente, quem visitar o Ceará e o Nordeste, neste instante, vai encontrar um verdadeiro oásis no semi-árido brasileiro. Talvez seja este ano, depois de cinco terríveis anos de estiagem o ano de maior cultura para o Ceará e, acredito, para todo o Nordeste. E só não produziu mais, acredito eu, porque faltaram duas coisas primordiais: dinheiro e sementes para o plantio. Assim mesmo posso afirmar da tribuna desta Casa que, não obstante as deficiências referidas o Ceará tem no plantio do algodão o seu maior sucesso, com a produção chagando a 80 mil toneladas. O algodão é o principal produto do nosso Ceará para a exportação, associado à castanha do caju, lagosta e cera de carnaúba.

Sr. Presidente, não me cansarei de falar reclamando ajuda para o Nordeste, e para o Ceará. Ainda agora a imprensa de Fortaleza publicou declarações do Ministro Andreazza no discurso feito quando da reunião da SUDENE, em Recife do seguinte teor:

O discurso de despedida do Conselho Deliberativo da SUDENE o Ministro Mário Andreazza ocupou-se do vulto dos recursos financeiros aplicados no Nordeste, nos últimos cinco anos, pelo Governo da União. Ascenderam eles a três trilhões de cruzeiros, dos quais cerca de um trilhão através do FINOR; 1,8 trilhão do BNH e cerca de meio trilhão do DNOCS e da CODEVASF. Três milhões de trabalhadores chegaram a ser assistidos pelas ações emergenciais de combate aos efeitos das secas.

Destacou, ainda, o Ministro que a SUDENE aprovou mais de 600 projetos industriais, agroindustriais e agropecuários com capacidade de gerar mais de 100 mil empregos diretos. Além disso, cerca de um quarto dos financiamentos habitacionais do BNH e do Sistema Financeiro de Habitação coube ao Nordeste. E os programas de desenvolvimento urbano conferiam prioridade às três regiões metropolitanas, bem como às capitais e cidades médias do Nordeste. "Com humildade confesso: posso ter errado, na intenção permanente de acertar. Mas não pequei por omissão".

Quero chamar a atenção do plenário para a elevada soma que foi empregada no Nordeste: três trilhões de cruzeiros, nos cinco anos de calamidade! Se tivesse a SUDENE, órgão criado para superintender o desenvolvimento do Nordeste, um plano, uma programação para assistir o Nordeste, esses três trilhões teriam causado os melhores benefícios ao semi-árido brasileiro.

Talvez não precisasse tanto. Com a metade disto, o Nordeste talvez fosse todo ele irrigado, porque temos grandes reservatórios como, por exemplo, o Orós, o Banabuiú, e o Ararás, no Ceará; a Barragem do Açú, no Rio Grande do Norte; Brumado, na Bahia; e outros grandes mananciais que exigem uma pronta irrigação, para que, em qualquer época que surja uma nova calamidade, estarão aqueles estados do Nordeste aparelhados para enfrentar a seca; e, não como agora com o sacrifício de vidas, pela fome e pela miséria, mas sim contando com grãos suficientes à alimentação de toda aquela gente sofrida.

Sr. Presidente, amanhã se instalará, no plenário da Câmara dos Deputados, um Simpósio intitulado, "Nordeste Agora". Durante 2 dias — sábado e domingo, teremos reuniões quando ouviremos conferencistas e exploradores sobre os seguintes assuntos:

#### "NORDESTE AGORA PROGRAMA"

#### SÁBADO

DATA	HORÁRIO	TEMA	EXPOSITORES
Dia 04	9:00 às 12:00Hs	PROJETO NORDESTE	ANTONIO ROCHA MAGALHÃES - (SEPLAN) IVO COSTA - (MINTER) JOSÉ OLIVEIRA AMADO - (MINTER) NESTOR JOST - MIN. AGRICULTURA.
	14:30 às 18:30Hs	PERENIZAÇÃO DOS RIOS OBRAS PÚBLICAS INACABADAS.	JOSÉ REYNALDO - (DNOS) JOSÉ OSWALDO PONTES - (DNOCS) JAIME SANTIAGO - (MINTER)

"NORDESTE AGORA  
PROGRAMA"  
DOMINGO

DATA	HORÁRIO	TEMA	EXPOSITORES
Dia 05	9:00 às 12:00hs	AGRO INDÚSTRIA	CONFUCIO/CÂMARA - (IAA) KLEBER LEITE DE CASTRO (CRÉDITO - BANCO CENTRAL). MÚCIO TEIXEIRA - (CONF. NAC. AGRICULTURA). REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE PLANTADORES DE CANA. REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA CANAVIEIRA
		INDÚSTRIA TÊXTIL	GETÚLIO LAMARTINE - (MIC) MARLOS JACOB - (SUDENE) NILSON MOTA - DIRETOR DO BANCO DO BRASIL REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA TÊXTIL

"NORDESTE AGORA  
PROGRAMA"  
DOMINGO

DATA	HORÁRIO	TEMA	EXPOSITORES
Dia 05	14:30 às 18:30hs	CRISE DA PECUÁRIA	KLEBER LEITE DE CASTRO - (BANCO CENTRAL) ALÉSSIO VAZ PRIMO - DIRETOR DO BANCO DO BRASIL SECRETÁRIO DA PRODUÇÃO ANIMAL - (M. A) REPRESENTANTE DOS PECUARISTAS.
		JUROS BANCÁRIOS	KLEBER LEITE DE CASTRO - ( BANCO CENTRAL) SADI ASSIS RIBEIRO FILHO - (DIRETOR DIV. FINANCEIRA - BANCO DO BRASIL). REPRESENTANTE DAS CLASSES PRODUTORAS.

OBS:

"AS INTERPELAÇÕES SERÃO FRANQUEADAS AOS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES REGIONAIS".

Esses os conferencistas que nesses dois dias irão abordar assuntos de alta relevância para o Nordeste, como "Perenização dos Rios", um assunto muito debatido nesta Casa. Creio que ao invés de fazermos o transplante das águas dos grandes rios, deveríamos construir grandes mananciais com a implantação da irrigação. O que precisamos, e temos dito por muitas vezes desta tribuna, é que se faça a irrigação dos vales agricultáveis do Nordeste, barremos os rios e riachos, perfuremos poços profundos, façamos cacimbões, construamos grandes, médios e pequenos açudes porque assim ficaremos aparelhados para enfrentar uma nova estiagem que, já se fala, será a partir de 1992, quando teremos, como agora tivemos, nada menos do que 5 anos de seca.

Acho que o Governo, as autoridades federais devem guardar bem na lembrança a advertência que fez o Centro Técnico Aero-Espacial de São José dos Campos que, previu 5 a 6 anos de seca para o Nordeste. Na verdade, 5 anos de seca aconteceram: 79, 80, 81, 82 e 83. Felizmente, 1984 foi um ano bonafioso para o Nordeste. Mas, o CTA adverte que a partir de 1992, o semi-árido nordestino passará por uma outra longa estiagem de 5 a 6 anos. Estou repetindo tal previsão para que meditem os homens desta República. É preciso que as autoridades olhem para o Nordeste, preparem-no dentro dos 5 ou 6 anos que vamos ter de inverno para, ao chegar a época prevista da estiagem, esteja ele mais ou menos adaptado a conviver com a seca, oferecendo aos seus 35 milhões de habitantes condições de vida mais humanas do que a que viveram durante a fase crítica de 79 a 83.

Sr. Presidente, a Federação do Comércio do Estado do Ceará, dentro do Programa "Nordestinos Trabalhados para o Nordeste", enviou-me dois trabalhos bem elaborados do General José Nogueira Paes um dos quais, "Nordestinos — O Brasil em busca de soluções" onde fala principalmente sobre a questão da irrigação no Nordeste. Peço a atenção dos nobres Senadores para que observem que não é só o político que fala sobre a situação da irrigação do Nordeste; o meio civil, os empresários, os comerciantes, os industriais e os estudiosos se preocupam de uma maneira muito simpática e patriótica com a região. O General Nogueira Paes, apesar de já há algum tempo estar na reserva, é um homem do Vale Médio do Jaguaribe, no Ceará, filho da cidade do mesmo nome, um militar inteligente, tanto assim que escreveu para a Federação das Indústrias do Estado do Ceará alguns trabalhos, um dos quais passarei a ler, por achar de uma importância capital, porque falando sobre irrigação, ele acha que ela deveria receber maiores recursos para a sua execução e toda ela deveria ser feita por particulares — empresários, proprietários de sítios e fazendas —, porque talvez, saísse mais barato e poderia render muito mais à Nação.

Diz ele:

**"NORDESTINOS — O Brasil em busca de Soluções" — IX**

A irrigação no Nordeste se impõe, não apenas pela sua comprovada eficácia através da História, em todos os semi-áridos do planeta. Outras condições expressamente a indicam:

— sua aplicação na área rural do Semi-Árido, o epicentro do pauperismo nacional;

— sua eficiência, mesmo durante as secas, na produção de alimentos e matérias-primas, com pronta repercussão nos setores secundário e terciário, na criação de empregos e na fixação das populações ao seu verdadeiro *habitat*;

— sua aptidão para arrancar o Nordeste da atual apatia, desencadeando um processo de conscientização essencial a uma união de forças na luta pela solução de seus problemas seculares;

— sua condição de projeto em andamento, há muito iniciado com a construção dos grandes açu-

des, no qual muito se empenhou a frágil economia nacional e cujo abandono seria estúpido e criminoso.

A inação do Governo e da iniciativa privada, em tão longo período, à beira dos açudes e rios perenizados, mesmo durante as secas, decorre principalmente de deficiências culturais. E incorporar a irrigação à cultura regional, nas condições reinantes, não é tarefa simples.

A execução de "projetos maciços de transmissão cultural" foi a sugestão do Embaixador de Israel, em recente visita a Fortaleza. O programa é válido e parece mesmo indispensável. O problema, contudo, apresenta maiores profundidade e abrangência, requerendo ação combinada do Governo e da iniciativa privada, com planejamento de conjunto, execução descentralizada e permanência a ser criteriosamente estabelecida.

A Comissão Inter-Ministerial, que elabora o Projeto Nordeste, poderia ser complementada, com representações adequadas da área oficial e do empresário, para elaborar o planejamento acima referido. A difusão de informações abrangeria prioritariamente o Projeto Nordeste e a irrigação, visaria a elevar o nível cultural das populações e obter sua adesão para as oportunidades que lhe são oferecidas.

Nesta parte, Sr. Presidente, faço parênteses porque certa vez conversando com alguns elementos do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, DNOCS, eles me comunicaram que a maior dificuldade para fazer a irrigação no Nordeste era exatamente a incompreensão do povo nas desapropriações. É certo que às vezes as desapropriações do Governo não são bem compensadoras. É uma realidade. Mas a parte cultural deve existir no trato das questões ligadas ao meio rural principalmente entre os proprietários de terras do Nordeste. Se as que são abandonadas são boas para serem cultivadas e os seus proprietários não as cultivam, nada mais certo do que procurar um entendimento, mostrar o dano que estão causando à economia do Estado, à economia das próprias pessoas que poderiam produzir algo para a sua subsistência. É questão mesmo de educação.

Caberia aos Estados coordenarem a execução das ações públicas e privadas, que buscariam, com igual empenho, orientar e estimular os beneficiários do apoio oficial ao desenvolvimento regional.

Há de haver esta compreensão das entidades privadas, no que pouco ou quase nada há feito o Governo Federal, não digo o atual, mas os Governos passados, pelo Nordeste, principalmente no setor da irrigação.

Suficientemente neutralizada a resistência cultural, o óbice mais sério à implantação da irrigação no semi-árido, na conjuntura atual, seria a escassez de recursos.

Como eu tenho aqui afirmado. A política sugerida a seguir, aperfeiçoada e executada com determinação, permitiria, ao que tudo indica, a superação do obstáculo referido.

Concedida a prioridade mais alta ao semi-árido, a maior fonte de pobreza do País, urgência do mesmo nível à irrigação, no contexto de todo o atendimento àquela área crítica, através do Projeto Nordeste, já se teria dado o primeiro passo.

Simultaneamente seria reformulada a política de irrigação em curso no Nordeste Setentrional, desestatizando-a. O malogro da experiência estatal, caracterizado por minguados resultados, elevados custos e grande perda de tempo, não deve ser atribuído ao órgão executor, cujos valiosos serviços à comunidade merecem todo o respeito, porém ao Governo Federal. Na irrigação propriamente dita, o papel principal do Estado será implantar a infra-

estrutura dos projetos de vulto. É o que já vem fazendo a CODEVASF que acolhe, no mesmo projeto, o colono (até 10 Ha), o produtor (até 100 Ha) e a empresa (até 1.000 Ha). A mudança de rumo sugerida liberaria recursos ponderáveis, atenuando ainda mais as dificuldades assinaladas.

Todavia, o trunfo decisivo para neutralizar a escassez de recursos e desenvolver a irrigação, no ritmo requerido pelas necessidades do semi-árido, seria o apelo e o estímulo à iniciativa privada, para o aproveitamento imediato da água do subsolo, açudes e rios perenizados, a partir dos proprietários das terras beneficiadas.

Além das vantagens oferecidas pelo Projeto Nordeste e outros programas como o Pró-Várzea, caberia aos Governos Federal e Estadual:

a) promoverem a regularização fundiária dos proprietários e posseiros referidos, para habilitá-los ao crédito rural;

b) desapropriarem áreas beneficiadas pelo Poder Público, cujos proprietários não promovessem a irrigação em prazos adequados;

c) promoverem, nos perímetros irrigados e nas áreas desapropriadas a locação de agricultores e empresas detentores de alta tecnologia que possa ser transmitida aos rurícolas regionais;

d) providenciarem, com prioridade, a eletrificação das áreas com grandes possibilidades de irrigação, a partir dos rios perenizados;

e) reduzirem as tarifas de energia elétrica, em 50% do valor atual, num período carencial de 2 anos;

f) desenvolverem fontes não convencionais de energia para aplicação em áreas ainda desprovidas de eletrificação rural;

g) promoverem a revenda de material industrializado destinado à eletrificação e à irrigação a preço de custo e liberado de imposto;

h) apoiarem o pequeno irrigante: elaborando projetos e acompanhando sua implantação, preparando mão-de-obra especializada, orientando-o na organização de cooperativas, etc.

Vencidas as dificuldades iniciais a irrigação ganhará impulso próprio; cada estágio alcançado facilitará o acesso a novo patamar.

Sr. Presidente, eu não estava sequer preparado para fazer este pronunciamento hoje. Eu havia-me inscrito para segunda-feira. Mas, como há poucos oradores para sessão de hoje, resolvi trazer ao conhecimento da Casa estes dados que achei de real importância, todos eles catalogados pelo nobre General José Nogueira Paes. Cearense boa cepa dedicado ao estudo dos problemas achei por bem render-lhe essa homenagem, trazendo ao conhecimento de V. Ex<sup>ts</sup> esta cartilha, onde ele aponta a maneira de como desenvolver o semi-árido brasileiro.

**O Sr. Jorge Kalume — Permita-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?**

**O SR. ALMIR PINTO — Concedo o aparte ao nobre Senador Jorge Kalume.**

**O Sr. Jorge Kalume —** Nós estamos ouvindo com toda a atenção, mais uma vez, o seu pronunciamento em defesa da grande Região nordestina. Quero me referir as suas palavras iniciais, quando alguém deste País, que não deve ser brasileiro, teria considerado a Região nordestina inviável. Inviável deve ser a palavra de quem a pronunciou. Eu não acredito Sr. Senador, que exista um brasileiro que tenha a ousadia de considerar inviável qualquer área do território pátrio. O brasileiro que tiver a coragem, repito, a ousadia de dizer que o Nordeste é inviável deveria ser penalizado. É de se perguntar: o que esse brasileiro fez para que essa região não seja viável? Será que esse brasileiro conhece o Nordeste? Será que

conhece a sua geografia? Será que conhece os seus problemas? Pelo menos apresentou solução escrita, para ser aplicada posteriormente, para resolver este problema que aflige nossos irmãos daquela área? Meu prezado Senador, o problema nordestino é de todo o Brasil, porque ele nos pertence. Porque o Brasil é só um corpo formado por Estados e Municípios. E, se um Estado, encontra-se exaurido, essa situação se reflete nos demais Estados. O nosso desejo é que o Brasil seja um só, crescendo, progredindo, por igual. Portanto, quero lavar o meu protesto contra essa frase de que a Região nordestina é inviável. Inviável deve ser, infelizmente, esse brasileiro que assim se manifestou. E quanto ao General Nogueira Paes, que apresentou esse magnífico trabalho, dando sugestões para solucionar um problema que não é difícil no mundo da tecnologia de hoje, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que conheço o General Nogueira Paes, ele comandou a região dentro da qual se encontra inserido o Estado do Acre e posso dizer-lhe que ele foi um admirável comandante e patriota que muito fez, também pela região Amazônica. Portanto, nesta oportunidade, louvando o General Nogueira Paes, por esse trabalho que apresentou, e protestando, contra o brasileiro que teve a audácia de dizer que a Região nordestina é inviável, eu me congratulo com V. Ex<sup>a</sup> mais uma vez, por essa magnífica contribuição que está trazendo para resolver o problema da sua região.

**O SR. ALMIR PINTO** — Agradeço, sensibilizado, nobre Senador Jorge Kalume, por seu aparte em apoio ao meu despretensioso discurso.

Sabia eu, perfeitamente, que V. Ex<sup>a</sup> conhecia de perto o General Nogueira Paes. Na verdade, ele foi o Comandante Militar da Amazônia, área à qual V. Ex<sup>a</sup> pertence e dignamente representa nesta Casa.

Mas, não só uma vez, nem duas, tem chegado aos meus ouvidos essa miserável frase de que o Nordeste e o Ceará são inviáveis.

**O Sr. Jorge Kalume** — Nós teríamos que combater esses elementos com a mesma energia com que estão combatendo a seca...

**O SR. ALMIR PINTO** — Eu queria que essa gente visse, como diz V. Ex<sup>a</sup>, o Nordeste.

Agora mesmo, eu regressava de Fortaleza, num avião lotado, com um grupo enorme de turistas. Nele vinha um moço titulado, parece que bacharel em direito, que puxou uma rápida conversa comigo. Ele me viu com este simbolozinho na lapela e perguntou-me se eu era parlamentar. Respondi que sim, que era parlamentar. Ele indagou-me se era do Ceará. Eu disse: sim, senhor, sou Senador pelo Ceará. Ele me falou exatamente isto: era interessante que o brasileiro conhecesse o Nordeste. Ora, hoje talvez o maior turismo se faça em demanda ao Norte, Nordeste, Amazônia, Belém, Fortaleza, suas belas praias. Disse-me haver ficado encantado com o que viu, adorando o sol ardente, sempre uma temperatura estável. "Não fiquei só em Fortaleza, adentrei um pouco o Ceará, e vi aquela coisa linda, tudo verdejante, o homem alegre." Eu lhe disse, então: veja só, até bem pouco era um homem triste, acobrinhado mas cheio de esperanças. Faltava-lhe a água, o essencial, a preciosa linfa, para algo produzir, e do solo ubertoso, retirar a sua subsistência. Haja inverno no Nordeste, que seus habitantes retirarão dos ombros do Governo Federal o ônus imenso como foi esse que atrás citei, pelos dados fornecidos pelo Sr. Ministro Mário Andreazza, 3 trilhões de cruzeiros gastos em cinco anos de estiagem no semi-árido! Eu sempre pergunto: quais as grandes obras que ficaram de tamanho gasto? Talvez duas grandes barragens, alguns médios açudes. Esta é que é a realidade.

Por isso, eu encerro, Sr. Presidente, agradecendo a generosidade de V. Ex<sup>a</sup>, com mais este apelo, e convidando os nobres Senadores, os representantes do Nordeste,

para esse simpósio que amanhã, às 9 horas, terá início no plenário da Câmara Federal, intitulado **Nordeste Agora**. Vamos ouvir os conferencistas, todos ligados a órgãos que interferem diretamente nos problemas nordestinos, principalmente no que diz respeito à irrigação. Serão dois dias de trabalho onde serão debatidos importantes assuntos afetos ao Nordeste.

Era só, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

## ATAS DE COMISSÕES

### COMISSÃO DE ECONOMIA

17<sup>a</sup> Reunião, realizada em 30 de maio de 1984

Às dez horas do dia trinta de maio de mil novecentos e oitenta e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Srs. Senadores Roberto Campos, Presidente, Jorge Kalume, João Calmon, Cid Sampaio, Severo Gomes e os Srs. Deputados Odilon Salmoria e Hélio Dantas, reúne-se a Comissão de Economia. O Sr. Presidente declara abertos os trabalhos fazendo a apresentação do conferencista convidado para esta reunião, o Sr. Brigadeiro Tércio Pacitti, Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Com a palavra, o ilustre conferencista ressalta a necessidade de se incentivar a educação, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, a fim de que o País obtenha as novas tecnologias de ponta de que precisa. "O problema crucial que se enfrenta hoje, não só no setor de informática, mas também em outros setores tecnológicos, é o estabelecimento de uma política e estratégia a longo prazo, indicando rumos, prioridades, incentivando as iniciativas empresariais autênticas, valorizando, sobretudo, o cientista e o técnico que trabalham no interesse do desenvolvimento nacional", destaca S. S<sup>o</sup> Fazem parte da lista de inscrição para debates, os Srs. Senadores Severo Gomes, Cid Sampaio, João Calmon, Roberto Campos e o Sr. Deputado Odilon Salmoria, que fazem interpelações ao palestrante. A seguir, o Sr. Presidente faz alguns comentários sobre o tema desenvolvido e agradece a participação do Sr. Brigadeiro Tércio Pacitti, que abrilhantou este ciclo de debates. Finalizando, o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam anexadas à presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

*ANEXO À ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1984, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE.*

*— INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO*

*PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO CAMPOS*

*VICE-PRESIDENTE: SENADOR SEVERO GOMES*

*COMISSÃO DE ECONOMIA*  
*DEPOENTE: BRIGADEIRO TÉRCIO PACITTI*

*REUNIÃO REALIZADA EM 30-5-84, ÀS 10 HORAS E 35 MINUTOS.*

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos)** — Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus Senhores: é com grande prazer que passo a palavra hoje ao Brigadeiro Tércio Pacitti, conhecido em todos os círculos educacionais brasileiros e internacionais, por exercer a Presidência de uma Instituição extremamente importante no panorama tecnológico brasileiro, o ITA.

Tem a palavra o Brigadeiro Tércio Pacitti.

**O SR. TÉRCIO PACITTI** — Nobres Senadores, Deputados, jornalistas, amigos de longa e antiga data aqui presentes, ex-alunos nossos do ITA, que estão aqui presentes nos prestigiando.

1. Permitam-me V. Ex<sup>as</sup> que lhes transmita uma mensagem de otimismo e de esperança, que lhes trago do Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, e de todos quantos labutam no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), órgão que tenho a honra de dirigir, na qualidade de seu reitor.

2. É para mim, ao mesmo tempo, uma honra e uma satisfação dirigir-me a esta distinta e seleta audiência, não com o objetivo de apresentar soluções finais, mas de partilhar uma experiência vivida na busca conjunta de maiores esclarecimentos. A visão do empresário, do político, do economista e da Alta Administração já foi aqui anteriormente trazida. Agora trago a visão de um professor, que por força de função, apresenta forte conteúdo educacional.

3. Atendendo ao gentil convite do nobre Senador Roberto Campos para dirigir-me a membros desta Casa, desejo, inicialmente, salientar que colocarei minhas idéias no plano conceitual, enfocando a globalidade e não o detalhe. Dito de outra forma, tentarei explicitar meus pensamentos, concentrando-se não no imediatismo conjuntural, mas, sim, dentro do espírito daquilo que precisamos fazer para construir o melhor Brasil de amanhã.

4. O presente tema nos conduz ao setor de Informática. Entretanto, não me prenderei somente a ele, porque é apenas um dos setores considerados de ponta, ou de fronteira, isto é, que engloba tecnologias avançadas em relação à nossa indústria, ou mesmo à nossa sociedade.

5. Explicitando: algumas tecnologias, "ditas terminais", coexistem no mesmo grupo da informática e compreendem: as comunicações óticas, as de aeronáutica, as espaciais, as de aplicações nucleares, as da bioengenharia, entre outras. Outras tecnologias, por alguns chamadas "tributárias" àquelas terminais, são a micro-mecânica, as ciências e engenharia dos materiais, as da fibra ótica, as do laser, as da microeletrônica, as de controle de processos entre outras. Nosso País precisa considerá-las, sem exclusão, envidando esforços concentrados para o seu domínio e progresso desejado.

6. Posso afiançar a V. Ex<sup>as</sup> que tanto na concepção como no nascedouro, e no devido tempo, a problemática de implantação de qualquer nova tecnologia, em qualquer país, apresenta problemas e requer estratégias semelhantes quanto à aplicação dos incentivos, das motivações e do apoio governamental.

7. É também de conhecimento geral, que todo o saber científico, que encontra aplicações, isto é, que se transforma em tecnologia requer, hoje, grandes investimentos na área de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico.

8. Nesta altura, espero ter deixado claro que a questão da informática, em termos estratégicos, não é um caso isolado, mas um item de um contexto mais geral, no quadro das tecnologias de fronteiras, que deverão também coexistir para manter o seu próprio progresso.

9. Sabemos o quanto os governos dos países desenvolvidos, tanto no bloco ocidental, como no bloco oriental, vêm investindo maciçamente em três setores importantes da nação: educação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, para obter as novas tecnologias de que necessitam.

9.A E os fatos que apresento independem dos aspectos ideológicos.

10. Chegou-me recentemente às mãos um documento, datado de fevereiro de 1984, da assessoria de cúpula em assuntos de ciência e tecnologia da presidência dos Estados Unidos. Nós estamos fazendo um intercâmbio entre o ITA brasileiro e o ITA da força aérea americana; então, eu tive acesso a esse documento.

Este documento permite destacar, a seguir, alguns trechos desta publicação:

“Com um aumento para 55 bilhões de dólares em 85, os fundos federais destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico cresceram em 50% nos últimos 4 anos.”

O que demonstra a vontade política em investir em pesquisa e desenvolvimento tecnológico daquele país.

Para salientar o quanto a universidade é acreditada e voltada para o desenvolvimento, destaco mais os seguintes trechos:

“Treinar e preparar pessoal nas universidades para permitir que os cientistas norte-americanos desbravem novas fronteiras do conhecimento humano nos campos da Ciência e da Tecnologia”, e mais ainda, “estimular uma interação produtiva dos cientistas com a sociedade — isto é, da universidade com os laboratórios de pesquisa e com as indústrias.”

Entrando em mais detalhes, outro trecho diz o seguinte:

“As universidades terão papel importante em pesquisa básica, empurrando as fronteiras do conhecimento e treinando os cientistas e engenheiros do amanhã”, e, em continuação; “O Professor e o Estudante devem ser os maiores participantes nos programas de pesquisas..., a serem realizadas nos laboratórios nacionais, nos novos campos da Astronomia, da Ciência dos Materiais e das Ciências Espaciais”.

Estão procurando alguma coisa no topo. De passagem, embora o ponto não esteja explícito no citado documento, nós sabemos o engajamento de todos os estratos sociais no esforço educacional de 1º e 2º graus, não somente nos EEUU, como nos Países mais desenvolvidos, por ser o alicerce fundamental do progresso, esforço este que se fosse aqui analisado fugiria ao objetivo de nossa exposição. Entretanto, não me furtarei a oportunidade de mencionar, neste momento, um livro que, com muita propriedade, trata deste relevante assunto: *Educação Uma Nova Ideologia*, de autoria do brasileiro Emil Farhat.

11. Solicito a V. Ex<sup>ts</sup> que meditem comigo no porquê deste grande empenho do poder central de diversos Governos, em investir maciça e seletivamente na educação, na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico. Isso é realidade não somente nos Estados Unidos, mas, também, no Japão (e com muita eficiência), na Alemanha, na França e na Rússia. Esta prática independe, reitero, do regime político adotado e do contexto onde este se insere.

12. Além das razões de soberania e independência tecnológica, que toda nação almeja, existem duas outras que desejo mencionar; a primeira de ordem econômica, e a segunda de ordem social, que estão entrelaçadas.

13. A razão de ordem econômica está relacionada com a necessidade do País conquistar continuamente novos mercados, e principalmente, mantê-los. Explico: o conhecimento e o domínio das tecnologias avançadas abrem novas fronteiras econômicas, através dos novos produtos oferecidos ao Mercado. Nesse processo dinâmico, quem primeiro chegar ao conhecimento ganha também na economia. Enquanto uma nação consegue deter para si o conhecimento de fronteira, ela domina o mercado no respectivo setor tecnológico.

Por exemplo, esse relógio, enquanto nós não sabemos fazer esses relógios, nós os estamos comprando. Mas va-

mos, um dia, aprender a fazê-los. Nesta fase inicial, os competidores são poucos, tem pouca gente competindo com o Japão para fazer esses relógios, são poucos. Nesta fase inicial, os competidores são poucos. E seu número cresce à medida que o conhecimento vaza, difunde ou se torna generalizado. Daqui a pouco, todo mundo estará sabendo fazê-los. E isso leva anos! Nesse ínterim, outras nações, na ânsia de um desenvolvimento fácil, comprando apenas resultados acabados, ou que não investiram no devido tempo na educação, na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico, ficam dependentes e obrigadas a comprar produtos de alta tecnologia daquelas que assim o fizeram e detêm o conhecimento avançado.

Considerando que as novas tecnologias vêm, regularmente substituindo as anteriores, e que o tempo necessário para dominar uma nova tecnologia pode ser superior ao intervalo entre esta e a seguinte, concluímos que um país pode correr o risco de ficar eternamente na condição de mero comprador de novas tecnologias.

14. Portanto, Ex<sup>ms</sup> Srs. em um certo momento, a diversidade de produtos tecnológicos que uma nação pode oferecer ao mercado interno e externo é função direta dos conhecimentos científicos correlatos que ela possui, e estes, por sua vez, dependem do tipo e qualidade do sistema educacional que o país, para adquiri-los, propicia a seus filhos.

15. Saliento, agora, a razão de ordem social para a busca de novas tecnologias. Infelizmente, as mudanças estruturais da organização de um país não acompanham, simultaneamente, seu crescimento demográfico.

A estrutura é mais lenta para mudar do que o crescimento que vai aparecendo.

A mocidade emergente procura espaços, continuamente. E se o país, simploriamente, somente aumenta seus quadros, ou cedo aposenta os mais velhos e mais experientes, sem procurar de alguma maneira aumentar sua produtividade ou sua atividade econômica, com toda certeza causará desajustes na estrutura social. O planejamento familiar ainda representa muitos problemas a serem superados! Portanto, uma saída inteligente é o Estado, continuamente, proporcionar novas oportunidades de trabalho através da abertura de novos mercados.

O desenvolvimento de novas tecnologias tem sido, por muito tempo, um dos segredos para manter o equilíbrio de empregos nos países considerados mais avançados.

É um dos segredos dos Estados Unidos: estão sempre procurando ser um país avançado.

A expressão **Keep Growing** é por demais conhecida — “Cresca Sempre”. Abrir novas fronteiras tecnológicas é crescer, e crescer com sabedoria. Crescer não é engordar!

Através das novas tecnologias, além de motivar os jovens a se realizarem profissionalmente, minimizam-se os problemas sócio-econômicos ocasionados pelo desemprego existentes nos setores já consolidados. Aqui, no Brasil, e no momento atual, e não apenas em função da conjuntura internacional adversa, existe o desemprego em alguns setores da engenharia civil, industrial, siderúrgica, elétrica, mecânica, entre outros. Nesses setores mais tradicionais, as posições já estão ocupadas por profissionais mais antigos, alguns acomodados, havendo, muitas vezes, colisão de seus interesses com a ousadia dos mais jovens. Os novos campos de trabalho, originados pela alta tecnologia de hoje, (e que daqui a alguns anos estará também consolidada e obsoleta, repetindo o ciclo), exercem uma natural atração sobre os jovens que com eles se envolvem.

Em poucas palavras, as tecnologias de fronteira abrem novos espaços para a população jovem emergente, para que realize e expanda suas vocações, com menores riscos de conflito com os interesses da geração mais antiga e já estabelecida. Dessa maneira, estar-se-ão minimizando problemas sociais, quanto à ocupação de espaços no mercado de trabalho.

16. Vejamos alguns exemplos aqui no Brasil: a informática tem propiciado excelentes condições de trabalho e remuneração, mesmo na atual crise de desemprego. A grande corrida do jovem brasileiro para o campo da informática é uma realidade. Mesmo o pessoal mais antigo, desempregado, tem procurado se reciclar para esta área. Hoje existem mais de noventa empresas brasileiras, quase todas situadas no setor privado, e com capital nacional, fabricando microcomputadores, sistemas de entrada de dados, terminais inteligentes, bancários, de pontos de venda, modems, concentradores, unidades de discos, impressoras, e toda sorte de subprodutos, além do **soft** requerido, movimentando recursos da ordem de 800 milhões de dólares em 1983. Cumpre ressaltar que, ao lado do crescimento econômico, essas noventa empresas criaram novas possibilidades de trabalho para a juventude brasileira. Relembro que, em 1975, a indústria de informática, de capital privado nacional, era praticamente inexistente no Brasil! Permitam-me, também, aqui citar o exemplo da indústria aeroespacial, porque ela igualmente demanda muitas tecnologias de ponta, inclusive a da própria informática. Trinta anos atrás, até a bicicleta que o aluno do ITA usava para ir à escola era importada; hoje, o Brasil fabrica e exporta aviões de diversos tipos, foguetes, equipamentos de auxílio à navegação aérea, radares e toda sorte de equipamentos de telecomunicações aeronáuticas, tudo isso beneficiando a economia brasileira. Foram criadas novas oportunidades no mercado de trabalho, não somente na área de produção, como na área de concepção e de projetos, também empregando profissionais brasileiros da melhor qualificação técnica.

Aproveitando a oportunidade afirmo-lhes, para salientar a importância da Educação no processo de desenvolvimento, que o ITA teve e tem papel relevante e nuclear no desenvolvimento da indústria aeroespacial, e é uma das instituições pioneiras na introdução da informática na universidade brasileira, juntamente com a PUC, USP, e a UFRJ. Estas três últimas foram os pólos geradores da indústria de informática brasileira. Menciono, também, um fato relevante no campo aeroespacial: os engenheiros formados pelo ITA, no ano passado, mesmo diante da crise de desemprego, estavam todos já engajados e comprometidos com o mercado de trabalho, alguns deles desde o 4º ano de seu curso de engenharia. Até o presente, não existe desemprego para o bom engenheiro especializado no campo aeroespacial. Esta é uma das vantagens do jovem se envolver com novas tecnologias, aliadas a uma sólida e séria formação acadêmica.

17. O fenômeno do crescimento, tanto na indústria aeroespacial com na informática, aqui no Brasil, tem, para muitos, semelhança com o que aconteceu no Vale do Silício, na Califórnia, onde cerca de 800 indústrias de alta tecnologia gravitam ou gravitaram ao redor das pesquisas realizadas na universidade, calcadas no conceito de que o conhecimento tecnológico vale mais do que o capital, na fase inicial da implantação de uma empresa de alta tecnologia (embora ambos sejam necessários para o seu posterior crescimento). O conhecimento tecnológico é a componente de maior valia do capital. Quando se possui conhecimento e competência, o capital aparece naturalmente. Diversos exemplos poderiam ser citados, de empresas que começaram com um mínimo de capital (no fundo de um quintal...), as quais, compensadas com a capacidade e motivação profissional dos jovens técnicos envolvidos, e principalmente, com o apoio do contexto universitário adjacente, tiveram condições de vingar.

18. Para finalizar esta primeira parte de minha exposição, retornei ao documento citado anteriormente, da Presidência dos EEUU, destacando o seguinte trecho,

que claramente demonstra a vontade e a decisão política do governo americano em continuar com o conceito do **Keep Growing** (sempre cresça), da alta tecnologia:

“Incentivar o crescimento do setor privado pelo desenvolvimento de novas e revolucionárias tecnologias para melhorar as indústrias existentes e, principalmente, criar novas indústrias.”

E mais ainda:

“Com a firme determinação de melhorar o sistema educacional para preparar a juventude, a fim de liderar a alta tecnologia do amanhã.”

Estas duas últimas frases destacam o forte desejo político de correlacionar a atividade educacional com a produtiva da nação norte-americana.

19. Somente a título de informação, entre os projetos mencionados no citado documento incluem-se os projetos espaciais, os educacionais, os da biotecnologia para apoio à agricultura, e em particular, os da informática, cujo trecho destaca:

“Pesquisar é desenvolver os computadores do futuro, Classe VI, e a futura geração de novos computadores daí proveniente.”

Apenas faço este destaque para lembrar que esta orientação vem do mais alto nível do Governo, em comum acordo com o congresso nacional.

Neste ponto, antes de passar para a segunda parte, saliento que o problema crucial que enfrentamos neste momento, não é exclusivo do setor de informática, ocorrendo em outros setores tecnológicos: é o do estabelecimento de uma política e estratégia de longo prazo, indicando rumos, proporcionando prioridades, incentivando as iniciativas empresariais autênticas, e principalmente, valorizando o professor, o pesquisador, o cientista e o técnico, que trabalham nas salas de aula, nas pranchetas e nas bancadas de nossos laboratórios, desbravando as fronteiras do conhecimento, naqueles setores prioritários da ciência e tecnologia de interesse nacional.

## II Parte

Nobres Senadores:

1. Na primeira parte, tentei apontar algumas razões de ordem econômica e social para que os mais altos níveis de decisões do País, com propriedade e discernimento, se motivem na busca da alta tecnologia. Somente mencionei, de passagem, os reflexos da tecnologia avançada na soberania e conseqüente independência tecnológica que o País experimenta. Este é um assunto por demais conhecido. Em adição, vimos o profundo relacionamento entre o conhecimento tecnológico detido pela Nação e suas conseqüências junto ao mercado interno e externo.

2. Mantendo a opção inicial, também, não me alongarei examinando aspectos de ordem imediata, como as implicações atuais da Reserva de Mercado, os interesses em conflito entre o capital nacional e o estrangeiro, e sua associação, a obediência rigorosa às regras internacionais do comércio e as associações com o GATT, o FMI e o Banco Mundial.

Esses assuntos têm sido demasiadamente questionados e a imprensa, constantemente, publica pronunciamentos de pessoas especializadas e versadas no assunto. Além disso, esta casa tem ouvido profissionais, representantes da iniciativa privada e do governo que, além de suas credenciais e experiências, por força de função, têm vivência conjuntural do dia-a-dia, maior do que a minha própria.

3. Entretanto, não deixarei de fazer alguns comentários no plano de idéias, a fim de refletirmos juntos

sobre certos conceitos muito em evidência. Desejo, de antemão, ressaltar que qualquer ilação de ordem conjuntural, que porventura se possa depreender, reflete apenas minha opinião decorrente de experiência pessoal, e não a da organização a que pertencço, será o enfoque de um professor que procura otimisticamente uma racionalidade nos conflitos de interesse, quando a pode achar e suficientemente humilde, não se entregando ao pessimismo quando não a consegue achar. Fala-se muito em reserva de mercado. Tenho certeza de que cada um de nós tem um modo de focalizar o assunto. E aí está uma das causas dos muitos desencontros de opinião. Eu mesmo ainda não encontrei uma boa definição e penso ser difícil expressar esse conceito em poucas palavras. Entretanto, creio que o conceito deve ser buscado, entendido ou estruturado no contexto brasileiro, dentro de nossas perspectivas e dentro de nossa realidade, levando-se em consideração o contexto internacional, e não somente dentro da teoria do mercado completamente livre.

Essa teoria é baseada na hipotética existência de um número muito grande de empresas produtoras, de tamanhos semelhantes, que competem em meio homogêneo entre outras idealizações que visam a aplicação da matemática do cálculo infinitesimal.

É por isso que se chama Teoria. Na prática, quando o número de empresas produtoras não é grande, e seus tamanhos variam muito entre si, aquilo que chamo de “economia dos interesses” se sobrepõe. Em adição, quando se junta o válido interesse do Estado em orientar o desenvolvimento do setor considerado, a realidade se afasta ainda do modelo teórico. Na “Economia dos interesses” as coisas somente se ajustam quando há acordo entre as partes. Não adianta buscar razões somente nas idealizações teóricas de certos parâmetros; aí a coisa fica mais confusa.

4. Veja-se o caso do setor automobilístico: quem consegue importar um carro estrangeiro no Brasil? Praticamente, hoje, existe uma “Reserva de Mercado” que é disputado por um pequeno número de fabricantes de origem estrangeira! E, por que não existe celeuma contra esse tipo de “Reserva de Mercado”? O Governo não teve participação ativa na sua implantação? Não as selecionou, não as protegeu, e as incentivou? Não afronta a “Teoria de Mercado”? “Que pensam aquelas empresas estrangeiras que não conseguiram se estabelecer no Brasil? Aqui também não prevaleceu a “economia dos interesses” sobre a Teoria? Todavia, este não é nosso assunto.

5. O mercado brasileiro de informática é por demais atraente, e ainda promete muito. Há um relevante aspecto adicional no mercado de informática, quando comparado ao automobilístico: uma forte componente da indústria nacional compete com as empresas estrangeiras, aqui já implantadas, ambas com grandes interesses em jogo. Entra aqui, outra vez, a “economia dos interesses”.

6. Creio que todos nós estamos procurando um pacto, razoável e digno, que resguarde os interesses nacionais, fora do conceito teórico da competição perfeita, porém dentro da realidade brasileira e de nosso desejo de desenvolvimento de nação emergente — levando-se em conta a interdependência tecnológica com outros países, a qual não podemos ignorar.

7. Em adição, embora não esteja credenciado a falar em nome do Governo, no setor de informática, sinto ser seu firme desejo orientar e incentivar o seu desenvolvimento. Assim o fazem e o fizeram países como os Estados Unidos, o Japão e a França, em setores de seu interesse, com reflexos no mercado.

Ressalto, entretanto, que este firme desejo de apoiar as empresas nacionais, do nascedouro até a maturidade, (isto é, durante os primeiros anos de sua existência), reque-

rerá do Estado um grande investimento seletivo, inteligente e apropriado, nas áreas de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor. Esta é a única maneira estável de criar massa crítica de competência, para que nossas indústrias possam acompanhar a constante evolução tecnológica afim, preparando-as, gradualmente, para uma futura composição e competição internacional mais intensa. Somente desta maneira evitar-se-á o indevido protecionismo da incompetência, seja ela de qualquer forma, técnica, estrutural ou gerencial; e, ao mesmo tempo, assegurar-se-á a escolha do caminho natural para o desenvolvimento. A competência nacional deverá, antes de tudo anteceder e acompanhar a tecnologia nacional.

8. Outra questão comumente levantada, no que tange ao setor de informática, é a da obediência e da subordinação às regras internacionais do comércio, tais como as estabelecidas pelo GATT, (Acordo Geral de Comércio e Tarifas) pelo FMI e pelo Banco Mundial. Não tenho vivência nestas áreas. Entretanto, da análise de outras áreas de diálogo internacional, que, no passado observei e presenciei, e de que no presente, participo, uma faceta ficou-me bem clara. Qualquer regra anteriormente acordada ou aceita pode ser reajustada, contornada ou mesmo alterada, desde que haja, entre as partes contratantes, habilidade, razões supervenientes, esclarecimentos e, principalmente, muita competência dos negociadores. Os organismos respeitam a firmeza, a lógica e a integridade dos fatos que consigamos apresentar em diálogo profissional, franco e esclarecido, possuindo, **a priori**, a competência tecnológica, a visão clara do objetivo a alcançar, naturalmente aparecerá a necessária força íntima para o diálogo em qualquer organismo, seja nacional, seja internacional. Depois da capacitação tecnológica, será apenas uma questão de “garra”. Citando apenas um exemplo, para finalizar esta segunda parte, desejo lembrar que hoje existem, voando nos Estados Unidos, 120 aviões da EMBRAER, e mais de 1.000 voando e contratados com o resto do mundo. Creio que não seria necessário mencionar esse ponto. Faço-o por redundância. Quantas reuniões, diálogos e transações internacionais com o GATT, com o FAA, com setores de homologação e outros organismos internacionais, se fizeram necessários para que esta demonstração da competência brasileira, de tecnologia avançada, atingisse outros mercados altamente competitivos.

Passemos à terceira e última parte.

## III Parte

1. A esta altura, espero ter transmitido a V. Ex<sup>as</sup>, nobres Senadores, minha firme convicção no valor inestimável das diretrizes, quando convenientes e precisas, para qualquer segmento tecnológico, complementadas pela vontade política e, mais ainda, acompanhadas de indispensáveis investimentos, apropriados e seletivos, destinados à educação, à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico nos setores que se deseja incentivar ou promover.

Agora, uma confissão:

2. Confesso que não poderia perder a rara oportunidade, que privo com os nobres representantes da Federação, e com esta seleta audiência, para trazer à tona um assunto de grande repercussão, que foi objeto de pronunciamento, nesta Casa, do nobre Senador João Calmon, aqui presente, em 27 de março de 1984.

O móvel desse pronunciamento foi a Aula Inaugural do ITA, deste ano, pronunciada pelo Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro-Chefe do EMFA, Ten. Brig. Waldyr de Vasconcelos, que tratou de assunto correlato, ao nosso de hoje aqui, compatível com a idéia de maior abrangência que estou dando ao nosso tema. Tratou-se, na aludida Aula Magna, da política Aeroespacial em curso no País, e o correspon-

dente modelo de desenvolvimento adotado para a busca das tecnologias necessárias ao setor de Aeronáutica e Espaço, que nos cabe no Ministério da Aeronáutica.

Embora pareça ter caráter setorial, os conceitos expendidos pelo Exmo. Sr. Ministro-Chefe do EMFA, são profundos e abrangentes, embasando as idéias, que aqui apresento, sendo de muita importância para o desenvolvimento de qualquer novo setor tecnológico.

Portanto, peço a V. Ex<sup>as</sup>, permissão para, antes da minha conclusão, repetir trechos e idéias daquela aula inaugural, fazendo comentários, quando forem necessários.

Destaco o primeiro trecho:

"A política aeroespacial busca dois grandes objetivos nacionais: a Soberania e o Progresso. E isso nós o fazemos através do desenvolvimento tecnológico, conquistando o domínio de novas tecnologias, nos setores de Aeronáutica e Espaço.

Como os Senhores devem saber, soberania e progresso é um dos ONP, Objetivos Nacionais Permanentes; da doutrina da ESG.

Entretanto, cabem as perguntas: de que modo a Política Aeroespacial vem implementando o nosso desenvolvimento tecnológico? Quais as idéias, conceitos, estratégias e táticas que vêm orientando, nesta últimas décadas, nosso comportamento, atitudes e, principalmente, nossas decisões? Em outras palavras, qual tem sido o modelo de desenvolvimento que nos tem servido de referencial? Esse modelo, que serviu de paradigma, começou a se delinear a partir da década de 50 — quando ainda não existia a Via Dutra, nem a PETROBRÁS, e quando, ainda, as bicicletas e os automóveis eram feitos no exterior — hoje se projeta na DIPLAN-79 (Diretrizes de Planejamento), no plano estratégico e em nosso próprio Organograma.

Portanto, o Ministério da Aeronáutica o adotou, o assimilou e o consolidou."

E acrescento: não será necessário dizer que teve e tem êxito, basta ver e apalpar os produtos de nossa Indústria Aeroespacial.

Continuando, disse o Sr. Ministro:

"Enuncio três grandes conceitos que embasam nosso modelo, e nos quais acreditamos plenamente.

Primeiro Conceito

1. "No processo de desenvolvimento, a educação deve ser considerada um investimento da mais alta prioridade e não apenas um serviço social (ou mesmo caridade).

Infelizmente, esse conceito não está enraizado em nossa mentalidade e tem sido de difícil aplicação."

E aqui eu acrescento: quantas vezes ouvimos classificar a educação (incluindo também o ensino), como "Serviço Social". Nobres Senadores, a educação é o maior investimento que o País faz para manter a integridade e continuidade de todos os seus objetivos nacionais permanentes, além da Soberania e Progresso, aqueles outros seis, objetivos, Integração Nacional, Social, etc.

Segundo Conceito

2. "O Ensino da ciência e da tecnologia deverá pautar-se por padrões de excelência."

Este é o conceito da busca da qualidade e da competência em todas as suas formas.

Neste trecho, dirigindo-se aos estudantes do ITA, disse o Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro:

Foram vocês escolhidos entre os melhores candidatos a nível nacional, através de rigoroso exame vestibular. A mesma aplicação aos estudos lhes será exigida durante os cinco anos do ITA, para que possam dar o melhor e o máximo de sua produção e inteligência (como também se exige do professor e do pesquisador do Centro), referindo-se ao Centro Técnico Espacial."

Continuando o Sr. Ministro:

"Sobre os padrões de excelência buscados pelo ITA, terão vocês, (os alunos), a oportunidade de conviver, e muito ouvirão sobre isto, nestes próximos 5 anos. E posso lhes afirmar: qualquer país que não tenha (ou não incentive) Escolas de Excelência, está fadado ao subdesenvolvimento, e isto é verdadeiro em qualquer regime político ou em qualquer país do mundo."

Terceiro Conceito

3. "Existe a necessidade da formação de uma mentalidade apropriada para o desenvolvimento.

Essa mentalidade só pode ser criada através da perseguição continuada dos objetivos e ideais em comum, os quais, passando por um cadinho de aculturação, são repassados de geração em geração.

Somente uma escola poderá propiciar o ambiente necessário para que isto aconteça."

E aqui a juventude, bem orientada, deverá estar continuamente presente. Continuando a Aula Magna:

"Com o decorrer do tempo, e no momento apropriado, os frutos despontam de maneira natural, e não forçada, sem pressões centralizadas ou imediatistas.

O Mal. Casimiro Montenegro, fundador do ITA e CTA, ainda quando Cel., na década de 50, não procurou criar, em primeiro lugar, a indústria Aeronáutica! Não estávamos preparados naquela época! Não possuímos a "massa crítica" de engenheiros e a mentalidade para suportar tal indústria! Ele procurou, primeiro, através do ITA, (notem, começamos pela Educação), formar a mentalidade e a capacitação endógena necessária para que tal indústria mais tarde florescesse! E isto, naturalmente, aconteceu na década de 60! Em poucas palavras, não houve espírito imediatista de colher os frutos na própria gestão."

E ressalto:

"O ponto alto do nosso modelo é encarar a Educação como uma variável estratégica da mais alta relevância para qualquer intenção, plano, projeto ou programa de desenvolvimento". (a essa idéia vamos voltar agora mesmo; no fim da explanação no arremate final.)

E prossiga o Ministro:

"Atribuindo para o ensino e para a pesquisa, os melhores, e repito, os melhores professores, pesquisadores ou cientistas, nacionais ou estrangeiros, sem qualquer xenofobismo ou preconceito, estar-se-á transferindo para a juventude, através da convivência do dia-a-dia, os conhecimentos científicos e tecnológicos de que a Nação necessita.

Este é o melhor sistema de transferência tecnológica para o país, como um todo. (Repetir).

Em qualquer nível de Educação, deverá, também, tentar orientar o jovem com uma educação axiológica, com uma escala de valores e ideais que servirão de referencial em sua vida.

E todos sabemos: os valores que mais permeiam a juventude são aqueles originados nos bons exemplos. E é por isso que o ensino deve pautar-se em padrões de excelência! O professor tem uma influência direta no aluno e o jovem tende a seguir seus padrões. E este é o ponto mais sensível para a continuidade da excelência em nosso modelo."

E acrescento: são ações que, implementando estas idéias simples e bem conhecidas — melhoram a estrutura humana e acumulam o conhecimento científico — beneficiando decisivamente, a médio e longo prazos a economia e o bem-estar social do país. Elas são conquistadas pela educação, pelo trabalho e pela competência.

E prossiga o Sr. Ministro:

"A partir dos três conceitos já mencionados, poder-se-ia descer às estratégias educacionais, às de pesquisa e às de fomento industrial, inseridas no modelo de desenvolvimento do setor aeroespacial. Não iremos enumerá-las

por questão de tempo. Se o fizéssemos iríamos ver, com detalhe, como o ensino, a pesquisa tecnológica e a indústria, em um processo contínuo e indivisível, tornam-se ligados entre si, através de um cordão umbilical. Partindo do ITA (a Escola), passando pelos Institutos do CTA (a pesquisa), atingindo, finalmente, a indústria, que por sua vez entrega os produtos finais (por todos nós conhecidos) ao mercado interno e externo, em benefício de nossa economia global". (As pessoas, que desejarem trabalhos ou artigos sobre nossas estratégias educacionais ou de pesquisa, queiram dar o nome ao coronel Fernandez, que poderemos mandar pelo correio os trabalhos).

Finalizando, invoco a atenção dos nobres Senadores, Deputados, e de todos os presentes, para as derradeiras palavras do Sr. Ministro, Chefe do EMFA, Ten. Brig. Waldir de Vasconcelos, pronunciadas na aula inaugural, que repito com bastante ênfase, por se identificarem em todo o seu teor com nossas idéias e por ser este um momento e esta uma audiência adequados.

"Aventuro-me, ainda a abordar um assunto mais abrangente, também no setor do desenvolvimento, que está doutrinariamente correlacionado com o nosso tema. Tem a ver com o Plano Nacional de Desenvolvimento, o PND, que como o nome sugere, planifica o desenvolvimento dos diversos setores de nossa economia. Vimos, ao longo desta aula, a relevância estratégica da educação no modelo de desenvolvimento que objetivou (e continua a objetivar) a Indústria Aeroespacial Brasileira.

Com estas premissas em mente, lanço a seguinte inter-rogação, abrangente, ainda no plano das idéias.

— Qual deverá ser o esforço, no Setor Educacional, ou melhor, da Nação, para que a Educação, com grande prioridade, fundamente a busca dos objetivos contidos no PND, integrando-se a este, ou em outras palavras, qual seria o momento propício para transformar o PND em PNDE, isto é, tornando-o em Plano Nacional de Desenvolvimento e Educação? (Naturalmente a informática estaria, também integrada ao PNDE como um de seus relevantes capítulos).

A resposta e a implementação da idéia sugerida nessa pergunta será função de nossa vontade política, das experiências adquiridas no acerto e no erro, aliada à consequente maturidade cultural resultante destas experiências. A Educação deveria ser considerada uma ideologia de governo, no dizer feliz de Emil Farhat, em sua obra "Educação uma Nova Ideologia".

Estamos construindo uma Nação, fazendo-a com sofrimento e esperança. Sofremos pela inexperiência de País jovem, que tem de amadurecer, errando e acertando. E a Educação, devidamente orientada, abrevia este amadurecimento e encurta os caminhos do desenvolvimento."

Nobres Senadores, Deputados e distinta audiência:

Esta é a mensagem que trago para V. Ex<sup>as</sup>, na visão de um antigo professor que viu e presenciou, nestes últimos 25 anos, muitos de seus ex-alunos e companheiros de uniforme participarem pioneiramente em dois importantes setores de nosso desenvolvimento nacional: o Aeroespacial e o de Informática.

Muito obrigado por esta oportunidade. (Palmas.)

Brasília, 30 de maio de 1984. — **Brig. Eng. Tércio Pacitti.**

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Obrigada ao Brigadeiro Pacitti pela sua exposição, que abordo o problema de um ângulo, que não tinha sido enfocado o ângulo educacional. Sua exposição, sem dúvida, enriquece a Comissão de informações pertinentes.

Tem a palavra o Sr. Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Presidente, Srs. P<sup>res</sup>lamentares, Brigadeiro Pacitti. Nós ouvimos com

maior atenção a exposição de V. Ex<sup>a</sup>, que traz uma contribuição de grande valia para os debates que se desenvolvem aqui, no Parlamento brasileiro.

Queria dizer que não tenho discordâncias, mas como dizia Max Weber, que é um autor hoje muito citado no Senado, nós só podemos reconhecer a validade dos conceitos, das convicções, quando elas são testadas na realidade da ação. Então, eu, na verdade, não estarei apresentando nenhum contraditório em relação à exposição de V. Ex<sup>a</sup>, mas, trazendo para a reflexão alguns fatos que se ligam diretamente aos conceitos aqui expendidos e que, certamente, V. Ex<sup>a</sup> conhece e poderia trazer maiores esclarecimentos.

O SR. TERCIO PACITTI — Se puder.

O SR. SEVERO GOMES — Quero lembrar que fiquei muito contente ouvindo uns trechos da aula magna citados por V. Ex<sup>a</sup>, em relação à verdadeira forma de transferência e de geração de tecnologia.

Mas V. Ex<sup>a</sup> fez uma referência a respeito dos aviões da EMBRAER, ao grande sucesso do trabalho da empresa, que todos nós admiramos, eu tenho aqui um depoimento do Coronel Osiris, feito na Assembléia Legislativa de São Paulo em 1983. Diz o Coronel Osiris:

“A EMBRAER só consegue exportar porque:

- 1) Trabalha com tecnologia própria. O licenciador não permitiria competição com o licenciado;
  - 2) O mercado interno foi um suporte para exportação;
  - 3) Não surgiu a vocação nacional, fez-se o que o Brasil precisava;
  - 4) Concentrou um produto diferenciado e assim conseguiu entrar sozinho no mercado internacional.
- Hoje, nos Estados Unidos, existem mais aviões bandeirantes do que no Brasil.”

A questão que eu coloco é...

O SR. TERCIO PACITTI — Qual foi a data?

O SR. SEVERO GOMES — Setembro de 1983, na Assembléia Legislativa de São Paulo.

A questão que eu coloco, a primeira, é que se a EMBRAER seguiu essa política, que consideramos acertada, durante um longo tempo, num segundo momento, quando se tratou da produção de aviões menores, ela adotou uma política contrária, ela fez um acordo com a FAB para a produção de uma série de aviões militares. Eu me lembro que, nessa altura, conversando com um amigo meu, que V. Ex<sup>a</sup> deve conhecer também, que é o Brigadeiro Aldo Rosas, ele criticava o modo da expansão da EMBRAER com os aviões menores porque estava jogando fora uma série de experiências já acumuladas no projeto desses aviões.

E lembrando que o Coronel Osiris e o próprio Diretor davam ao projeto da EMBRAER, fundamentalmente, a grande oportunidade de produzir internamente, de ocupar, dentro até da perspectiva apresentada por V. S<sup>a</sup>, e gerar a tecnologia internamente, planejar o avião. Mas essa segunda etapa da EMBRAER não estaria coerente com a primeira. Estava buscando licenciamento com a Pipper e certamente, V. S<sup>a</sup> poderia dizer com mais oportunidade a dificuldade para exportar os aviões licenciados, coisa que, no caso dos aviões produzidos inteiramente no Brasil, essas dificuldades estão mais ligadas à aprovação de normas de segurança e de eficiência pelos órgãos dos diferentes países, principalmente dos Estados Unidos.

Eu imagino, não tenho certeza, que essa rapidez com que a EMBRAER procurou para produzir aviões menores, abandonando um campo muito grande, onde se poderia trabalhar o desenvolvimento tecnológico interno, está muito ligada às tentativas da Cesna de conseguir aprovação de um projeto no Brasil.

Eu me lembro que, nessa altura, eu estava no Ministério da Indústria e do Comércio e a Cesna lutava desesperadamente para conseguir aprovação de seu projeto para a produção de aviões menores. A EMBRAER lutava contra, mas curiosamente, naquele tempo, o Ministério da Aeronáutica era favorável à entrada da Cesna, quem era contrário era o Ministério da Indústria e do Comércio.

Eu fico imaginando, se não teria sido, diante da ameaça de uma aprovação do projeto da Cesna, que teria levado a EMBRAER a procurar um caminho diferente daquele que percorreu durante muito tempo, mas que era o caminho certo.

O SR. TERCIO PACITTI — Parte da pergunta V. Ex<sup>a</sup> respondeu.

O SR. SEVERO GOMES — Quer dizer, ela não pôde desenvolver o trabalho na área dos aviões menores, em virtude de pressões de empresas estrangeiras, e que se tivéssemos gastado seu tempo nesse sentido nós teríamos, hoje, um patrimônio tecnológico e uma expansão maiores do que temos. Essa é a primeira questão.

A segunda questão, também relacionada ao ITA: ao tempo em que o Brigadeiro Paulo Vítor tinha influência nas decisões, todo projeto de segurança de voo, dos radares, que hoje estão instalados nas linhas centrais das vias aéreas brasileiras, eles foram produzidos no Brasil, por quê? Porque o Ministério da Aeronáutica tinha uma vontade política e o ITA, através do Coronel Peró Osiris, organizou uma série de pequenas fábricas que tiveram êxito nesses últimos anos. Só não conseguiram avançar mais porque não conseguiram alcançar outros mercados que, por uma série de razões, eram sempre alcançados por empresas multinacionais.

Eu me recorro da luta do ITA, para que o metrô de São Paulo adotasse o sistema de sinalização produzido no País e que, infelizmente, foi entregue à Westinghouse, o que atrasou o desenvolvimento desse setor da indústria nacional, de suma importância para o nosso desenvolvimento.

Por último, eu acho que tenho uma pequena divergência: é com relação à negociação em órgãos como o Fundo Monetário, o GATT, em que V. S<sup>a</sup> coloca que há principalmente a necessidade de muita competência dos negociadores, esclarecimentos, como se esse órgão fosse um órgão técnico e tivesse uma lógica ligada a um interesse...

O SR. TERCIO PACITTI — Mas eu falo em competência política também, em sua ampla forma. Não é só competência técnica, tem de ser bom negociador.

O SR. SEVERO GOMES — Não tenho mais nenhuma questão a colocar.

O SR. TERCIO PACITTI — Mas as suas duas primeiras perguntas me colocam numa ordem conjuntural, mas eu tentarei conversar um pouco do que penso. Não sou tão habilitado quanto o Coronel Osiris para responder essas questões, porque ele está vivendo o dia-a-dia, mas como vivemos na mesma área, alguma coisa eu posso comentar sobre isso.

Realmente, a Cesna me pareceu, a própria pergunta que V. Ex<sup>a</sup> fez aí sobre a união da EMBRAER com a Pipper uma das razões, talvez, foi da Cesna em querer se instalar no Rio Grande do Sul. Inclusive no momento em que está nascendo aquela indústria, uma outra podia se cogitar. Hoje a EMBRAER está muito forte, a EMBRAER tem muito conhecimento, ela pode fazer até **joint-ventures** a nível de produtos, como ela está fazendo, mas há estágios da indústria que ela não pode fazer. Então, eu acho que isso foi levado em conta na decisão do Coronel Osiris, na decisão da própria EMBRAER. Então, em função daquele momento, quais as forças que estão em jogo no mercado, quais são os compromissos, e o amadurecimento e a competência das pessoas, não só política mas também tecnológica.

Então, eu acho que é como aquela questão: cada caso é um caso, não convém generalizar. Agora, há um estágio no nascedouro, que a gente tem de ter, é que nem um filho: V. Ex<sup>a</sup> tem um filho, cuida dele bem, direitinho, mas quando chega 21 anos vai batalhar lá fora. Mas tem um período em que a gente tem de dar uma certa cobertura.

Isso existiu, inclusive hoje a EMBRAER tem, a nível de produtos, com a Itália o projeto AMX.

(Falta de Energia) de maneira que a minha primeira indagação para o Sr. Brigadeiro Tercio Pacitti seria no sentido da necessidade de nós não adiarmos por mais tempo a introdução em grande escala, no Brasil, da informática, da computação de dados, também na área de educação, conjugando com a utilização, em grande escala, da recepção de lições dadas pelos professores mais importantes através de satélites artificiais.

Nesta viagem eu vi em numerosas escolas americanas, aquela parábola dirigida para satélites artificiais, a fim de receber essas lições dadas pelos mais eminentes mestres, os mais importantes professores dos Estados Unidos.

Lembrei-me de duas coisas do livro do Prof. Emil Farhat, Educação, uma Nova Ideologia. A primeira página começa com um dizer de Maomé: “O sangue dos cientistas é mais importante do que o sangue de todos os mártires”. Maomé disse, há algum tempo, que o sangue dos cientistas é muito mais importante.

Eu não concordo inteiramente, mas tem um peso muito grande.

Há outra coisa que eu gostaria de citar deste livro é a respeito do que ele disse, disse região de Detroit, aliás em Detroit. Há alguns anos havia 400 mil desempregados, e na mesma época, no local, em Detroit, havia 600 mil novas oportunidades de novos empregos. Por que isso? Porque eles não tinham capacidade tecnológica para empregar essa mão-de-obra, pois eles tinham de se reciclar e educar esses 400 mil para ocupar parte destes 600 mil novos empregos. O problema de funcionário é um problema muito sério, não somente na parte de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> ciclo, mas em todos os níveis, até as pessoas envelhecerem. Temos de ter novas técnicas, novas motivações, para acompanhar o que está acontecendo.

O SR. JOÃO CALMON — Sr. Brigadeiro Tercio Pacitti, na conferência realizada no Senado Federal pelo seu colega o Coronel Sérgio Vale, foi revelado que, em São Paulo, no ano de 1977, foi realizado um concurso para a admissão de professores diplomados do quadro do magistério daquele Estado que, se fosse uma unidade dos Estados Unidos da América, seria o terceiro estado americano, depois de New York e da Califórnia. O índice de reprovação dos professores diplomados girou em torno de 99,3%. Diante desta revelação, era necessário reler uma das afirmações da sua conferência. De passagem, embora o ponto não esteja explícito no citado documento, nós sabemos do engajamento de todos os extratos sociais no esforço educacional do 1<sup>o</sup> e do 2<sup>o</sup> graus, não somente nos Estados Unidos, mas como nos países mais desenvolvidos, por ser o alicerce fundamental do progresso. Esforço este, que se fosse aqui analisado, fugiria ao objetivo da nossa exposição. As suas palavras, Sr. Brigadeiro, se enquadram num diagnóstico da UNESCO, segundo o qual o superdimensionamento do ensino superior é um fenômeno característico dos países subdesenvolvidos. O Brasil se enquadra perfeitamente neste diagnóstico. Hoje, nós temos cerca de mil cursos de mestrado e de doutorado no Brasil.

O Ministério da Educação destina 72% do total do seu orçamento para o ensino superior e 13% apenas, para os ensinos de 1<sup>o</sup> e de 2<sup>o</sup> graus. V. S<sup>a</sup>, portanto, focalizou, com muita felicidade, a necessidade de se dar uma gran-

de ênfase a esse alicerce da educação, que é o ensino de 1º e de 2º graus. Nesta área do 1º e do 2º graus, V. Sª entende que seria realmente de grande relevância a participação da informática, da utilização em grande escala de computação de dados e de toda essa parafernália ligada à informática?

O SR. TERCIO PACITTI — Eu acho que nós temos de preparar a juventude para essa nova era. E a preparação não é só ensinar informática, é ensinar todos os valores que vão em conjunto, da preparação até o valor da escala axiológica, tudo isso, o sujeito tem de estar preparado para receber essas novas tecnologias. E não pensar que só a tecnologia vai salvar. Existe também uma coisa básica que tem que ir junto: é uma educação que vem da casa, da família, do pai, da mãe e da escola. É muito mais abrangente, não dá para dizer tudo que eu quero falar, mas tem uma abrangência muito grande, é uma formação integral da criança, do jovem até chegar no adulto. Quanto mais se sobe na escala etária, a educação é mais profissional, e mais em baixo, a educação é mais integral.

O SR. JOÃO CALMON — Finalmente, Sr. Brigadeiro Tércio Pacitti, V. Sª entende que continuam atualíssimas as palavras de um autor, que já saiu um pouco de moda em nosso País, que é Rui Barbosa, que, certa vez, declarou o seguinte: "O grande inimigo que ameaça até a sobrevivência do Brasil, como País independente, não está fora das nossas fronteiras, está dentro das nossas fronteiras e se chama ignorância". V. Sª entende, portanto, que nós estamos em face de um biênio, o que preocupa o nobre Senador Roberto Campos, é o perigo do colonialismo tecnológico. Se nós não dermos à educação a prioridade que ela merece, em todos os níveis, nós corremos o risco de ficar na dependência da tecnologia dos países mais desenvolvidos. De maneira que V. Sª concorda inteiramente com essa afirmação, que deveria ser repetida por todos nós...

O SR. TERCIO PACITTI — Concordo plenamente, nas mesmas bases e nas mesmas condições.

O SR. JOÃO CALMON — Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Odilon Salmoria.

O SR. ODILON SALMORIA — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Srs. membros desta Comissão e ilustre Brigadeiro Tércio Pacitti. A sua palestra de hoje, o âmagoda dela, centrou-se na questão da educação. Quanto a isso não há nenhum reparo, muito pelo contrário, só os aplausos a esse aspecto, que é fundamental, não apenas à educação na área tecnológica mas em todo leque necessário ao nosso País. As perguntas que eu listei, praticamente o nobre Senador Cid Sampaio e o nobre Senador Severo Gomes já tinham esboçado alguma coisa.

Mas eu queria fazer três perguntas rápidas. V. Sª várias vezes, na sua palestra citou o sucesso da indústria aeroespacial do País. Sucesso, reconhecimento nacional, reconhecimento internacional e o potencial em que se transformou a nossa indústria aeroespacial. A minha primeira pergunta é no sentido de se saber quais os tipos de proteção que essa nossa indústria aeroespacial teve? Quais foram as formas de o Governo proteger a nascente indústria aeroespacial, no caso a EMBRAER; por ocasião do seu nascimento nos primeiros anos, quais foram as formas e os meios de proteção que o Governo estabeleceu? Essa é a primeira pergunta.

O SR. TERCIO PACITTI — Eu posso até fazer uma retrospectiva. Começou em 1950, antes não tinha nada...

O SR. ODILON SALMORIA — Não. Eu digo as formas de proteção.

O SR. TERCIO PACITTI — ... então, V. Exª quer chegar à proteção, é muito mais profunda do que conjuntural. Não tinha nada. Então, tivemos, primeiro, que criar a massa crítica de competência. Sem essa massa, pessoas que entendessem do projeto e tivessem espírito de missão, tivessem mentalidade, nada poderia ser feito. Então, fizemos uma escola e não tentamos fazer primeiro a indústria. Primeiro fizemos as pessoas capazes de fazer o avião. Não uma, mas muitas. E, dessa massa crítica surgiu o subgrupo que pegou o teste.

Começou a EMBRAER. Houve por parte do Ministério da Aeronáutica um desejo de ter o seu avião. Os oficiais, os Brigadeiros, os Coronéis, Suboficiais, os Tenentes queriam voar com um avião nosso feito aqui no Brasil. Houve um mercado, vamos dizer, prometido pelo Ministério da Aeronáutica. Se eu não me engano, os primeiros 80 "Bandeirante" já tinham sido prometidos. Com isso, eles já tiveram uma bandeira na frente para começar, mas foi por um curto tempo, não foi para sempre. Então eu tenho 80 vendidos com a promessa de compra do próprio Ministério. Aí eles foram se evoluindo. Começaram a adquirir mais competência gerencial que não tinham. Porque adquirir a competência gerencial na vida prática, através de diálogos, aí foram aperfeiçoando e fazendo outros aviões e entrar no mercado internacional. A coisa é lenta, a gente nunca pode prever, no momento, para o resto da vida o que vai acontecer.

O SR. ODILON SALMORIA — O Senhor quer dizer que não houve mecanismo de proteção?

O SR. TERCIO PACITTI — Houve uma promessa, houve uma encomenda de Ministério que, se não me engano, era de 80 "Bandeirante". Como estava com um certo capital, houve alguma coisa também a nível de capital que foi incorporado.

O SR. ODILON SALMORIA — Eu discordaria do Senhor porque acho que houve uma proteção à indústria aeronáutica, no caso por exemplo, até uma espécie de reserva de mercado. Hoje, nós não podemos importar um avião Cesna.

O SR. TERCIO PACITTI — Eu concordo com o Senhor numa coisa, realmente a proteção é vaga. No Japão, a proteção é um estado de espírito.

O SR. ODILON SALMORIA — A proteção no sentido brasileiro.

O SR. TERCIO PACITTI — Com referência a esse produto, eu tenho a impressão — tenho que ir com cuidado porque não tem nada escrito — as coisas foram feitas de uma maneira, de fato consumado, e foi também investido muito em desenvolvimento do produto. É uma maneira também de proteger.

O SR. ODILON SALMORIA — A única coisa de que discordo é que eu acho que até hoje a EMBRAER, por exemplo, está sendo protegido, porque ninguém pode importar um avião Cesna, por exemplo, existe uma proteção, portanto, para os aviões pequenos fabricados pela EMBRAER.

O SR. TERCIO PACITTI — Não, nada dita isso. É uma coisa que as pessoas vêem que é bom, é competente, trabalha, produz, entrega, o consumidor fica satisfeito.

O SR. ODILON SALMORIA — Brigadeiro, essa é uma segunda pergunta minha: há alguma lei, ou em cima de que coisa escrita, usando a sua expressão, é que se amparava a EMBRAER?

Essa proteção, por exemplo, de não se poder importar outro avião, quer me parecer que é uma proibição de importação, através da guia da CACEX que se faz esta proteção aos pequenos aviões da EMBRAER.

O SR. — Não seria vantagem importar esses aviões pequenos.

O SR. TERCIO PACITTI — Não. Não seria. Já está entrando no mercado mais livre. Mas, no começo, lembra o filho quando nasce. Qual é a proteção do começo da EMBRAER, a proteção foi essa encomenda certa.

O SR. ODILON SALMORIA — E a proibição de importação? Tem barreiras técnicas, há outras barreiras que não estão por escrito?

O SR. TERCIO PACITTI — Escrito não existia, mas o aspecto que o Ministério da Aeronáutica controla, não só no tocante ao serviço, como a importação de...

O SR. ODILON SALMORIA — Brigadeiro, antes de fazer a minha última pergunta, fazendo um cotejamento do que o Sr. disse, sobre a questão da transferência da massa crítica universitária para a indústria como aconteceu no Vale do Silício. Então, eu acredito que o mesmo esteja ocorrendo hoje, no Brasil, na área de informática. Nós temos muitas indústrias, a SCOPUS, por exemplo, saiu da USP e ...

O SR. TERCIO PACITTI — Uma grande indústria.

O SR. ODILON SALMORIA — Isso, uma grande indústria. Então há uma similaridade também, aqui no Brasil, na indústria de informática, com o Vale do Silício nesse aspecto que o Sr. levantou.

A questão da EMBRAER, acho que continua... como a AVIBRÁS e uma série de empresas menores no Vale do Paraíba.

Usando a mesma expressão, a EMBRAER, no meu ponto de vista, continua sendo protegida da importação, de outro modo acredito que não teria essa evolução na área de aviões pequenos. Agora, há uma diferença. O Sr. falou em proteção na primeira infância, usando essa figura que V. Sª usou, ocorre um fato, Brigadeiro: o ITA tem mais de 30 anos...

O SR. TERCIO PACITTI — Exatamente. Foi a longo prazo.

O SR. ODILON SALMORIA — O CTI, que é o Centro de Tecnologia para a Informática, tem 2 anos, aliás, foi inaugurado no mês passado a sua... Então, se a indústria aeronáutica, que já está na idade adulta, ainda continua sendo protegida, mais proteção tem que ter a indústria de informática, porque ela está no nascedouro, está no colo, ainda.

A terceira e última pergunta, para encerrar a minha participação. No caso dos aviões pequenos da EMBRAER, se não houvesse essa proteção, de, no caso, se proibir ou dificultar a importação, ela teria evoluído como evoluiu? Porque a fabricação de aviões pequenos foi no sentido também de dar sustentação ao desenvolvimento dos projetos da própria EMBRAER, ao desenvolvimento da fabricação.

O SR. TERCIO PACITTI — Ao desenvolvimento da classe do Bandeirante?

O SR. ODILON SALMORIA — Não. Não na classe do Bandeirante. Na outra... Então, sem essa proteção, ela teria desenvolvido como desenvolveu?

O SR. TERCIO PACITTI — Só Deus sabe!

O SR. ODILON SALMORIA — Na sua opinião funcionou, não?

O SR. TERCIO PACITTI — Funcionou. Bom, mas foi uma oportunidade válida. Podia ter outra opção, mas foi uma opção válida.

O SR. ODILON SALMORIA — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Eu gostaria de fazer duas indagações e depois dois comentários. Regimentalmente, o Presidente deve deixar a Presidência, se for também o relator da matéria. Eu não sou o relator da matéria, mas dando uma interpretação rápida ao Regimento, eu queria transferir a Presidência, agora, ao Senador João Calmon, se for possível, conduzir os debates, enquanto eu faria as minhas inquirições ao Brigadeiro.

Sr. Brigadeiro, Srs. Senadores, Srs. a minha primeira pergunta tem apenas um objetivo de parametrização, de criar certos parâmetros de raciocínio. Muito frequentemente nós temos um raciocínio ensimesmado, introvertido, deixando de contemplar o que se passa no mundo externo.

V. Ex<sup>a</sup> mencionou que o valor da produção de informática no Brasil, no ano passado, teria sido de 800 milhões de dólares. Deve ser algo dessa magnitude. Os dados que tenho indicam que a produção, o valor da produção decaiu entre 1982 e 1983 — esse valor é o de 1982. Em 1983, segundo dados do GEICOM, que a compilou. Informações, tanto da SEI, como da CACEX; segundo dados da GEICOM, o valor dessa produção teria sido, no ano passado, de 728 milhões de dólares. Minha pergunta é a seguinte: Como é que se refere esta quantidade, face ao mercado mundial? O que é que isso representa 0,5%, 1%?

O SR. TERCIO PACITTI — Senador, não sou economista, mas eu tenho a impressão que o problema no Brasil é que o nosso mercado interno é muito grande, no momento é dessa ordem, mas o sentimento, as deduções é que ele vai ser muito grande. O mercado mundial é grande e eu não posso... Fernandes você tem uma idéia da participação do Brasil no mercado mundial

O SR. FERNANDES — Não, do volume, não. Mas eu acredito que está em voltas de 2 ou 3%.

O SR. TERCIO PACITTI — Então, realmente, é uma proporção pequena.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Segundo os dados que eu tenho, a produção brasileira equivale a 2,3% do mercado japonês, 6% do mercado europeu e 0,3% do mercado americano. Em média a nossa participação, infelizmente, ainda é de menos 1%. Esse mercado certamente se expandirá, pois a informática está explodindo em todo o mundo. Seria maravilhoso, desastrosamente maravilhoso se, no Brasil, não houvesse também um surto de informática. Quanto crescerá este mercado é função basicamente de preço. Se os preços continuarem ao nível atual a expansão do mercado será muito mais lenta do que poderia ser.

O SR. TERCIO PACITTI — Estou de acordo com V. Ex<sup>a</sup> Não é para fugir. Uma pergunta: Entre os países da América Latina qual é proporção do mercado brasileiro em relação aos países sul-americanos?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Deve ser o maior mercado. O Brasil tem uma renda global, um produto nacional bruto muito superior à destes países e portanto deve ter também um mercado maior. Mas assim mesmo, infelizmente, é uma fração ainda muito pe-

quena do mercado mundial. Nossa escala de produção será pequena, se contentarmos exclusivamente com o mercado interno. Temos, portanto, que pensar na criação de indústrias capazes de exportar, a fim de nos beneficiarmos da vertiginosa expansão também do mercado externo.

Segunda indagação: V. S<sup>a</sup> mencionou que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento nos Estados Unidos teriam sido da ordem de 50 bilhões de dólares — os meus dados são um pouco diferente, depois voltarei a isso, mas como se compraria isso com os dados brasileiros? Nós temos que parametrizar o problema, temos que nos inserir num contexto mundial, porque senão, ficaríamos na posição de namorarmos o nosso próprio umbigo. Como é que se compara o esforço mundial de pesquisa com o nosso esforço de pesquisa e desenvolvimento?

O SR. TERCIO PACITTI — Nós temos feito um esforço grande no Brasil em certas áreas, como por exemplo, na área de São José dos Campos, no CTA, esforços setoriais. E em termos brasileiros, eu posso dizer também que nós temos muitos problemas a vencer; não é só a questão do dinheiro, do quantum, mas a maneira, o como, o onde e o em que lugar vou jogar o meu dinheiro. Porque só ter dinheiro e colocar à vontade, sem discriminação, sem uma base seletiva, o problema é um pouco mais complicado. Não é só o quantum que estamos gastando em pesquisa. Fernandes ou alguém poderia me dar estes dados, exatamente? Mas, em dólares, eu tenho a impressão, é bem alguém. Eu já li...

O SR. FERNANDES — ... Seria um valor equivalente a 3 bilhões, por exemplo, em cruzeiros.

O SR. TERCIO PACITTI — E eu não gosto de medir muito as coisas, assim...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Dois milhões de dólares.

O SR. FERNANDES — É mais ou menos 3 bilhões de cruzeiros.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Senador, o Deputado Salmoria deu um dado importante para a parametrização do problema. Os dados que eu tenho sobre investimentos norte-americanos, em pesquisa e desenvolvimento, são dados da **National Science Foundation**, o Conselho Nacional de Pesquisa de lá. Esses dados são os seguintes: — o investimento total em pesquisa e desenvolvimento, planejado para 1984 é de 97,9 bilhões de dólares, quase o montante da dívida externa brasileira, (100 bilhões de dólares), com a seguinte distribuição: 75% deste total cabem ao Governo Federal, 11% às universidades, 8% aos fundos específicos de apoio à ciência, 3% correspondem a donativos e recursos de outras fundações, de caráter mais genérico, 3%. Só as universidades investem 8% do total, deu, mais precisamente, 7,3 bilhões de dólares. Isso é uma vez e meia todo o orçamento do Estado de São Paulo. Por isso é que eu digo que o nosso esforço tecnológico tem que se concentrar em alguns setores prioritários promissores, onde possamos ter resultados. E devemos ter abertura para a tecnologia externa em todas as outras áreas, onde não temos capacidade suficiente de investimentos. Qualquer outra atitude seria uma patriotada irrealista, que só faria atrasar o País.

Segundo, os dados sobre pesquisa no Brasil são muito precários. Estima-se que este ano o investimento total seja de 100 milhões de dólares. O do CTI seria de 2 milhões e 200 mil dólares. Os Srs. vêem que seria difícil adotarmos uma atitude de isolamento e solipsismo tecnológico, pensando em criarmos tecnologia própria num amplo espectro. Certamente que devemos tentar criar tecnologia própria em alguns segmentos limitados. Isso é

o que fazem os europeus, inclusive os ingleses, que têm, evidentemente, recursos e tradição de pesquisa muito maiores do que a nossa.

Se nós pensarmos em número de pesquisadores, só para dar um exemplo, em 1983, estima-se que os cientistas e engenheiros devotados somente a pesquisa e desenvolvimento (sem falar na produção industrial), nos Estados Unidos atingiram o número de 765 mil, **full time**. Quantos pesquisadores engajados **full time**, em pesquisa e desenvolvimento, teremos no Brasil? Talvez mil, mil e cem, mil e duzentos. A não ser que sejamos uma raça de gênios, é preciso reconhecer, com humildade, que o caminho correto para o Brasil, como foi o caminho correto para o Japão, como a Inglaterra está descobrindo ser o caminho correto, apesar da sua imensa tradição científica; como a França está descobrindo ser o caminho correto, após uma aventura ufanista de De Gaulle —, o caminho correto é nós absorvermos tudo o que existe, fomentando associações, **joint ventures**, apoiando as empresas puramente nacionais, apoiando também as empresas que têm maioria de capital nacional, e deixando que outras empresas se organizem como quiserem, com a composição de capital que quiserem. Precisamos de um modelo de mobilização. Precisamos de empresas puramente nacionais; precisamos de empresas sob controle nacional majoritário; precisamos de empresas totalmente internacionais, cada uma trabalhando naquele segmento para o qual se sente mais adequada. E o empresário deve ter liberdade para se decidir, o que fazer, o que produzir, com quem se associar, como compor o seu capital, que tecnologia escolher. Eu quero a abertura econômica. Falamos demasiado em abertura política, e na área de informática estamos com uma tremenda fechadura econômica. Esses dados indicam que, realmente, qualquer rudimento de realismo, nos leva a pensar muito seriamente sobre o problema.

Agora não são mais perguntas, meu caro Brigadeiro, são apenas dois comentários. Um sobre o símile que habitualmente se cria com a indústria automobilística, e a presumida reserva de mercado para essa indústria. Eu estive presente, por assim dizer, à criação da indústria. Fui um dos membros do GEA, o Grupo Executivo da Indústria Automobilística, como Secretário-Geral do Conselho de Desenvolvimento, do Governo Kubitschek. Há quatro diferenças básicas entre essa indústria e a informática. No caso da indústria automobilística, nunca houve exigência de uma composição determinada de capital. Inicialmente havia duas empresas de capital nacional. Uma era a VEMAG, outra a Fábrica Nacional de Motores, que cedo verificaram não terem fôlego para acompanhar os investimentos necessários à criação de uma indústria realmente moderna. Há uma segunda diferença: é que se procedeu então a uma espécie de licitação internacional. Algumas firmas se candidataram. A elas se lhes oferecia o seguinte: a possibilidade de importar veículos, durante algum tempo, para formarem capital de giro, e também de importar peças, desde que se submetessem a uma escala de nacionalização. Com isso instalaram-se e ampliaram-se no Brasil várias empresas e não se lhes perguntava qual a composição do capital. Não houve proibição de importação explícita. Houve sim, tarifas aduaneiras, terrivelmente pesadas, que tornavam a importação praticamente proibitiva. Algo, como eu quero fazer no meu projeto de informática. Quer dizer, uma tarifa de 205%, inicialmente, sobre os produtos importados. É uma tarifa extremamente pesada, destinada a proteger toda produção interna, sem a contundência que tem a reserva de mercado, que é uma definição de proteção ilimitada, infinita, habilitando o protegido a praticar qualquer preço que queira, pois que existe um bloqueio total à importação.

Uma quarta diferença, é que a indústria automobilística é uma indústria de tecnologia relativamente estacio-

nária. Não tem havido dramáticas transformações no automóvel, até recentemente. O que houve sim, foi a adoção do motor a álcool, que é uma inovação tecnológica brasileira, agora surge uma outra, a computerização do automóvel. Essa será realmente uma nova revolução tecnológica. De modo que, a competição no ramo automobilístico, a fricção criadora, é muito menos importante que na informática, onde tudo é novo, tudo está nascendo, e a tecnologia se torna rapidamente obsoleta.

Em matéria de composição de capital, as firmas da indústria automobilística, compunham-no como quisessem. Inicialmente havia a Fábrica Nacional de Motores, que fabricava o caminhão, do tipo FIAT, mas logo se verificou que o Governo não deveria persistir neste campo pois não tinha nem agilidade comercial, nem industrial. E a fábrica foi depois vendida à própria FIAT, comegada à ALFA ROMEO. E a VEMAG era uma empresa brasileira, que acabou sendo absorvida pela Volkswagen. A Volkswagen tem uma composição de capital, na qual capitais brasileiros detinham 20%, dos quais 10% foram vendidos ao KUWAIT. Depois disso, surgiram duas empresas, a VOLVO, que tem participação, inclusive, do Banco de Desenvolvimento, do Paraná, — sendo assim uma empresa mista de capitais suecos e paranaenses, e a FIAT, que tem participação do Governo mineiro. O importante é que não houve a imposição de nenhuma fórmula de composição de capital. Hoje, esta indústria viceja. A rigor, o automóvel brasileiro hoje, é competitivo internacionalmente, pois que 45% do custo do automóvel são representados por impostos internos, enquanto a média mundial de tributação se situa entre 6 a 12%. Se desbastarmos esta carga fiscal, o nosso automóvel se torna competitivo. Que houve absorção de tecnologia parece claro, pois estamos exportando um carro mundial, o "Escort", a tecnologia é a mesma, desenvolvida no exterior, adaptada aqui. Já houve aliás uma absorção da tecnologia pelos nossos técnicos. Afinal de contas, as fábricas são geridas, em grande parte, por brasileiros, seus engenheiros de projeto e desenho são brasileiros. Houve assim absorção de tecnologia.

Em meu último comentário, discutiria exatamente a EMBRAER. Tenho a maior admiração pela EMBRAER e sou um grande amigo do Coronel Osiris. Acho que é o brasileiro mais experimentado em problemas de transferência de tecnologia. E obviamente a EMBRAER transformou-se também, em um sucesso comercial. Eu já o conhecia como um homem versátil em problemas tecnológicos com extremo realismo. Mas, tive oportunidade de comprar sua habilidade comercial em Londres, onde ele fez vingar tanto o "Bandeirante" quanto o "Xingu".

O Coronel Osiris aqui defendeu o princípio de **Joint ventures**. No ver dele devem ser permitidas as **Joint ventures**. Saber se há ou não efetiva transferência de tecnologia depende muito da qualidade do empresário nacional que se associa ao estrangeiro. Se o empresário nacional é qualificado, não haverá caixas pretas. Ele absorverá tecnologia, abrindo as caixas pretas. Como na realidade a EMBRAER o fez. Não acho que a MACHI, a Aeroitália tenham suprido apenas uma caixa preta à EMBRAER. Eles sabem que há, no lado de cá, empresários e técnicos qualificados que absorverão os segredos tecnológicos também no tocante aos aviões leves, fez-se um acordo com a Piper cule, do qual também resultou transferência de tecnologia. A opção para a EMBRAER, antes de investir neste campo, que é campo altamente competitivo, seria fazer uma pesquisa original, o que seria extremamente caro e difícil, ou concentrar seus recursos em descobrir um nicho do mercado, onde um desenho adaptado poderia triunfar. E o que o Cel. Osiris fez foi localizar um bom triunfo de mercado onde se ingeriram o

"Bandeirantes" e depois o "Brasília". Os investimentos foram modestos e concentrados em setores onde pudemos desenvolver originalidade criadora. Pode-se mesmo dizer, nesse sentido, que criamos uma tecnologia própria, conquanto o Cel. Osiris nunca fala em tecnologia própria, porque ele sabe muito bem que no avião que ele fabrica um componente comercial — a turbina — é importado, por quê? Porque no Brasil, ainda faltam 3 coisas: um mercado suficientemente grande para turbinas, uma mecânica de níveis precisos de tolerância e uma metalurgia sofisticada para a indústria de aeronáutica. Eu fui testemunha desse problema, pois trouxe ao Coronel Osiris uma proposta concreta da **Rolls-royce** para o desenvolvimento da turbina speya. A **Rolls-royce** faria o trabalho de pesquisa e desenvolvimento aqui no Brasil, junto com os engenheiros da EMBRAER, partilhando o dispêndio e cedendo à EMBRAER o mercado potencial da América Latina. Para minha surpresa o Coronel Osiris respondeu simplesmente: "não estamos preparados para isso". Pelas razões que acima indiquei: um mercado interno insuficiente, e sucesso incerto no mercado externo, mesmo se agenciado através da **Rolls-royce**. "Temos que primeiro desenvolver melhor nossa mecânica fina, disse o Cel. Osiris, a metalurgia fica antes de embarcarmos neste terreno. O "Brasília" e o "Bandeirantes" são aviões de sucesso mundial com turbinas importadas. Isso é Nacional e ninguém deprecia a indústria brasileira porque a turbina do "Bandeirantes" não é fabricada no País. Pelo contrário, todo mundo acha essa atitude de extrema prudência e sensatez, pois se deve caminhar, passo a passo no domínio da tecnologia. A EMBRAER quer fazer agora, uma associação, um **Joint-venture** para produção de equipamentos de eletroaviônica, com a Collins, que é uma das grandes companhias mundiais. Infelizmente foi barrada em sua pretensão de se associar com a Foxboro para a produção de controles de processo industrial de tipo digital. A SEI não julgou confiável um empresário como o Coronel Osiris. Tive o ridículo receio de que ele não soubesse negociar, nem defender adequadamente os interesses brasileiros, talvez o tenha julgado incapaz de absorver a tecnologia, pois ele é o homem que mais experiência tem no Brasil sem problemas de tecnologia industrial. Trata-se de um empresário estatal, bem-sucedido, e confiável; deveria ser assim visto pelos órgãos de segurança, pois que fabrica aviões de combate, uma coisa altamente delicada em termos de defesa nacional.

Agradeço muito ao Brigadeiro Pacitti, as suas observações que foram extremamente importantes e que nos trouxeram um abordagem nova, sob o ângulo educacional.

O SR. JOÃO CALMON — Devolvo a Presidência ao nobre Senador Roberto Campos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Se não houver mais comentários, está encerrada a sessão.

#### 18ª Reunião, Extraordinária Realizada em 31 de maio de 1984

Às onze horas do dia trinta e um de maio de mil novecentos e oitenta e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Srs. Senadores Roberto Campos, Presidente, Severo Gomes, Cid Sampaio, José Fragelli, Benedito Ferreira, Pedro Simon e Jorge Kalume, reúne-se a Comissão de Economia. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores José Lins, Luiz Cavalcante, João Castelo, Albano Franco, Fernando Henrique Cardoso e Fábio Lucena. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da

reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta dos trabalhos: Mensagem nº 87/84 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar, temporariamente, em Cr\$ 79.232.971.409,10, o montante de sua dívida consolidada interna. Relator: Senador José Fragelli. Com vista ao Sr. Senador Octávio Cardoso. Parecer do Relator: favorável, concluindo por um Projeto de Resolução. O Senador Octávio Cardoso não apresenta Voto em Separado. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator. Projeto de Lei da Câmara nº 55/84 — Determina que os depósitos e repasses dos órgãos públicos federais do Nordeste sejam feitos no Banco do Nordeste do Brasil S/A. Relator: Senador Cid Sampaio. Colocado em discussão e votação, o parecer é aprovado, assinando sem voto o Senador Pedro Simon. Projeto de Lei do Senado nº 133/83 — Reforça o Fundo de Assistência ao Desempregado e dispõe sobre o auxílio desemprego. Relator: Senador Benedito Ferreira. Parecer: favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece. O Sr. Presidente solicita ao Sr. Senador Severo Gomes ocupar a Presidência, pois como autor do projeto usará da palavra para discuti-lo. Com a palavra o Sr. Senador Roberto Campos afirma estar de acordo com o parecer do Sr. Relator e faz considerações sobre a matéria, ressaltando que seu projeto não visa incentivar o desemprego, mas sim amenizar o sofrimento daqueles que estão desempregados por contingências alheias à sua vontade. Colocado em votação, o parecer é aprovado pela Comissão, assinando sem voto o Sr. Senador Roberto Campos. A seguir, o Sr. Senador Severo Gomes faz retornar ao Sr. Senador Roberto Campos, a Presidência dos trabalhos. São adiadas as seguintes matérias: PLS Nº 183/77 e PLS Nº 294/80. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Secretaria Geral da Mesa

#### 31ª Reunião, Extraordinária Realizada em 20 de junho de 1984

Às dezessete horas do dia vinte de junho do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, reúne-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Senador Passos Pôrto, Vice-Presidentes, presentes os Senhores Senadores Saldanha Derzi e Jorge Kalume.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores João Lobo, Presidente, Alberto Silva e Claudionor Roriz.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Saldanha Derzi apresenta as seguintes redações finais:

a) do Projeto de Resolução nº 36, de 1984, que autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a elevar em Cr\$ 2.948.745.000,00 (dois bilhões, novecentos e quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada; e

b) do Projeto de Resolução nº 37, de 1984, que autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo — (DAEE) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros).

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Frederic Pinheiro Barreira, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**COMISSÃO DE ECONOMIA****21ª Reunião, Extraordinária**  
**Realizada em 14 de junho de 1984**

Às onze horas do dia quatorze de junho de mil novecentos e oitenta e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Srs. Senadores Roberto Campos, Presidente, Luiz Cavalcante, Severo Gomes, Jorge Kalume, Cid Sampaio e Albano Franco, reúne-se a Comissão de Economia. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores José Lins, Benedito Ferreira, João Castelo, Fernando Henrique Cardoso e Fábio Lucena. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. São apreciadas as seguintes proposições: Projeto de Lei da Câmara nº 68/79 — Define o comportamento exigível às empresas que operam no

Território Nacional sob o controle de capital estrangeiro. Relator: Senador Albano Franco. Parecer: por audiência ao Poder Executivo. Colocado em discussão e votação, o parecer é aprovado pela Comissão. Projeto de Lei do Senado nº 62/83 — Dispõe sobre a venda de combustível aos motoristas profissionais de táxi. Relator: Senador Luiz Cavalcante. Parecer: favorável ao projeto. Colocado em discussão, usa da palavra o Sr. Senador Cid Sampaio que manifesta sua posição contrária ao projeto, vez que, segundo S. Exª a medida poderia incentivar a criação de um mercado clandestino, de difícil controle para o Governo, além de provocar aumento no preço dos combustíveis. O Relator da matéria argumenta que se a medida fosse encarada com seriedade, poderia ser exequível. O Sr. Senador Cid Sampaio solicita vista, que é deferida pela Presidência. Projeto de Lei da Câmara nº 32/83 — Dispõe sobre a concessão de financiamentos agrícolas, e dá outras providências. Relator: Se-

nador Jorge Kalume. Parecer: pela rejeição do projeto. Não há objeção ao parecer apresentado, sendo aprovado pela Comissão. Projeto de Lei da Câmara nº 133/82 — Altera dispositivos do Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos. Relator: Senador Jorge Kalume. Parecer: favorável ao projeto. Conhecido o voto do Relator, o Sr. Senador Cid Sampaio solicita vista do projeto, que é deferida pela Presidência. São retirados de pauta, a pedido dos Relatores, o PLS nº 56/83 e PLC nº 52/83. Em virtude da ausência dos Relatores, são adiadas as seguintes matérias: PLS nº 113/83, PLS nº 144/83, PLS nº 56/79, PLS nº 09/81, PLC nº 212/83, PLS nº 140/82 e PLS nº 128/78. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.